



VEPOP-SUS

Em seu processo de editoração, a presente obra contou com apoio do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS, o qual atua a partir de pesquisadores e consultores ancorados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Esse Projeto é uma iniciativa de apoio e fomento às experiências brasileiras de extensão universitária na linha da Educação Popular em Saúde, financiado pelo Ministério da Saúde a partir da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS).



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

SGEP
SGTES



EXTENSÃO POPULAR: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO



EMMANUEL FERNANDES FALCÃO

EXTENSÃO POPULAR: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO



EDITORA DO
CCTA

A construção dessa obra parte do entendimento da Extensão Popular não apenas como campo de ações educativas e da pró-atividade, mas como lugar propício para a produção de conhecimentos úteis que abastecem justamente estas ações e esta pró-atividade, animando os vários movimentos de contestação da estrutura conservadora, autoritária e elitista das universidades brasileiras.

Essa obra constitui, em sua essência, uma síntese teórico-prática e pedagógica dos trinta anos de trabalho de Emmanuel Fernandes Falcão no âmbito da Extensão Universitária através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Em seu conteúdo, as leitoras e os leitores encontrarão detalhamentos organizativos, depoimentos vivenciais e relatos de histórias dos caminhos percorridos pelo PIAC e toda sua equipe na busca cotidiana por construir a Extensão como um espaço de compromisso social profundo da universidade pública junto com os grupos sociais excluídos, esquecidos, empobrecidos e marginalizados. Em todas as páginas, serão encontrados as trilhas percorridas no seio dessa experiência em uma busca incessante por reconhecer esses grupos como espaços coletivos e vivos, cheios de potenciais; e seus sujeitos, como fontes criativas de humanização e coagentes de mudanças, rumo a mobilização de práticas e de relações emancipadoras, que permitam – mesmo que passo a passo – a essas pessoas e seus grupos o vislumbamento de saídas para todo tipo de relações, situações e contextos que oprimam, incomodem e explorem o humano, sua dignidade e sua plenitude.

Arte e Diagramação: Kamily Lourdes



EMMANUEL FERNANDES FALCÃO

**EXTENSÃO POPULAR: CAMINHOS
PARA A EMANCIPAÇÃO**

EDITORA DO CCTA

EXTENSÃO POPULAR: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO

EMMANUEL FERNANDES FALCÃO

EDITORA DO CCTA
João Pessoa, 2018



REITORA

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ

VICE-REITORA

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



DIRETOR DO CCTA

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

VICE-DIRETOR

ELI-ERI LUIZ DE MOURA



Conselho Editorial

CARLOS JOSÉ CARTAXO

GABRIEL BECHARA FILHO

HILDEBERTO BARBOSA DE ARAÚJO

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

Editor

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

Secretário do Conselho Editorial

PAULO VIEIRA

Laboratório de Jornalismo e Editoração
Coordenador

PEDRO NUNES FILHO

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

F178e Falcão, Emmanuel Fernandes.
Extensão popular: caminhos para a emancipação /
Emmanuel Fernandes Falcão. João Pessoa: Editora do CCTA,
2018.
185 p. : il. -

ISBN: 978-85-9559-064-9

1. Extensão Universitária - Paraíba. 2. Educação Popular.
3. Educação Popular e Saúde - Brasil. 4. Ação Comunitária.
5. Emancipação. I. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU:374.7(813.3)



VEPOP-SUS

Essa obra teve sua publicação apoiada pelo Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS.

O VEPOP-SUS constitui iniciativa de apoio e fomento às experiências de Extensão Universitária na linha da Educação Popular em Saúde, de maneira integrada com os espaços e sujeitos do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como com os grupos, movimentos e iniciativas de saúde do campo popular no Brasil.

Este projeto constitui ação apoiada pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS) com apoio do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e colaboração da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

Em sua frente nacional vem atuando a partir de uma equipe operacional de pesquisadores e consultores ancorada na UFPB, com ações de articulação e integração entre as diversas iniciativas e experiências de extensão em Educação Popular e Saúde no país. Toda gestão se dá através de eventos, oficinas, encontros, difusão de informações, compartilhamento de publicações e materiais didáticos no campo da Educação Popular e do SUS. Pela promoção regular do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) há uma oportunidade de vivências e experiências de estudantes de graduação de todo o país em práticas de Extensão orientadas pela Educação Popular nos espaços do SUS.

Uma de suas frentes de atuação é o apoio ao desenvolvimento de publicações em andamento e republicações de obras relevantes no âmbito da Extensão Popular, da Educação Popular e da Formação em Saúde, assim como a divulgação de produtos referentes a pesquisas

realizadas neste campo e de reflexões sobre estas práticas, no sentido de incentivar e aprimorar o registro, a pesquisa e a sistematização de experiências nas diferentes iniciativas em nível nacional. Os livros editorados, publicados e/ou impressos pela Coleção VEPOP-SUS podem ser encontrados no Portal ISUU: <<https://issuu.com/vepopsus>>

Por meio do VEPOP-SUS, espera-se estimular em todo o país a Educação Popular como expressão da construção de caminhos e novas práticas de saúde na formação dos profissionais, protagonizando o campo popular e os serviços públicos de saúde.

...Posso ser mais quando me acosto à luta dos trabalhadores que, oprimidos historicamente, enfrentam batalhas diárias contra opressores capitalistas e, ainda, demonstram generosidade e paciência ao nos aturar como pesquisadores...

Emmanuel Fernandes Falcão

DEDICATÓRIA

A minha mãe, pela realização de seus sonhos e pela generosidade de sua doação e sacrifício;

Aos meus filhos e netos, como legado de história de vida para seus netos e bisnetos;

À família, em geral, como célula de esperança e de energia que vigora em momentos de solidão;

Aos amigos das horas duras, em especial, ao meu Orientador, Zé Neto, e à Coorientadora, Sônia Pimenta. Sem eles, seria impossível de construir esse material;

Aos colaboradores deste estudo, que emprestaram seus depoimentos para enriquecer este trabalho;

A todos os comunitários: trabalhadores rurais e urbanos, verdadeiros focos deste trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CONSTRUÇÃO PREMENTE DE UMA UNIVERSIDADE PROFUNDAMENTE POPULAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES COM BASE NO PROTAGONISMO DE EMMANUEL FALCÃO E NA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE AÇÃO COMUNITÁRIA (PIAC).....	13
INTRODUÇÃO	23
CAPITULO I – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONCEITOS E CONCEPÇÕES.....	44
Elementos históricos da extensão universitária.....	45
Elementos conceituais.....	52
A extensão que temos	57
Extensão Popular: a extensão que queremos	61
CAPÍTULO II - ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A EMANCIPAÇÃO.....	74
A emancipação pela educação	75
Categorização que aponta para a emancipação pela participação, pela organização e pela autonomia	79
Autonomia.....	79
Participação	81
Organização	83
CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE AÇÃO COMUNITÁRIA - PIAC.....	86
Aspectos históricos do PIAC	87
Aspectos metodológicos do PIAC	92
Proposta pedagógica elaborada como síntese da teoria e da prática do PIAC: Met-MOCI – Metodologia para Mobilização Coletiva e Individual (FALCÃO & ANDRADE, 2002)	94
O Estágio Nacional de Extensão em Comunidade - ENEC.....	101

Projeto Vale do Mamanguape.....	104
Espaço territorial.....	104
Caracterização e localização do Vale do Mamanguape na Zona da Mata Norte.....	105
Aspectos físicos.....	107
Aspectos socioeconômicos.....	110
Principais atividades produtivas da Zona Rural.....	111
Indicadores socioeconômicos.....	113
Associações, sindicatos e grupos criados no contexto do PIAC...	117
Situação e narrativa dos sujeitos da pesquisa antes e depois do PIAC.....	122
Análise crítica da experiência.....	150
CAPÍTULO IV - EXTENSÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO: SÍNTESES CONCEITUAIS PARA ALÉM DO PIAC.....	156
Emancipação em Extensão Popular recomenda repensar as instituições e as institucionalizações.....	158
Emancipação em Extensão Popular recomenda pensar o modelo de sociedade.....	159
Emancipação em extensão popular recomenda valorizar princípios conceituais.....	162
Emancipação para pensar a extensão que queremos e mudar a extensão que temos.....	164
Emancipação em Extensão Popular: pensar o “outro” e o “eu” em um diálogo para o trabalho social.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho se encaminha de forma a investigar se a extensão popular praticada pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária – PIAC/UFPB¹ com as lideranças do Território da Zona da Mata Norte do estado da Paraíba, mais precisamente, do Vale do Mamanguape, é uma extensão que busca promover a emancipação.

Para tanto, investiguei se houve mudanças na perspectiva do desenvolvimento de habilidades e competências dessas lideranças e se houve a expansão da capacidade crítica, que lhes possibilitaria agirem em prol do desenvolvimento local, vinculando-as aos trabalhos de extensão desenvolvidos pela UFPB e suas iniciativas coletivas como fio condutor de articulação entre o saber popular e o saber científico.

A análise será realizada sob a ótica de uma concepção que procura dialogar com os diversos saberes e fazeres existentes na sociedade e na Academia, através das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Nessa perspectiva, utilizei questionário semiestruturado, relatórios e documentos que possam fundamentar este estudo. A análise dos resultados desta pesquisa empírica tem como finalidade averiguar se os projetos de extensão popular contribuem para promover processos emancipatórios dos sujeitos que participaram de programas de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal da Paraíba, a partir de algumas experiências no campo da extensão popular, iniciando pela participação e pela organização social, através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), ladeado pelo Processo pedagógico denominado de *Metodologia para a Mobilização Coletiva e Individual - Met-MOCI* (FALCÃO & ANDRADE, 2002)² durante o período de 2002 a 2012.

1 Programa de extensão popular acolhido na Pró-reitoria de Extensão da UFPB desde 1990

2 Processo pedagógico desenvolvido pelo PIAC/COPAC/PRAC/ UFPB

Nesse percurso, procuro me acostar ao método histórico dialético, estabelecendo um diálogo que seja reflexivo para mim, como pesquisador e pesquisado, sem perder de vista as contradições que envolvem cada ação desenvolvida pelo programa e pelos sujeitos envolvidos nesse trabalho de busca de emancipação das pessoas que vêm convivendo com essa modalidade de extensão.

Para tanto, estruturei este trabalho em quatro capítulos, seguido das considerações finais. No primeiro, situo o campo da extensão universitária, com um breve histórico da evolução da extensão no Brasil. No segundo, apresento alguns elementos do PIAC, seguido do Processo pedagógico que o norteia. Trago, ainda, as categorizações participação, organização e autonomia para ajudar nas análises dos dados desta pesquisa, culminado com alguns elementos da educação que apontam para a emancipação de sujeitos. No terceiro capítulo, trato especificamente dos estudos e dos procedimentos metodológicos da pesquisa, dos resultados e das análises dos dados coletados e aponto elementos da extensão popular que podem servir de base para construir caminhos para a emancipação de sujeitos. No quarto capítulo, apresento alguns elementos da extensão popular como um processo para construir caminhos para a emancipação. Por último, trago algumas sugestões e considerações como conclusão do trabalho.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CONSTRUÇÃO PREMENTE DE UMA UNIVERSIDADE PROFUNDAMENTE POPULAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES COM BASE NO PROTAGONISMO DE EMMANUEL FALCÃO E NA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE AÇÃO COMUNITÁRIA (PIAC)

Pedro José Santos Carneiro Cruz³

O conceito de popular e seus sentidos na construção de enfrentamentos à barbárie social

Ao longo do tempo, foi se legitimando uma organização desigual das sociedades, pautada pela divisão do trabalho, pela exploração do humano pelo humano, pela acumulação de privilégios por uma minoria da população, a qual passa a deter também o poder político e o acesso aos canais que legitimam tal poder. Todo esse processo (aqui exposto de maneira muito resumida) gera graves consequências, como a pobreza econômica, a fome, miséria, desconforto, direitos desiguais para seres

3 Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFPB, na linha Educação Popular. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) e do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS - Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS. E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

iguais (humanos), entre outros. Todavia, geram-se também reações a todas essas mazelas. Mesmo convivendo com sofrimento e alienação de direitos básicos de cidadania, as classes populares re-inventam cotidianamente a vida. Vivem também em meio a alegrias e felicidades, ao sabor da esperança por conquistas e na crença de que tudo pode ser diferente (CRUZ, VASCONCELOS, 2017).

Expressam uma Cultura Popular, que para Chauí (1996) é a expressão dos dominados, buscando formas pelas quais a cultura dominante (predominantemente aceita e interiorizada) seja recusada, negada, afastada. Assim, o Popular adquire a dimensão de que, mesmo numa sociedade onde esteja preponderantemente desprovido de cidadania, seja, nas palavras de Chauí (1996, p.25) “capaz de organizar-se, reivindicar direitos tácitos e preparar-se para penetrar no universo dos direitos políticos e culturais explícitos”.

Para a Frente Popular do Chile, o conceito de Popular remetia a possibilidade de se contar com outros e novos aliados. No Chile (composição entre MIR e Unidade Popular), tem-se a perspectiva de Popular como poder autônomo, independente e alternativo ao estado burguês. Em outros partidos e movimentos de esquerda, inclusive no Brasil, predominava a ideia de Popular como componente classista, abrangendo as classes trabalhadoras, os camponeses, os setores médios da sociedade, além de setores da pequena burguesia (MELO NETO, 2004). Sendo assim, como afirma Paludo (2001, p.85), o Popular emerge pelo fato das classes populares existirem, bem como as opções que as elites fizeram para o desenvolvimento do país, mas também devido ao movimento internacional de trabalhadores, ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; ao sonho de emancipação das classes populares e sua participação ativa no cenário político.

Ao investigar as compreensões de Popular veiculadas por aqueles que vivenciam, dirigem ou assessoram movimentos sociais, Melo Neto (2004) encontrou que algo é Popular se tiver origem nos esforços das maiorias, das classes populares, aqueles que vivem e viverão do trabalho. Mas concluiu que a origem só não bastava para compreender esta categoria. Há uma dimensão política no Popular, que exige estar suas

ações voltadas para a defesa dos interesses das maiorias. Recomenda-se pensar resistências a todo tipo de opressão. Para o autor (p.158), “uma ação é popular quando é capaz de contribuir para a construção de direção política dos setores sociais que estão à margem do fazer político”. Para isso, Popular também expressa uma dimensão do como fazer. Uma metodologia.

Ora, se estamos falando do enfrentamento da barbarização social e da emancipação dos excluídos, se nos referimos a um algo contra-hegemônico, que segue na contra-mão da conjuntura que aí está, precisamos imbricar neste processo formas de conduzir que estejam coerentes com o sonho que almejamos. Se a busca é por justiça, igualdade de direitos, equidade, autonomia, dignidade e liberdade, esse Popular precisa se cristalizar em jeitos de fazer que respeitem esses princípios (CRUZ, VASCONCELOS, 2017).

Para isso, afirma Melo Neto (2004), a metodologia que confirma algo como Popular precisa promover o diálogo entre os partícipes das ações. Envolve o exercício crítico do pensamento, na direção da preparação dos indivíduos para a ação, para “desenvolver metodologias que exercitem o cidadão para a crítica e para a ação” (MELO NETO, 2004, p.159), afirmando nesse processo sua identidade como indivíduo, grupo ou classe social.

Por tudo isso, o corpo metodológico de algo Popular requer pensar em mudanças, vislumbrando caminhos que permitam transformar as situações que geram desigualdades, que incomodam ou que oprimem. Para Paludo (2001), algo contra-hegemônico, desencadeado pelo efetivo comprometimento com a emancipação das classes ditas subalternas e da humanidade como um todo.

Pensar em Popular significa dispor-se a construir outras sociabilidades, que divirjam radicalmente daquelas hoje vivenciadas de modo predominante no mundo capitalista, dominado por lógicas outras que não aquelas humanizantes. E que guardem uma ética para com a vida e com a humanidade, sem diferenças de direito. Não uma ética para com o mercado, ou seja, para com os bens e o desenvolvimento econômico-social de uma pequena parcela da população. Como lembra

Paludo (2001), não há espaço para o Popular numa sociedade onde a mola mestra seja o capital. Mas como seria esta outra sociabilidade?

Ao estudar as relações humanas, educativas e políticas no seio dos movimentos sociais de carácter popular, Batista (2004) afirma a luta dos sujeitos nestes movimentos proporciona para todos espaços privilegiados de vivências para construção de novas sociabilidades e novos seres humanos, que vão se constituindo em seres culturais, sociais, éticos, coletivos, espaciais, históricos, afetivos, políticos, cidadãos. Para a autora, os processos educativos presentes nestas ações e a produção de saberes entre iguais reforça a comunhão de identidades e de objetivos, desvelando novas perspectivas para relação em coletividade, em sociedade. Espelham esse processo elementos como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral. Direciona-se assim a formação de sujeitos orientados por outra perspectiva ética de viver e conviver. Uma perspectiva popular (CRUZ, VASCONCELOS, 2017).

Falar de Educação Popular significa pensar como a educação contribui para a emancipação, especificamente daqueles setores sociais mais desfavorecidos. O Popular traz, para Paludo (2001, p.75), “ideários e concepções pedagógicas que sustentam práticas educativas, (...) [onde] há uma opção de classe que remete para uma visão de processo histórico, para uma compreensão de ser humano e de seu papel na história”.

EXTENSÃO POPULAR E SEUS SENTIDOS NA CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DA AÇÃO UNIVERSITÁRIA

Diante de todas as reflexões aqui compartilhadas, a Extensão Popular pode ser percebida como toda ação universitária concretizada através de um trabalho social desenvolvido com as classes populares, visando sua emancipação e a constituição de elementos teóricos e práticos que viabilizem essa autonomia, valorizando sua cultura, investindo em seus saberes, corroborando com a conquista de seus sonhos e interesses, desde que digam respeito a preservação da igualdade

de direitos, da justiça, da liberdade, evitando as dores e desconfortos, remando para alegria e felicidade (CRUZ, 2017).

Não obstante, enquanto processo, à Extensão Popular cabe articular ensino e pesquisa neste esforço, respeitando as especificidades de cada um, mas direcionando as ações acadêmicas para o enfrentamento dos mais emergentes problemas sociais, sentidos e vivenciados pela maioria da população, alienada de seus direitos e excluída da participação ativa na construção da vida em sociedade.

Encontra-se, por isso, com o entendimento de Paludo (2001, p.99) acerca das práticas de Educação Popular. Essa Extensão deve estar orientada por um conjunto de valores éticos/políticos, dentre os quais destacam-se a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares) capazes de serem os construtores da sua própria história de libertação sendo protagonistas destes processos; a busca de justiça e solidariedade; e a busca da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes, a autonomia e a democracia de base.

Nisso tudo, também não exclui a reflexão crítica e a percepção das contradições presentes em todos esses movimentos. A Extensão Popular é também dialética, enxergando o próprio processo com os olhares da história e do movimento, observando as ações de forma histórica e em movimento. Por isso mesmo, a Extensão Popular não pode cansar de olhar para a Universidade onde está, suas contradições, suas lutas e disputas internas, os projetos políticos que a cercam. Deve considerar a conjuntura social com a qual convivem suas ações e seus sujeitos - também histórica e socialmente influenciados. Por isso, a Extensão Popular constitui categoria que rima com aspectos teóricos da Educação Popular, como aqueles fundamentados por Calado (2014, p. 359):

processo formativo, protagonizado pela Classe Trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo

coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas, posturas correspondentes ao mesmo horizonte.

Consideramos que pensar a Extensão de caráter Popular requer ponderar três aspectos fundantes, levantados por Melo Neto (2004, p.156/157) ao pesquisar concepções de Popular: a origem, algo é popular quando tem origem nas maiorias, nas classes populares; a metodologia, sendo algo popular quando traz consigo um procedimento que incentive participação e promoção da cidadania, a emancipação; e o posicionamento político-filosófico, que diz algo popular quando expressa um cristalino posicionamento diante do mundo, trazendo consigo uma dimensão propositiva-ativa voltada aos interesses das classes desfavorecidas (ou sem cidadania). Ao assumir a dimensão do Popular, passa a considerar as dimensões fundantes deste adjetivo, expressando seus componentes políticos norteadores de suas ações, re-significados em metodologias que apontem encaminhamentos de ações que rumem para a conquista das utopias, o fim das desigualdades e das barbáries sociais (MELO NETO, 2014).

A concepção Popular de Extensão pressupõe uma crítica aos atuais caminhos acadêmicos trilhados de maneira dominante na Universidade. Conforme ressalta Jezine (2006), há transformações em movimento no seio acadêmico, induzindo a formação de um novo modelo de universidade, pensado sob princípios empresariais, vinculado ao projeto de reforma do Estado brasileiro e implantação de políticas neoliberais. Esse processo concorre com a perda das dimensões essenciais ou da própria missão desta instituição, quais sejam: o compromisso com a cultura, com o pensamento crítico, a liberdade de criação, a disseminação de conhecimentos e a relação dos indivíduos e das coletividades com a sociedade. Transforma-se o ethos acadêmico em um ethos tecnocrático (JEZINE, 2005).

É nesse contexto que emerge a Extensão Popular e suas realizações em todo o país vêm se ampliando e aprofundando (Prado et al, 2017). Como indica Vasconcelos (2015), a continuidade de suas ações deve estar calcada pelo pensamento crítico, pela solidariedade e pela dialogicidade,

na perspectiva de que seu movimento contemple a disputa por uma nova hegemonia na Universidade brasileira, onde se percebe o exercício do compromisso ético desta instituição na produção de conhecimentos, ações e tecnologias capazes de contribuir com a superação dos mais urgentes problemas sociais, o que tem constituído, até hoje, atividade marginal e desprivilegiada no meio institucional acadêmico (CRUZ, VASCONCELOS, 2017).

A EXPERIÊNCIA DO PIAC E O PROTAGONISMO DE EMMANUEL FALCÃO NA CONSTRUÇÃO DE ASPECTOS TEÓRICOS E DE DIMENSÕES PRÁTICAS PARA A EXTENSÃO POPULAR E PARA A REORIENTAÇÃO DO FAZER UNIVERSITÁRIO

A construção dessa obra parte do entendimento da Extensão Popular não apenas como campo de ações educativas e da pró-atividade, mas como lugar propício para a produção de conhecimentos úteis que abasteçam justamente estas ações e esta pró-atividade, animando os vários movimentos de contestação da estrutura conservadora, autoritária e elitista das universidades brasileiras.

Essa obra constitui, em sua essência, uma síntese teórico-prática e pedagógica dos trinta anos de trabalho de Emmanuel Fernandes Falcão no âmbito da Extensão Universitária através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Em seu conteúdo, as leitoras e os leitores encontrarão detalhamentos organizativos, depoimentos vivenciais e relatos de histórias dos caminhos percorridos pelo PIAC e toda sua equipe na busca cotidiana por construir a Extensão como um espaço de compromisso social profundo da universidade pública junto com os grupos sociais excluídos, esquecidos, empobrecidos e marginalizados. Em todas as páginas, serão encontrados as trilhas percorridas no seio dessa experiência em uma busca incessante por reconhecer esses

grupos como espaços coletivos e vivos, cheios de potenciais; e seus sujeitos, como fontes criativas de humanização e coagentes de mudanças, rumo a mobilização de práticas e de relações emancipadoras, que permitam – mesmo que passo a passo – a essas pessoas e seus grupos o vislumbamento de saídas para todo tipo de relações, situações e contextos que oprimam, incomodem e explorem o humano, sua dignidade e sua plenitude.

Para além disso, tendo como base as aprendizagens acumuladas no interior dessa experiência histórica, esse livro se configura como um como uma demonstração tácita de que, tendo como ponto de partida a Extensão, pode-se vislumbrar uma ação universitária que articula o ensino e a pesquisa com base no suor, nas lágrimas, nas situações e nos contextos concretos da realidade social, de modo que seus produtos e consequências se voltem a essa realidade com vistas a sua permanente melhoria. De tal forma que a ação universitária se constitua como uma comunidade de trabalho, a qual – a partir do contato intenso, cotidiano e dialógico com a realidade e seus sujeitos - se debruce sobre questões, conteúdos e temas de interesse a essa realidade para sobre eles pesquisar, estudar e aprofundar reflexões, levando necessariamente a mobilização de conclusões, constatações, considerações e formulações, as quais consistirão em temas de ensino e de aprendizagem, melhorando/reorientando a própria atuação na realidade. E, assim, em um ciclo de mergulhar na realidade/estudar essa realidade e seus problemas/aprender a partir desse processo/aplicar na realidade/continuar mergulhando na realidade, constitui-se o que chamamos de universidade popular.

Ao nosso ver, a presente obra segue na direção inequívoca de apontar caminhos possíveis para pensarmos, coletiva e criticamente, os desafios postos para a construção necessária e urgente de uma universidade profundamente popular.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S. X. Movimentos sociais e educação: construindo novas sociabilidades e cidadania. In: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2004, Coimbra/Pt. v. 1.

CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Org.). Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB, 2014. p.355-376.

CHAUÍ, M. S. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão Popular: situando a extensão universitária orientada pela Educação Popular. In: CRUZ, P.J.S.C.; CARNEIRO, D.G.B.; TÓFOLI, A.M.M.; RODRIGUES, A.P.M.; ALENCAR, I.C. (Org.). **Extensão Popular**: caminhos em construção. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017, v. 1, p. 19-31.

_____ ; VASCONCELOS, E.M. **Caminhos da aprendizagem na extensão universitária**: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

JEZINE, E. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Editora Universitária UFPB. João Pessoa, 2006. v.1. 331p.

_____. Universidade-sociedade e extensão universitária: construções teórico-metodológicas. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**, 2005, Meio digital. www.anped.org.br.

MELO NETO, J.F. **Extensão popular**. 2ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. v.1. 97p.

_____. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PRADO, E.V. et al (orgs.). **Caderno de extensão popular**: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão VEPOP-SUS - Vivências de extensão em Educação Popular e saúde no SUS. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500 p.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade**: vivências nos cursos de saúde. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2015, v. 1, p. 265-308.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o ensino universitário brasileiro vem sofrendo profundas transformações, entre elas, estão o surgimento de várias faculdades no território nacional. Esse fenômeno vem sendo visto com muita preocupação, em relação ao que vem sendo demandado pelo mercado de trabalho e à qualidade do ensino ofertado aos jovens brasileiros, bem como os reflexos no perfil profissional do que vai sendo formado por essas faculdades.

Entre essas preocupações, destaca-se a extensão universitária, uma dimensão acadêmica importante para a vida profissional do estudante e para promover a aproximação das Universidades com outros segmentos da sociedade, numa perspectiva de estabelecer diálogos que gerem políticas sociais transformadoras e emancipatórias. Esse cenário vem sendo discutido por professores, pesquisadores e extensionistas, através de estudos sobre o tema 'extensão universitária' que se preocupam com a indissociabilidade da extensão com a pesquisa e o ensino.

A insistência em provocar essa discussão é sobremaneira relevante para o ensino universitário no Brasil, uma vez que o governo brasileiro vem buscando formas de incluir os estudantes oriundos das classes menos favorecidas nas universidades públicas. Entretanto, o modelo escolhido, aparentemente, não se apresenta como o ideal, devido à deficiência no processo de formação do ensino fundamental e médio nas escolas públicas, o que encaminha esses alunos para o ensino privado.

A pesquisa publicada pela Revista *The Economist* (2012) aponta um crescimento explosivo das universidades privadas no Brasil e afirma que estudantes e investidores estão lucrando com esse cenário. Diz, ainda,

que os estudantes, nas universidades públicas do Brasil, ainda são, em média, preponderantemente brancos e ricos e, é mais provável, tenham frequentado escolas particulares nos ensinos infantil, fundamental e médio. A análise aponta um crescimento explosivo em universidades particulares com fins lucrativos e refere que elas estão ampliando a educação superior, entretanto, algumas são mais que *fábricas de diplomas* de qualidade duvidosa. A revista afirma que a forma mais segura de garantir que todos os jovens tenham uma chance justa de entrar nas melhores universidades é oferecer boas escolas a todos. Isso é percebido porque muitas dessas universidades privadas não apresentam, aparentemente nenhum programa que tenha compromisso com uma extensão universitária propositiva, preocupada com as transformações sociais que estejam voltadas para o desenvolvimento sustentável, apesar de, ao longo dos séculos, a extensão estar presente na vida acadêmica de muitas universidades do mundo, como as inglesas, as portuguesas, as americanas, entre outras, e elas serem elementos influenciadores da expansão do ensino nos países abaixo da linha do equador, como é o caso do Brasil.

Os modelos extensionistas não apresentaram para esses países um programa de desenvolvimento nem sugeriram propostas capazes de promover um desenvolvimento que fosse voltado para as classes populares, apesar de apontarem linhas de pensamento que possam sugerir ou ressaltar elementos que contribuam com a transformação social, pelo menos no discurso. É nesse cenário em que se situam minhas inquietações como extensionista e em que me identifico como promotor de ações sociais, muitas vezes convivendo com as contradições, os erros e os acertos de um trabalho social.

Este trabalho vem carregado de minha história educacional, iniciada com a alfabetização ocorrida numa escolinha de bairro, na Torre – João Pessoa/PB, denominada Escola Particular Santa Terezinha, no ano de 1962, para, em seguida, em 1963, começar minha vida acadêmica em escolas públicas. Cursei o ensino fundamental na Escola Municipal Reunida Augusto Santa Rosa; em 1965, continuei na 1ª fase do primeiro grau, no Grupo Escolar Santa Júlia, e concluí com o curso de admissão no

ano de 1969; ingressei na 2ª fase do primeiro grau, no Colégio Estadual Santa Júlia, onde concluí em 1973.

De 1974 a 1978, cursei o segundo grau, com o Curso Médio de Mecânica, desenvolvido na Escola Técnica Federal da Paraíba, hoje denominada IFPB. Nessa oportunidade, especializei-me como projetista mecânico; cursei o terceiro grau na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1978. Inicialmente, no Curso de Graduação em Engenharia Mecânica, do qual abdiquei em 1982, pois os custos eram elevados, e eu precisava trabalhar para sustentar a família, o que me fez buscar outras oportunidades. Assim, entrei em contato com a área da saúde e, em 1985, ingressei nas Ciências da Nutrição, de 1985 a 1992.

Convém salientar que também sofri fortes influências de meu pai para ingressar em um curso da área da saúde, pois ele era enfermeiro sanitário. Em suas atividades profissionais, chegou a fabricar vacinas na Paraíba, da década de trinta, até a década de sessenta. Nossas conversas sempre seguiam por uma construção de saúde coletiva, e isso me fez refletir sobre a escolha do curso, quando me vi obrigado a decidir que rumo tomar, depois de não mais me identificar com o curso de graduação que havia iniciado. Já o convívio com minha mãe era um convite para desenvolver os trabalhos que faço até hoje. Sua história de vida passou a me influenciar mais diretamente nas escolhas das minhas atividades de extensão quanto à produção de alimentos, pois ela tinha suas origens na roça e me passou ensinamentos interessantíssimos sobre a agricultura e a fome, motivo pelo qual busquei, na Ciência da Nutrição, um sentido para combater a desnutrição, com produção de alimentos, e evitar, se possível, entrar na nutrição clínica.

Contrapondo-me a esse modelo de nutrição, passei a procurar outras leituras e a viver outras experiências no campo da extensão, quando me deparei com os estudos de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e conheci o Professor Eymard Mourão de Vasconcelos. Diante desses novos estudos, mudei o foco do meu trabalho para a educação popular em saúde. Assim, no ano de 1999, iniciei um Curso de Pós-graduação em nível de Especialização em Educação Popular e Movimentos Sociais, que concluí 2000.

No campo profissional, iniciei em atividades de comércio, no período de 1975/1977, e, em seguida, por estar estudando em uma escola técnica, fui contratado por uma construtora na área de projetos mecânicos (1979) e, depois, pela UFPB como desenhista projetista pelo convênio MEC/BIRD II, no mesmo ano. Assim começou a minha trajetória no trabalho que desenvolvo até hoje.

Mesmo cursando a Graduação em Engenharia Mecânica, fui lotado como desenhista projetista no Centro de Educação, onde tive a oportunidade de conhecer algumas obras de Paulo Freire e entrei em contato com vários pensadores e educadores, literatos que me proporcionaram muitos conhecimentos e questionamentos naquela oportunidade. Esses contatos ocorreram de forma inusitada, pois, como desenhista, muitos professores do Centro de Educação me procuravam para preparar suas aulas com base nesses intelectuais. Esses trabalhos me possibilitaram alargar meus conhecimentos, fazendo com que eu passasse a estudar com mais intensidade esses temas e iniciasse meus primeiros contatos com a comunidade, seguindo a linha de pensamento da educação popular, como o trabalho do Centro de Educação, por exemplo, mais precisamente, no Laboratório Áudio Visual – LAEV⁴.

Em meados de 1985, ingressei na graduação nas Ciências da Nutrição. Nesse mesmo período, fui transferido para a Pró-reitoria de Ação Comunitária (PRAC). Isso modificou radicalmente minha vida profissional e acadêmica, visto que pude implantar os conhecimentos específicos do curso e enxergar as necessidades da comunidade e levá-los ao conhecimento da Universidade. A Nutrição me proporcionou elementos básicos para a formação de um programa de educação e saúde, pautado na prevenção de doenças, e isso me estimulava a estudar as causas da fome e da desnutrição, do ponto de vista de quem conheceu de perto esses problemas, pois fazia reencontrar a minha infância pobre e sofrida.

Enfim, via, claramente, as questões políticas da fome e da desnutrição, fato que me fez ter condição de, como estudante do

4 Laboratório Audiovisual de Apoio a professores do Centro de Educação - UFPB

Curso de Nutrição e extensionista, sentir a vontade de tentar construir espaços cidadãos nas comunidades mais sacrificadas, como pescadores ribeirinhos, índios, agricultores, jovens em situação de risco, sempre traçando como meta o exercício da cidadania e o protagonismo social.

A Pró-reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC) me possibilitou a aproximação dos elementos com os quais poderia desenvolver trabalhos comunitários e isso me favoreceu. Foi a partir de então que comecei a pensar que as minhas inquietações poderiam agora ter um encaminhamento mais proveitoso, do ponto de vista da ação comunitária inicialmente para, depois, transformar-se numa preocupação permanente com projetos e programas estruturantes.

Nesse período, percebi que o curso que escolhi na área de saúde era semelhante a outros tantos, pois carregava componentes que alargam o empoderamento daqueles profissionais que visam à profissão apenas de forma capitalista, dentro de uma formação tradicionalista, tecnicista, no ensino e na pesquisa, a serviço do grande capital. Consequentemente, muito longe da realidade que vivi, o que me fez procurar outras opções dentro do próprio curso.

Nessa oportunidade, lembrei-me do período que trabalhava no Centro de Educação e ouvia falar de projetos de extensão, como o CRUTAC5 e o PROJETO RONDON6. Comecei a estudar e a me aprofundar nesse tema. Desses trabalhos, resultou a confecção de algumas publicações correspondentes a seis livros, sendo o primeiro deles a fundamentação para a construção da metodologia Met-MOCI – Metodologia para Mobilização Coletiva e Individual (FALCÃO & ANDRADE, 2002).

Esse cenário de memória, aqui apresentado, estimula-me a repensar a extensão com outra compreensão e que aproxime as ações para um contexto popular, porquanto o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária – (PIAC), ladeado pelo processo pedagógico denominado de Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE, 2002), vem se aprofundando cada vez mais nas propostas de extensão com essa conotação e que a UFPB deveria vir desenvolvendo ao longo de sua existência.

5 Centro Rural Universitário de Trabalhos e Ação Comunitária, uma das primeiras experiências de extensão das IES.

6 Projeto de extensão universitária criado durante a ditadura militar.

Iniciei meu trabalho de extensão na Comunidade de Costinha, no ano de 1987, dois anos depois de o governo brasileiro ter decretado a proibição da pesca da baleia na Paraíba. Naquela oportunidade, a comunidade de pescadores da Praia de Lucena, que vivia praticamente dessa atividade, viveu dias de pânico e de caos.

Assim, aplicar um inquérito alimentar foi a ação extensionista que deu origem a esse programa e tinha o objetivo de analisar as condições nutricionais e as questões socioeconômicas das pessoas que sobreviviam da pesca da baleia em Costinha, no município de Lucena/PB. Depois de três anos de trabalho nessa comunidade, fui, junto com ela, descobrindo alternativas de sobrevivência, através de outros tipos de pesca e de outras atividades econômicas. Esse trabalho serviu de base para criar o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC).

A partir da experiência de Costinha, em 1990, foram iniciadas as ações do PIAC na Comunidade de Monsenhor Magno através do programa de bolsas de extensão, envolvendo alunos de vários cursos universitários, aproximando-os de ações comunitárias desenvolvidas em duas etapas: a primeira, com trabalhos assistenciais nas áreas de Serviço Social e de Saúde, que consistia em acompanhar famílias e grupos de risco com atendimento psicossocial e atenção básica em saúde.

A segunda etapa, com projetos de promoção político-social, consistia em construir espaços de resistência sobre a exploração de mão de obra desqualificada, luta por transporte coletivo, garantia de permanência no solo urbano com projetos habitacionais, reivindicação de política pública para garantir o acesso a saneamento básico, água potável e energia elétrica para aquelas famílias.

Convém salientar que os resultados deste trabalho serviram de base para iniciar as ações do PIAC, no Vale do Mamanguape. Esse trabalho começou no ano seguinte, com a abertura de um braço do rio Camaratuba, na aldeia Cumaru, na Baía da traição. Fui convidado para promover uma ação extensionista na reserva indígena Potiguara, um trabalho iniciado pela aldeia Galego, através de uma horta escolar. Terminamos por instalar um seminário com todas as aldeias pertencentes aos municípios de Rio

Tinto, Marcação e Baía da Traição/PB, com o intuito de discutir sobre os problemas mais graves que existiam na reserva.

A comunidade indígena de Cumaru, localizada em Baía da Traição, foi a escolhida, por causa do grau de dificuldades por que os índios daquela comunidade passavam, por não disporem de energia elétrica. Viviam da caça e do comércio do camarão, pois a aldeia vive próxima de um *paul* alagado. As pessoas foram mobilizadas para enfrentar o desafio de “abrir o rio”, ou seja, eliminar o excesso de vegetação típica daquela pequena bacia, drenando e canalizando o seu leito.

Devido a isso, houve a liberação de terras férteis para a agricultura de subsistência nas margens do rio, construído pela própria comunidade local. Toda uma organização comunitária se criou a partir desse trabalho em mutirão, assim como toda uma mobilização. O *paul*, acidente geográfico, foi identificado como uma verdadeira potencialidade e desafio para a vida política e econômica daquela comunidade. Da troca de olhares entre os agentes de extensão e os moradores, nasce um rio, nasce um projeto, nasce uma utopia de mobilização permanente. Convém salientar que esse trabalho ocorreu quando eu ainda era estudante de Nutrição, em fase de conclusão de curso.

Esse trabalho foi coroado com a criação da festa do camarão, uma vez que, nessa mesma aldeia, havia todas as condições naturais ideais para um criatório de camarão, uma verdadeira potencialidade local e um verdadeiro sonho nas aspirações da vida tradicional daquela aldeia/comunidade. O que estava faltando aos olhos das lideranças comunitárias e dos agentes de extensão? Faltava, antes de tudo, um projeto, mas, para isso, deveria existir uma auto-organização. Depois de muito trabalho, foi conseguido, através do governo do Estado, o primeiro projeto de eletrificação, alguns quilômetros de fios e postes elétricos. Só assim, o congelamento do camarão seria possível, além do benefício a que todos aspiramos com o consumo da energia elétrica doméstica. Um desafio extraordinário foi transportar alguns postes para o outro lado do Maceió, o que exigiu um trabalho comunitário, uma discussão, um planejamento e um mutirão e muita coragem.

Vinte e três índios da comunidade mergulhavam com um poste de cimento e davam alguns passos no fundo das águas do maceió. Um índio ficava na superfície para contar, rapidamente, quantos companheiros haviam mergulhado e quantos iam subindo para respirar. Dessa forma, preparava-se para o próximo passo coletivo. Seria importante comemorar a vitória da comunidade, com a chegada da energia elétrica no Cumaru. Esse feito da UFPB espalhou-se no Vale do Mamanguape de maneira que muitas comunidades passaram a procurar o PIAC, na perspectiva de promover a mobilização rural pela extensão da UFPB.

Iniciei essa mobilização por Mamanguape/PB, partindo da Comunidade de Engenho Novo, e lancei o Programa de Estágio de Vivência em Comunidades (EVC) com estudantes voluntários de outras universidades do Brasil. Com esse trabalho, implantei cinquenta e três novas associações de pequenos produtores no Vale do Mamanguape. No que tange ao Estágio de Vivência em Comunidade, tratou-se de um projeto realizado no estado da Paraíba, sob a supervisão do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da UFPB, em parceria com os movimentos sociais, as associações de pequenos produtores, o movimento estudantil e a Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE).

O Estágio tem o objetivo de buscar alternativas de inclusão social das classes subalternas e, ao mesmo tempo, favorecer a melhoria da qualidade de ensino, inserindo alunos nas comunidades, através de estágios extracurriculares, na perspectiva de, juntamente com elas, identificar os problemas existentes e procurar formas e estratégias de solução para eles. O Estágio também tem a finalidade de preparar, política e socialmente, a comunidade, e fornecer o suporte organizativo necessário ao desenvolvimento das demais atividades. Contando, com o respeito da cultura local, essas atividades se desenvolverão respeitando-se as potencialidades de cada comunidade.

Assim, através da extensão e da atividade acadêmica que articula produção e transmissão de conhecimento, o PIAC vem buscando fortalecer o papel da universidade de construir caminhos que possam transformar a sociedade, que possa, por sua vez, transformar a

universidade. Dessa forma, as ações do PIAC vêm oferecendo a todos os estudantes, principalmente aos da área de saúde vindos de todo o país, bem como a estudantes de outros cursos, elementos fundamentais para a interação, a conscientização, o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Nesse percurso, o PIAC vem buscando uma troca direta do saber popular e do saber científico, como também o desenvolvimento de uma consciência crítica tanto para o estudante quanto para a comunidade trabalhada. Proporciona ao estudante crescimento pessoal, ao passo que estimula o relacionamento com as mais diferentes pessoas e mostra que seu conhecimento científico deve ser tomado de forma interacionista e direcionado para a comunidade e suas necessidades.

Alimentado pelo movimento dos Estágios de Vivência, o trabalho de extensão, promovido pelo PIAC, gerou uma mobilização que, em pouco tempo, já contaminava treze municípios do Vale do Mamanguape. Todos se dispunham, nas frequentes reuniões, promover suas atividades de planejamento de forma participativa, em prol do bem comum naqueles municípios. Através desses trabalhos, foi criada a Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape - FAPEMA⁷.

Esse trabalho contribuiu para a criação e a fundação dos Sindicatos dos Professores da Rede Municipal de Rio Tinto, também a fundação do Sindicato dos Servidores públicos dos municípios de Mamanguape e Capim, além da fundação do Sindicato dos Mecânicos da Zona da Mata Norte, com sede no município de Mamanguape. A relação com os sindicatos me aproximou do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo que, ao tomar conhecimento de nossa mobilização, inclusive dos treinamentos feitos pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária no Vale do Mamanguape, pediu ajuda à Pró-reitoria de Ação Comunitária (PRAC) para levar o nosso trabalho de mobilização para aquele município.

A variável chave deste trabalho era a fome, inclusive de terra. Onde fazer roçado se a cana tomara tudo? Naquela oportunidade, a única

7 Entidade criada pelo PIAC/COPAC/PRAC/UFPB, no ano de 1993.

saída imediata, segundo Genaro Ieno (então Coordenador da COPAC – Coordenação de Programas de Ação Comunitária), seria negociar com o IBAMA para utilizar antigas áreas de mata ciliar - a faixa de terra fora de trinta metros de largura ao longo dos rios. Uma mobilização estava apenas se iniciando, e uma primeira proposta já se apresentava, devido à pressão popular pela Reforma Agrária.

Organizei uma capacitação com trabalhadores rurais, que durou cinco meses, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo, durante a qual foi feita uma solicitação de desapropriação de terras ao INCRA. Esse órgão, naquela mesma ocasião, época do lançamento da campanha do Betinho⁸, participava dos nossos encontros de comunidades. Discutíamos propostas para combater a fome e a miséria e, no encerramento desse treinamento, comemoramos nossa conquista da maior área de desapropriação na Paraíba – 3.100 *ha*. Em seguida, mais 3.000 *ha*. Assim, nossa metodologia, como processo pedagógico, foi se aprimorando no Vale do Mamanguape e, ali, foi plenamente aplicada e funciona até hoje sem ser mais necessária a nossa presença.

Semelhante ao que foi feito no Vale do Mamanguape, repeti, no município de Cruz do Espírito Santo, mobilizando dez associações de pequenos produtores, viabilizando a criação do Conselho Agropecuário daquela localidade, um trabalho conjunto com o Sindicato. Essa experiência de Reforma Agrária de apenas oito anos (1993-2001) conseguiu integrar, no processo produtivo, muitas famílias que vendem seus excedentes nas feiras circunvizinhas.

Com o processo organizativo da sociedade civil, veio a presença do Estado, com suas políticas públicas e membros do trabalho comunitário se tornando vereadores. Tomo como exemplo o caso da filha do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Cruz do Espírito Santo, que se elegeu vereadora naquela oportunidade, e o presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Praia de Campina que,

8 Sociólogo brasileiro precursor da campanha de combate à fome e à miséria e pela vida em 1994.

seguindo o exemplo da vereadora eleita, elegeu-se como o vereador mais votado do município de Rio Tinto.

Diante dessas experiências todas, surgiu a necessidade de promover trocas de experiências entre essas comunidades. Para isso, criei o encontro de lideranças comunitárias. Essa experiência ficou conhecida como “Encontros de Comunidades”, cujo objetivo era de discutir os problemas das comunidades que vinham sendo trabalhadas pelo PIAC, com suas reivindicações ao Governo do Estado e a outros órgãos, em esferas federais e municipais. Cheguei a organizar cinco encontros, todos na UFPB, no período de 1993 a 1996.

Esses eventos reuniram até 500 representantes de 120 grupos organizados, de 33 municípios paraibanos. Esses grupos enviavam até cinco indivíduos, o que fortalecia cada vez mais a mobilização em toda a região onde o programa passou a atuar. Essa se tornou, aos poucos, também uma área de estudos, que inspirou muitos trabalhos acadêmicos, pois, durante esses encontros, era implantado o Estágio de Vivência em Comunidade com estudantes da Paraíba e do resto do Brasil de universidades públicas e privadas.

Uma dessas experiências de estágio de vivência trouxe à tona uma questão que ocorreu no ano de 1993, na Comunidade do Sítio do Arroz. Surgiu um problema ligado à falta de água, nessa localidade, que faz parte do Vale do Mamanguape. Chegou, então, um convite para o PIAC para se discutir com a comunidade, entre outras questões, a da falta de água. Ainda pelo estágio de vivência, foi diagnosticado que as mulheres daquele sítio necessitavam caminhar quilômetros para buscar água na cabeça. Havia uma única cacimba (poço amazona), com sessenta metros de profundidade e água de pouca vazão, de tipo salobro, que, mesmo assim, provocava filas intermináveis. Um dia, à tarde, cheguei e constatei, junto com a comunidade, entre os diversos problemas, a variável maior: a falta d' água!

O país estava em plena Campanha do Betinho contra a fome, a miséria e pela vida – que constava na distribuição de cesta básica para famílias em situação de vulnerabilidade social. Naquela oportunidade, eu era contra a distribuição de alimentos como assistencialismo. Então,

pensei numa ideia de favorecer a formação de mutirões e oferecer essas cestas básicas aos participantes pela troca do trabalho comunitário, na construção de um pequeno açude.

O caso do Sítio do Arroz representou um bom exemplo de troca de trabalho comunitário por essas cestas básicas, pois se evitaram o assistencialismo e a solidariedade tradicional, que produzem passividade, marginalização, em vez de mobilização individual e coletiva. A sede e a fome, nesse sítio, evidenciaram o início do trabalho de construção de um açude comunitário, com quinze indivíduos numa primeira Associação, só que o fator fome e sede desencadeou um aumento do número de participantes, a cada semana, a ponto de o Sr. Elias, primeiro Presidente dessa Associação, dizer para a gente que já contava com oitocentos e sessenta e quatro indivíduos. Assim, construímos, com esse contingente, um açude de médio porte e mais sete barreiros, sem nenhuma máquina, fazendo com que nunca mais faltasse água no Sítio Arroz.

Ainda como experiência dos estágios de vivência em comunidades, promovidos pelo PIAC, alguns ex-bolsistas do referido programa, em parceria com o programa, resolveram criar uma ONG para dar continuidade ao que foi iniciado por eles durante a vida acadêmica. Assim, foi criada a Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), no ano de 1993, cujas atividades passaram a fortalecer as atividades do PIAC, desenvolvendo projetos de educação ambiental e manejo da pesca na Comunidade de Costinha - município de

Lucena, após a suspensão da pesca da baleia no Brasil. Na perspectiva de promover o pescador artesanal daquela comunidade, esse projeto foi apresentado na ECO 92⁹, em parceria com a instituição VISÃO MUNDIAL¹⁰, aprovado e financiado por ela através da cooperação internacional do Governo Inglês até o ano de 1995.

Durante o ano de 1994, o PIAC e a AGEMTE também implantaram outro projeto de educação ambiental e desenvolvimento sustentável na comunidade de Praia de Campina, no município de Rio Tinto/

9 Conferência Internacional de Meio Ambiente, ocorrida no Brasil em 1992.

10 Instituto de cooperação internacional, que assiste crianças em situação de risco com apadrinhamento.

PB, ainda com a parceria da VISÃO MUNDIAL, com financiamento da cooperação internacional do governo japonês, em tríplice parceria com a Universidade Federal da Paraíba/PRAC/COPAC/PIAC, a FUNDAÇÃO PEIXE-BOI MARINHO, o IBAMA e a Área de Proteção Ambiental (APA), com término no ano de 1999. Esse projeto consistia em garantir, através da associação dos pequenos produtores daquela comunidade, a produção de alimentos para sustento e comercialização, utilizando-se do manejo da fauna e da flora e do solo protegidos pela APA.

Dessa experiência, resultou uma discussão sobre a criação de unidades demonstrativas pedagógicas como proposta de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir da demanda da sociedade, por um programa de extensão. Com esse intuito, em 1995, através da extensão, o PIAC/COPAC/PRAC/UFPB, em parceria com a AGEMTE, instalou uma unidade pedagógica familiar agroecológica no município de Taperoá/PB, através de seu departamento técnico, que serviu de modelo para a região do semiárido nordestino.

Nessa oportunidade, eu já adotava os referenciais das obras de Paulo Freire, em qualquer trabalho comunitário que me propunha a desenvolver. Nesse sentido, aproximei os princípios da educação popular do PIAC para dar início a uma atividade no campo da educação formal, adequada à realidade daquela região, na perspectiva de envolver as famílias numa dimensão educacional problematizadora. Essa proposta educacional superava as barreiras do ensino tradicional, apontando caminhos que poderiam ser capazes de potencializar processos de mudanças na vida das pessoas daquela região, aproximando a escola das associações de pequenos produtores da região e fortalecendo a constituição de outras entidades representativas.

Como resultado, foi criado um educandário denominado de Escola Caminhos do Saber (ECASA), que tinha como objetivo desenvolver um processo de ensino e aprendizagem para as crianças, e articulava a escola com os pais das crianças para desenvolver o processo de organização e participação das famílias nas questões produtivas, políticas e sociais locais. Essa proposta envolvia muitas famílias em vários municípios, que colocavam seus filhos nesse educandário para estudar nesse município.

Assim, a escola passou a envolver as famílias numa grande mobilização, com o intuito de promover ações de mobilização e organização em volta desses temas.

Como resultado dessa ação, foi observada a constituição de, aproximadamente, dezesseis associações de pequenos produtores, em Taperoá, e em outros municípios dessa região que veio viabilizar a criação de vários conselhos agropecuários nos municípios de Desterro, Livramento, Teixeira, Cabaceira e Taperoá. Essa experiência conseguiu integrar o processo produtivo naquela região envolvendo esses municípios. Nesse sentido, as atividades do PIAC e da AGEMTE vêm se integrando de 1999 até meados de 2014, onde vêm implantando vários programas integrados de educação ambiental, saúde, educação popular, cultura, produção de alimentos e manejo de animais de pequeno porte, além de desenvolvimento de tecnologias sociais, em parceria com o Governo Federal e o Estadual, através de financiamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Trabalho (TEM), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Fundação de Ação Comunitária (FAC)¹¹ e do PROJETO COOPERAR¹², com o apoio da UFPB/PRAC/COPAC/PIAC. Dos resultados obtidos desse processo, pode-se dizer que a organização dessas comunidades fez com que elas lograssem algum êxito em relação à sua legalidade, pois hoje se encontram aptas a receber financiamentos de qualquer instituição financiadora e vêm desenvolvendo várias ações produtivas com esses financiamentos.

Quanto à emancipação, observou-se que as comunidades trabalhadas conseguiram desenvolver um programa de produção de alimentos importante para o sustento familiar, associada ao comércio local, às vezes até determinando outras relações de poder com esses comércios, diante da relação de exploração dos atravessadores. Do ponto de vista do meio ambiente, esses projetos descritos mostraram consideráveis avanços que ocorreram com grupos de agricultores familiares e pescadores. Como exemplo, estão os tipos de armadilhas utilizadas para a captura de pescado, a criação intensiva de pescado em

11 Órgão de apoio a projetos de ação comunitária do Governo do Estado/PB, criado em 1992.

12 Órgão de Apoio a projetos produtivos, voltado para zona rural, do Governo do Estado da Paraíba. Financiado pelo Banco Mundial.

tanques e barreiros, a suspensão de queimadas, a implantação de apiários produtivos, o reflorestamento de algumas áreas degradadas, além da formação, da capacitação e da organização de grupos comunitários, na busca pela implementação de políticas públicas que atinjam todas as famílias nas comunidades trabalhadas.

Desde o ano de 2008, o PIAC vem participando, junto com a AGEMTE, de um programa denominado de ATEs/INCRA/MDA¹³¹², que tem como objetivo ofertar assistência técnico-socioambiental para 3.790 famílias, em 67 assentamentos rurais, localizados na Zona da Mata Norte e no Brejo Paraibano. Convém salientar que esse programa vem garantindo o acesso de trabalhadoras e trabalhadores a financiamentos de projetos produtivos, através do Governo Federal, pelo Programa de Aquisição de Alimentos PAA/CONAB¹⁴¹³ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, beneficiando, diretamente, 1.200 famílias, e indiretamente, 35.000 famílias, atingindo a cifra aproximada de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), nesses últimos quatro anos.

A partir do ano de 2011, até a presente data, venho desenvolvendo, no campo educativo, o Projeto Salas de Aulas Itinerantes nessas áreas de assentamentos rurais, que denominei de Unidades Demonstrativas Pedagógicas da Agricultura Familiar-UDPAFs¹⁵, que se caracterizam como espaços de práticas pedagógicas com a visão sistêmica, considerando as questões socioambientais e produtivas e se configuram como espaços de atividades teórico-práticas.

Desse modo, estamos solidificando e disseminando práticas e tecnologias sociais de baixo custo e menos dependentes do sistema externo, construindo grupos de interesses com capacitação continuada, que têm ainda uma perspectiva de fortalecer um processo pedagógico diferenciado, além do acompanhamento técnico e de apoio às famílias de agricultores familiares numa perspectiva emancipatória.

13 Programa de Assistência Técnica, sócio e ambiental financiado pelo MDA/INCRA.

14 Política do Governo Federal voltado para os agricultores e familiares para a aquisição de seus produtos.

15 Salas de aula itinerantes instaladas nos assentamentos rurais da Paraíba pela AGEMTE, como proposta da universidade popular.

Diante do exposto, surgem inúmeras inquietações que me levam a questionar: até que ponto o engajamento civil e ético de um extensionista pode analisar a troca de conhecimentos e os processos emancipatórios sem desprezar a técnica, em prol da ideologia, e envolver essas duas dimensões na produção de um novo conhecimento crítico? Partindo dessa perspectiva, destaca-se a importância da Academia, na expectativa de desenvolver processos emancipatórios por meio de trabalhos de extensão universitária e de construir relações políticas, sociais e econômicas entre a Academia e os sujeitos envolvidos no processo, cuja participação é fundamental para possibilitar debates entre entes federativos e cidadãos interessados em construir políticas públicas que apontem caminhos para a emancipação. Por outro lado, o estímulo à participação pode contribuir com as pessoas para se organizarem em torno das questões que são pertinentes às suas necessidades e seus espaços de lutas, seja no campo ou na cidade.

Em meu trabalho, tenho observado que a participação e a organização dos trabalhadores são passos importantes para que esses possam atingir a autonomia. Por esse motivo, entendo que participação, organização e autonomia são categorizações que podem auxiliar este estudo, em que coloco esse rol de experiências sobre a análise crítica, na busca por evidenciar e refletir sobre os possíveis caminhos emancipatórios gerados pela extensão popular. Assim, passo a questionar se a extensão, através dessas categorias - participação, organização e autonomia - abre novos espaços para o desenvolvimento de outras formas de saber que tenham como princípio a produção de conhecimentos emancipatórios.

Quais são os espaços possíveis, dentro da universidade, para que ocorram esses processos? Seriam projetos em extensão popular os espaços potenciais de construção do conhecimento emancipatório? Seriam essas experiências estudadas um caminho para identificar essas categorias como dimensões para a construção de processos emancipatórios? Será que a emancipação pode ocorrer pela universidade? Existem elementos para promover o protagonismo de sujeitos através da Extensão Popular?

Nessa perspectiva, constituiu objetivo geral - do estudo gerador dessa obra - desvelar processos emancipatórios através da análise crítica de uma experiência de Extensão Popular.

Como etapas de nosso processo de estudo, delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar práticas educativas promovidas no contexto do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC);
- Identificar no PIAC possíveis práticas que possam contribuir para a emancipação das pessoas;
- Verificar mudanças ocorridas, do ponto de vista da emancipação, na vida de lideranças comunitárias, a partir da interação com a Extensão Popular, no Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária;
- Situar as categorias participação, organização e autonomia presentes na relação de pessoas, constituintes da emancipação;
- Caracterizar caminhos possíveis da Extensão Popular a serviço da emancipação.

Cumpramos ressaltar que, para tentar responder as minhas inquietações, recorreremos a um esforço reflexivo no campo materialista histórico dialético na perspectiva marxista (MARX, 1988). Nesse percurso, vejo-me numa encruzilhada com um grande conflito. De um lado, tentando me desvencilhar do olhar apaixonado de extensionista, amoroso diante do seu objeto de estudo; de outro, querendo me desapegar de espaços tão aconchegantes, numa viagem de afastamento, para um reaproximar mais criterioso, por entender que, ao tomar essa decisão, não estou apenas criticando os processos e os procedimentos

acadêmicos também, mas, principalmente, vendo-me criticamente dentro das contradições de um trabalho social carregado de esperanças e de sonhos, porém cheios de equívocos e de frustrações. Nessa perspectiva, anoro-me no pensamento de Marx (1988, p.28), quando refere que “[...] *a essência humana não é uma abstração inerente do indivíduo singular. Em uma realidade, é o conjunto das relações sociais*”.

Esse é o algo que, nesse contexto, constrói-se como um cenário para o referido trabalho, com o qual pretendo compreender os processos emancipatórios dos sujeitos que conviveram com a extensão popular e comigo, na última década, num espaço de tempo que se estende de 2002 a 2012.

Por se tratar de estudos–investigativos sobre processos emancipatórios, caracterizo os processos organizativos e participativos dos sujeitos como elementos fundamentais, para analisar as possibilidades de se construírem processos por meio dos quais eles possam viver sua autonomia e, conseqüentemente, emancipar-se. Para tanto, utilizei o método dialético (MARX, 1988), visando nortear minha mediação tanto no diálogo com os elementos, estudando seus avanços, quanto nas contradições que se apresentaram ao longo de todo o estudo, do lado das pessoas e das instituições envolvidas no processo.

Como técnica de coleta de dados, empreguei as entrevistas semiestruturadas com seis pessoas que convivem com essa prática extensionista popular e comigo, nesses últimos 10 anos, através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), ladeada pelo processo pedagógico que denominei de Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE, 2002), tema que volto a abordar mais adiante.

Para fortalecer esse trabalho de pesquisa, busquei informações diretas para auxiliar os dados primários, em publicações produzidas em livros, relatórios e artigos por mim publicados através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, também, informações secundárias em fontes como IBGE, PNUD relatórios desenvolvidos no Colegiado do Território da Cidadania da Zona da Mata Norte.

Convém salientar que os sujeitos entrevistados, num total de seis, são todos trabalhadores autônomos, uns analfabetos, outros

alfabetizados, em nível secundário, e outros cursando o ensino superior. Mas, a escolha desses atores se justifica pelo porque todos atuavam em suas profissões, e alguns participavam efetivamente de suas estâncias organizativas, como sindicatos, associações, movimentos sociais ou similares. Por outro lado, estavam sempre dispostos a desenvolver atividades para além de suas profissões, e cada um aceitou participar da pesquisa espontaneamente.

Outra observação que faço, ainda em relação aos entrevistados, diz respeito às características das perguntas geradoras, que trazem dois cenários: o primeiro, correspondente aos dados pessoais, como: salário, renda familiar, coleta de lixo, moradia própria ou locada, estado civil, número de filhos e condição escolar; e o segundo, com questões abertas sobre como o entrevistado conheceu a UFPB, o PIAC e o pesquisador (Emmanuel Falcão), em que circunstância começou a participar dos trabalhos que a UFPB oferecia, como foi o seu processo organizativo, como chegou a conhecer os processos de autonomia, que melhorias ocorreram em sua vida e como se colocava diante dos processos emancipatórios.

É importante frisar que os entrevistados não foram escolhidos aleatoriamente, pois busquei, entre muitas lideranças com as quais convivi, algumas que desenvolviam trabalhos sociais através da interação com o PIAC, sem abandonar suas atividades do dia a dia. Por outro lado, apresentavam diferenças de comportamento na forma de conduzir os trabalhos sociais. Para ilustrar o que apresento, escolho um pescador que não participa ativamente de sua instância organizativa, e outro que fora militante sindical; um agricultor que não tinha nenhuma noção organizativa, e outro que hoje é dirigente sindical; um trabalhador autônomo, que desconhecia o movimento comunitário, e outro trabalhador, funcionário público, que militava nesses movimentos há bastante tempo.

Essa preocupação trouxe um componente para a análise crítica e comparativa nesse recorte temporal de dez anos, numa perspectiva de identificar os momentos de avanços, conquistas, mas também as contradições das ações dos entrevistados e do programa. Desse

modo, passo a estabelecer um diálogo franco e aberto com essas lideranças constituídas, observando como se envolveram com a constituição das entidades que lhes representavam e passaram a ser as articuladoras de políticas públicas sociais, refletidas em convênios, projetos e programas advindos das propostas discutidas, de forma conjunta, por essas lideranças entrevistadas e a comunidade, com o apoio da instituição UFPB e a Ong AGEMTE – Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão.

Busco apresentar o produto para análise, em gráficos que apontem resultados mais significativos, que possam mostrar as categorias participação, organização e autonomia de forma mais evidente, na trajetória dos entrevistados, dentro do projeto, que apontem para a emancipação. Convém salientar que a fala dos entrevistados, através dos dados coletados, foi adequada no que tange ao português e à linguagem formal, para uma melhor compreensão acadêmica sem, contudo, perder a qualidade de seu conteúdo, e respeitando-se as falas em seus objetivos, desejos e expressões.

No que se refere à análise dos dados, acosto-me também aos estudos da Teoria Geral de Sistema (BERTALANFFY, 2008), à Teoria da Complexidade (MORIN, 2002) e à Teoria da Evolução Humana (MATURANA; VARELA, 1995), cujos pensadores são modernos do neoplatonismo e do neo-hegelianismo que, numa concepção filosófica, resgataram essa visão neoplatônica do mundo e mantiveram-na viva durante o Século XX e a introduziram no Século XXI.

Diante do exposto, passei a observar que este trabalho vem, dialeticamente, convergir com a educação popular (FREIRE, 1999) para uma visão sistêmica (BERTALANFFY, 2008) que, dialogicamente, vai dando ênfase aos subprincípios de identidade cultural, na compreensão do sentido do outro (AUGÉ, 1999), numa coerência que constitua e garanta a unidade do todo, o subprincípio da diferença que engendra a multiplicidade em que se desdobra este trabalho. Para Hegel (1992), somos todos dobras da substância única, que é o próprio sujeito objeto, em sua forma absoluta.

Esses elementos abrem caminhos para a construção de uma proposta de extensão na UFPB, desenvolvida no PIAC, que, talvez, possa

ser denominada de extensão popular, considerando os vários elementos que definem o conceito do popular. Para compreender bem mais os procedimentos metodológicos, apresento, mais adiante, o processo pedagógico constituído durante o processo de criação do PIAC e que vem servindo de metodologia para promover a mobilização e a interlocução com os entes da superestrutura: estado, mercado e sociedade civil.

Destaco que antes de proceder com a coleta das informações cedidas pelos sujeitos do estudo, como pesquisador, expliquei claramente os objetivos do estudo, expondo os instrumentos, entregando cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi lido e assinado. Nessa direção, esta pesquisa encontra-se em consonância com os preceitos que regem a Portaria n. 466/2012 (BRASIL, 2012), sendo aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba sob o número do parecer 851.907/2014.

CAPÍTULO I

Extensão Universitária:

CONCEITOS E CONCEPÇÕES

As informações apresentadas neste capítulo trazem alguns elementos históricos que ocorreram na extensão universitária no Brasil e vêm, ao longo dos anos, prestando-se como estudo, para facilitar a construção de componentes para uma extensão de caráter popular, com seus conceitos, concepções, como elementos importantes que apontam para uma extensão emancipadora que possa promover a autonomia dos sujeitos.

Compreendendo, hoje, que as Instituições de Ensino Superior constituem-se num espaço de pluralidade de ideias. Elas se destacam de quaisquer outras instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, por ser um lugar privilegiado em que os atores do processo educacional interagem de forma incisiva, desenvolvendo e adquirindo conhecimentos e habilidades, objetivando compreender e agir numa perspectiva de transformação as realidades que as cercam.

Uma das possibilidades de intervenção sobre a realidade que cerca uma IES e a região onde ele se insere é a dimensão da extensão universitária. Esse entendimento se evidencia diretamente pela compreensão da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Entretanto, seria a extensão universitária o canal de ligação mais direto, entre essas outras duas dimensões e a região em que ela se edificou.

Nesse sentido, chamo a atenção para uma melhor compreensão dos trabalhos de extensão universitária, através de um olhar que perpassa um breve histórico da própria extensão universitária, trazendo elementos importantes para um posicionamento crítico diante dos projetos de extensão que vêm surgindo ao longo da existência do ensino universitário no Brasil.

ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para compreender os estudos desenvolvidos neste trabalho, em relação à observação de processos emancipatórios pela extensão popular, é necessário entender os modelos de extensão universitária existentes na atualidade no Brasil. Para tanto, é importante que se olhe para o

passado, no sentido de entender, pelo curso da história, como vem se dando a evolução da extensão universitária no Brasil até o presente. Por outro lado, também, é preciso compreender também esses caminhos da extensão, na construção de processos emancipatórios que as IES possam vir desenvolver. É possível que se identifiquem experiências extensionistas nos primórdios da existência das universidades de caráter religioso, como as missões ou ações filantrópicas de atendimento aos mais pobres, realizada pelo Mosteiro de Alcobaça, em Portugal (1269). Na Inglaterra, surgiu, em 1867, pela Universidade de Cambridge, a proposta de extensão, com atividades acadêmicas, através de palestras, conferências refletidas e ações técnicas associadas a programas de desenvolvimento social e outras tantas, de cunho revolucionário, com nascedouro nos movimentos da Europa, que ensejava liberdade e influenciou fortemente os países latino-americanos, levando professores e alunos de universidades a questionarem sobre a relação entre a educação superior e a sociedade.

Parece-me que, no Brasil, esses muitos anos de história, no campo da educação superior, a extensão universitária apresenta avanços para alguns setores ligados a esses educandários de ensino que estimulam o acúmulo de capital, bem articulados com os poderes, ligados aos setores públicos, mas desarticulados das necessidades da classe trabalhadora e da população em geral. Já em 1918, a extensão é defendida como uma articulação necessária da Universidade com os movimentos sociais, através da ideia de divulgação da cultura para as classes populares, conforme destaca Melo Neto (2002).

Esse movimento declara uma intencionalidade emancipatória dessas classes, por acreditar que a extensão universitária se desenvolve como uma tentativa de participação de segmentos universitários nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade. Tais ideias permeiam também a constituição da extensão no Brasil, especialmente através das ações da União Nacional dos Estudantes (UNE), que investia em cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e artísticos.

Era priorizada a disseminação da cultura para o povo, fundada em ações como prestação de serviços e promoção de cursos. Por meio dessas ações, sua intencionalidade política era de se comprometer com as classes trabalhadoras e com o povo, buscando direcionar a Universidade para o apoio às reivindicações e as lutas populares e da classe operária. A partir da década de 1930, a UNE afirmou a defesa de questões sociais e referenciou o Movimento de Córdoba, que se caracterizava pela mobilização estudantil em favor de uma reforma universitária e, nas palavras de Oliveira, Azevedo (2008) apresentou os princípios de uma crítica ao modelo de universidade tradicional existente na América Latina, que ainda era dependente de um paradigma colonial de organização da educação superior. Esses processos se constituem um marco histórico incontornável para se compreenderem os demais processos de reforma universitária,

Já nas décadas de cinquenta e sessenta do Século XX, surgiram às ideias do educador Paulo Freire, que propunha uma educação crítica a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas para a superação das desigualdades existentes no interior da sociedade, que ficou conhecida como uma pedagogia libertadora. Assim, ele considera que o processo de pedagogia deve passar pelo próprio homem, pois seria esse homem o próprio agente histórico da libertação (FREIRE, 1987). Nesse período, surgiu uma nova proposta pedagógica denominada de Educação Popular, cuja maior referência é o educador Paulo Freire (1987, p.32), que diz:

O processo de libertação não é obra de uma só pessoa ou grupo, mas, sim de todos nós. Para isso é preciso saber ler a nossa vida, agindo e refletindo sobre a ação. Ou seja, unir a teoria com prática, pois somente pensando as nossas ações é que vamos nos reconhecer nelas como sujeito da história.

Um dos momentos significativos desse processo ocorreu no Rio Grande do Norte, no início da década de sessenta, na cidade de Angicos, numa proposta que dizia “Com os pés no chão também se aprende a ler”.

Para Freire (1982), o professor é um coordenador de atividades que organiza e atua conjuntamente com os alunos, quando propõe uma prática de sala de aula que possa desenvolver a criticidade dos educandos. Freire condenava o ensino oferecido pela ampla maioria das escolas burguesas, que ele qualificou de educação bancária, em que, segundo Freire (1987), o professor age como quem deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, dócil. Em outras palavras, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores. Trata-se, na concepção de Freire (1987), de uma escola alienante, mas não menos ideologizada do que a que ele propunha para despertar a consciência dos oprimidos.

É possível que Freire (1987) se referisse também ao modelo produtivo agropecuário adotado no Brasil a partir da década de 1960, implantado graças a uma ação conjunta e organizada pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão. Isto é, universidades, órgãos de pesquisa e de extensão, numa perspectiva rural, em que essa extensão e seus defensores são os responsáveis pela introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização intensiva de insumos e máquinas, com o objetivo de aumentar a produtividade.

Esse cenário ainda é produto do tal *milagre brasileiro* introduzido no governo Juscelino Kubitschek, em que a extensão rural, no Brasil, nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Compreendo que esse processo acelerou as ações de extensão com características produtiva no Brasil, trouxe o componente da competitividade e ampliou os espaços para o surgimento de escolas que se adequassem a esse novo modelo. Em Bemvenuti (2002), percebe-se que esse formato é latente, quando a autora diz que a extensão universitária, no Brasil, é fruto de três versões históricas que perpassam momentos de tensão política e econômica, como também de desenvolvimento tecnológico, a saber: 1- a tradição latino-americana – em que o envolvimento institucional é menor e marcado pelo ativismo estudantil. Dois momentos importantes no Brasil podem ser lembrados como representantes dessa tradição: a abolição da escravatura, com o envolvimento maciço dos estudantes de Direito, e

os movimentos da década de 60, com caráter vanguardista; 2- a tradição americana – com a universidade de serviços para atender às necessidades da população e capacitá-la; e 3- a parceria extensão de serviços, com compartilhamento de recursos, em especial, do conhecimento mais especializado e dirigido ao setor produtivo.

Para que esse processo ocorresse, era preciso “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária. Com isso, ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento. Tratava-se de um modelo “tecnicista”, isto é, com estratégias de desenvolvimento e intervenção que levam em conta apenas os aspectos técnicos da produção, e que apresentava três momentos, sem observar as questões culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais.

O primeiro momento, chamado de “humanismo assistencialista”, prevaleceu de 1948 até o início da década de 1960. Nele, os objetivos do extensionista eram de aumentar a produtividade agrícola e promover o bem-estar das famílias rurais com o aumento da renda e a diminuição da mão de obra necessária para produzir. Em geral, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de economia doméstica.

Apesar de levar em conta os aspectos humanos, os métodos dos extensionistas, nessa época, também eram marcados por ações paternalistas, isto é, não “problematizavam” com os agricultores, apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas que não favoreciam o florescimento da consciência crítica nos indivíduos, atendendo apenas as suas necessidades imediatas.

O segundo momento da história extensionista, chamado de “difusionismo produtivista”, voltou suas ações no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), baseando-se na aquisição, por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante,

com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para introduzir o homem do campo na dinâmica da economia de mercado.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava ao aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”. A extensão era um empreendimento que visava persuadir os produtores, para que eles adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, e suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão ainda assumia um caráter tutorial e paternalista.

Durante esse período, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e houve grande expansão do serviço de extensão rural no país. Em 1960, no Brasil, apenas 10%, aproximadamente, dos municípios contavam com esse serviço. Em 1980, a extensão rural já atingia 77,7% dos municípios brasileiros. Entretanto, o papel dos extensionistas era condicionado pela existência do crédito agrícola, e os pequenos agricultores familiares que não tiveram acesso ao crédito também ficaram à margem do serviço de extensão rural.

Esse modelo de extensão trazido dos EUA, através de programas de colaboração internacional, exerceu forte influência na extensão universitária, na década de 50, e chegou a inaugurar as escolas politécnicas no Brasil. Tinha características próprias voltadas para o agronegócio e os modelos agros exportadores. Essa prática convencional da extensão universitária ainda traz o predomínio do conhecimento acadêmico, que caracteriza uma ação conservadora encoberta por uma retórica de transformação. Os trabalhadores, contudo, permanecem silenciosos, à mercê de um modelo que transparece uma superioridade de quem entrega e uma inferioridade de quem recebe. Para não falar da quase ausência da preocupação com a produção do conhecimento. Contudo, depois do golpe militar de 1964, as universidades brasileiras passaram por um processo de transformação profunda (GERMANO, 2005), que atingiram, sobretudo, a dimensão do ensino em geral, e instalou-se de

forma mais contundente um método de ensino que fortalecia ainda mais as classes dominantes.

Nesse contexto, surgiu a compreensão do papel social das universidades brasileiras trazendo a prerrogativa da indissociabilidade das três dimensões que lhes é atribuída através do ensino, da pesquisa e da extensão. Conseqüentemente, suas contradições políticas são refletidas na aplicação de modelos de ensino e pesquisa voltados para a hegemonia capitalista, reforçados pela prática de uma extensão assistencialista que se apresentam até nos dias atuais.

Convém salientar, também, que, nessa oportunidade, já existiam alguns grupos de pessoas, professores, estudantes, técnicos das IES no Brasil, que se identificavam com movimentos contra hegemônicos a esse modelo de extensão, numa concepção de resistência, quando eles se propunham a enveredar por setores subalternos da sociedade, construindo espaços de resistência e apoio a demandas que surgiam dos movimentos sociais e dos trabalhadores.

São esses movimentos que vão construir alguns cenários, que trazem a preocupação com outras concepções de extensão universitária de caráter popular, voltados para a construção de um diálogo com esses trabalhadores em seus espaços de lutas, apoiados por outros segmentos sociais, como a igreja, os sindicatos, as Ongs etc. Mesmo assim, ainda se observam outros cenários que trazem outras práticas e que carecem de exame mais profundo, como é o caso do surgimento de novas concepções e conceitos de extensão, na virada do Século XX para o Século XXI, aproximando a extensão de uma dimensão não observada ainda - a extensão como trabalho social.

Nesse sentido, surge a necessidade de aprofundar o debate sobre conceitos e concepções de extensão universitária, numa perspectiva comparativa relacionada à extensão que temos da extensão que queremos.

ELEMENTOS CONCEITUAIS

Para melhor compreender os avanços do ponto de vista dos conceitos sobre a extensão universitária, para alguns teóricos, a extensão trata-se das ações de interação dialógica entre a comunidade universitária e os setores da sociedade exterior a elas, demandando o desenvolvimento de metodologias participativas. A qualificação da extensão realizada na universidade passa, portanto, pela incorporação desse amadurecimento conceitual e metodológico pelos extensionistas.

Souto Maior (2013), analisando historicamente a extensão universitária, observa, pelo menos, quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: inicialmente, aponta o modelo da transmissão vertical do conhecimento, seguida do voluntarismo, a ação voluntária sociocomunitária e a ação sociocomunitária institucional, concluindo com o acadêmico institucional.

Saviani (1984) ressalta que as universidades, principalmente as públicas, têm na extensão a missão de se articular com o ensino e a pesquisa, mas não podem transformar uma na outra pelas especificidades de cada uma dessas funções. Porém destaca, na missão social das universidades, a problemática de se observarem as práticas ou ações extensionistas como forma de responsabilizar as IES por uma melhoria do nível cultural da sociedade, ao mesmo tempo em que deve restituir recursos investidos para educar a classe trabalhadora.

Como exemplo, aproximando o olhar das experiências com extensão na UFPB, elas têm se efetivado por meio de diferentes perspectivas, inclusive conceituais. Há aqueles que entendem a extensão como uma via de mão única, e cabe à universidade derramar o seu “saber” na comunidade, como uma visão de intervenção. Nesse campo, tanto Rocha (1986) quanto Saviani (1984) discorreram sobre alguns dos problemas mais recorrentes que envolvem a extensão universitária, nos quais se destacam as visões assistencialistas, colonialistas e intervencionistas do Estado, que sempre permearam as práticas de extensão instituídas no Brasil, principalmente depois da Reforma Universitária de 1968 (GERMANO, 2005).

Esses autores ainda discutem sobre a história da extensão universitária no Brasil, desde sua criação, sob a influência dos modelos universitários europeus, perpassando pela atuação dos estudantes e da UNE, antes e depois do Golpe Militar de 1964, culminando com a instalação de projetos como o Projeto Rondon, os CRUTACs e a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAC), entre outros. Esse cenário aponta para alguns autores que consideram a extensão como via de mão dupla. Com isso, quer dizer que a comunidade ganha com os serviços prestados pela Academia, e a Academia ganha em poder colocar seus pesquisadores, técnicos e estudantes tanto de graduação quanto de pós-graduação para desenvolver suas atividades acadêmicas na sociedade.

O conceito construído nas reuniões dos pró-reitores de extensão foi apresentado para a comunidade universitária no ano de 1987, na conclusão retirada do Fórum de Pró-reitores das universidades públicas brasileiras naquele ano. Esse é um conceito de extensão universitária que sofreu uma série de modificações desde o início do século passado. Até já foi conceituado como um conjunto de ações unidirecionais de difusão, assistencialismo e prestação de serviços pelas quais a universidade leva conhecimento para onde ele não existe. Entretanto, com o amadurecimento e o fortalecimento das discussões sobre o papel da universidade e da extensão, através do processo de redemocratização do país, vem se solidificando a concepção defendida pelo Fórum Nacional de Pró-reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEXT), de que a extensão representa uma filosofia de integração entre a produção de conhecimento e a formação de pessoal que tem grande capacidade de dar encaminhamento a problemas socialmente relevantes e, ao mesmo tempo, de contribuir com a formação cidadã dos envolvidos.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. (I FÓRUM DE EXTENSÃO DE

PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, 1987, p.11).

Para Melo Neto (2001), esses conceitos carecem de um exame mais cuidadoso. Analisando criticamente trabalhos de extensão desenvolvidos no âmbito da UFPB, esse autor apresenta outras possibilidades conceituais e de concepções, que qualifica, com mais profundidade, outros conceitos e traz novas reflexões.

O conceito de extensão não pode fixar-se como uma via de mão única, considerando que nessa compreensão está implícita a concepção autoritária do fazer acadêmico, onde a universidade “sabe” e vai levar algum conhecimento àqueles que “nada sabem”, a classe trabalhadora (MELO NETO, 2001, p.247)

Ele ainda traz outra análise importante, para que se entenda a extensão não como um espaço de troca, e atenta para uma extensão que possibilite a construção de processos acadêmicos.

A concepção de extensão como via de mão dupla separa o processo educativo da própria educação, o processo cultural da produção da cultura, bem como o processo científico da própria ciência. (Melo Neto, 2001:247).

Concordando com esse autor, Souza (2000) destaca o compromisso social da universidade pública a partir da publicação do Manifesto de Córdoba, na Argentina (1918). No contexto político-social pós-Getúlio, intensificou-se e ampliou-se o debate em torno do papel social das IES, fechando um ciclo com a criação da UNE¹⁶. Essa entidade marca a história do movimento estudantil brasileiro com inúmeras ações, que vem contribuir com o crescimento do movimento extensionista das universidades na América Latina. Entre essas ações, surge o movimento conhecido como Juventude Universitária Católica (JUC).

Os estudantes assumem essa luta e passam a potencializar a expansão dos conhecimentos acumulados nos meios universitários através de seus movimentos, especialmente, a Juventude Universitária

16 União Nacional dos Estudantes Universitários brasileiros, criada pelo Movimento Estudantil Brasileiro.

Católica, que busca aproximá-los das diversas manifestações culturais dos brasileiros.

Uma das estratégias utilizadas eram os programas de alfabetização para adultos pelo método freireano e a difusão da cultura popular, em que se estabeleceram parcerias com a igreja e com movimentos sociais para a realização de projetos extensionistas consequentes. Como decorrência desse processo de amadurecimento institucional, as experiências de extensão universitária precisam ser avaliadas pelas possibilidades de diálogo que propiciam. Esse diálogo, instalado nas práticas cotidianas em tempo e campo real, afirmam a ideia freireana de que o homem é um ser da *práxis*, da ação e da reflexão. É a ideia de que o homem, atuando, transforma e, transformando, cria uma realidade que, por sua vez, condiciona sua forma de atuar.

Muitos espaços vêm sendo constituídos para que esse diálogo pudesse se fortalecer, baseado nas reflexões históricas que envolveram professores, alunos e comunidade em momentos significativos de abertura das IES para a interlocução entre a sociedade civil e o público dos entes federativos de sua região. No entanto, o golpe militar e a política intervencionista do governo pós-1964 (GERMANO, 2005) mudaram essa conotação politizadora dos projetos de extensão promovidos pelos estudantes (ALMEIDA, 1991) e (SOUZA, 2000). A partir da lei 5540/1968, que trata da Reforma Universitária, como refere Freitag (1980), e houve uma reestruturação das IES sob a orientação do convênio MEC/USAID, que definiu uma nova racionalização dos recursos geridos pelas universidades. Da mesma forma, Almeida (1991) ressalta que as atividades extensionistas, antes preocupadas com a politização dos jovens e a expansão da cultura popular, tornaram-se instrumentos de desmobilização do movimento estudantil e de implantação dos interesses dos órgãos internacionais, tomando um formato assistencialista e restringindo-se à prestação de serviços.

Além da lei da reforma do ensino, foi constituído um conjunto de processos jurídicos que fundamenta o discurso de defesa da superação de um modelo concentrador de ensino superior, que estabelece uma aliança entre elites nacionais e organismos internacionais, em prol de uma

modernização do ensino, e a instalação de uma lógica mercadológica para a educação, implantando-se um modelo utilitarista e norte americanizado de universidade (MINTO, 2006).

A abertura política encerra um ciclo conturbado na história brasileira com o término da ditadura militar. Nesse período, que corresponde à década de 1980, a extensão, mesmo que assistencial, passou a ter um lugar de destaque tanto nos estudos do MEC, quanto de novos pesquisadores, a partir da expansão das IES no Brasil.

Em seus estudos, Souza (2000) apresenta análises sobre as atividades do MEC e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas¹⁷, criado em 1987, ressaltando a confirmação na Constituição de 1988, em seu artigo 207, que trata do “*princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*”. Fechado esse ciclo, nessa década, iniciou-se outro que ampliou o olhar associado à apropriação dessas tantas diferentes concepções e conceitos de extensão, dando origem a muitos debates e contradições, pelas concepções políticas e pedagógicas dos diversos projetos realizados pelas universidades.

Esses debates se intensificaram a partir de 1990, com o avanço das políticas neoliberais do Governo Federal nesse período (SEBINELLI, 2004), e vêm apontando novas diretrizes para o funcionamento do Ensino Superior, ampliando as parcerias público-privadas, principalmente pela via apenas do ensino, relegando as atividades de pesquisa e extensão. Essa é uma chancela que se abre pela própria Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (1996), pois, no capítulo IV, trata da Educação Superior, e no artigo 43º, traz o seguinte inciso: “*VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da C & T geradas na academia*”.

Diante das necessidades dos setores produtivos, econômicos e financeiros, a política educacional do país passa a repensar o projeto estatal de descentralização e desenvolvimento para a Educação Superior. Por essa razão, é preciso analisar esse divisor de água entre a extensão que temos e a extensão que queremos.

17 Instancia política de debate e tomada de decisão dos pró-reitores de extensão das IES.

A EXTENSÃO QUE TEMOS

Apesar de, ao longo dos séculos, a extensão estar presente na vida acadêmica de muitas universidades no mundo, como as portuguesas, as americanas, as alemãs, entre outras, e por serem essas universidades elementos influenciadores da expansão do ensino, nos países ditos do 3º mundo, como o Brasil, os modelos extensionistas não apresentaram para esses países em desenvolvimento propostas capazes de promover o desenvolvimento sustentável e que fosse voltado para as classes populares, apesar de apresentarem linhas de pensamentos que apontassem para a transformação social no discurso, o qual se apresenta, na maioria das vezes, bem distante das ações praticadas que deveriam ser transformadoras. Também é necessário entender que a extensão universitária experimentada pelas IES, logo após o regime ditatorial, vem carregada de elementos autoritários, intervencionistas e assistencialistas, com uma visão voltada para um modelo de modernização conservadora sob uma forte influência do Estado, como já foi mostrado neste texto.

É possível afirmar que a universidade brasileira vem perseguindo, desde sua criação, salvo algumas exceções, objetivos ligados à reprodução do conhecimento e à capacitação profissional, tendência que foi fortalecida pela ditadura militar na década de setenta do Século XX. Nesse sentido, observam-se algumas propostas de extensão com essas características, como é o caso da extensão rural desenvolvida pelos governos estaduais, através das EMATERS¹⁸, o projeto RONDON, que foi ponto de referência nos anos sessenta e setenta, e, mais tarde, o Centro Rural Universitário de Trabalho e Ação Comunitária (CRUTAC), dentro de uma modalidade assistencial e pouco problematizadora.

Todas essas questões foram verificadas com mais clareza nas universidades brasileiras, da metade do Século XX para a frente, pois foi nesse período em que as IES públicas se expandiram, seguidas da explosão dos cursos de graduação. Também foi nesse contexto em que cresceram as universidades particulares, motivo das preocupações aqui apresentadas.

18 Empresa Estatal de Assistência Técnica e Extensão Rural

Até o início dessa década, a política adotada pelo governo federal, de construir mais universidades e faculdades, sem a devida preocupação de resguardar a indissociabilidade dessa dimensão, vem sendo vista com muita preocupação pela comunidade acadêmica, em relação ao que vem sendo demandado pelo mercado de trabalho em detrimento da qualidade do ensino. Nesse período, pouco se avançou no campo da extensão, como uma dimensão do ensino superior promotora de transformação social da sociedade e das classes trabalhadoras. Para Freire (2000), seria necessário criar uma aproximação da universidade com a sociedade, no entanto, durante a ditadura militar, essa aproximação era muito limitada.

Era possível identificar pequenos grupos de estudantes e professores que resistiam ao modelo ditatorial, apontando suas ações no apoio e no acompanhamento aos movimentos sociais que surgiram durante os anos de repressão, como o movimento de meninos e meninas de rua, existente nos anos 70 e 80, os movimentos de amigos e moradores, surgidos nos bairros periféricos e nas favelas das metrópoles nesse período. Mesmo com essa pequena resistência, fortaleciam-se ainda as ideias de assistencialismo de uma extensão universitária, carregada dessas características básicas de servir ao capital, e que se distanciavam da ideia de transformar a sociedade a partir de sua realidade. São notórias as concentrações de contradições, até certo ponto, paradoxais, carregadas de equívocos e imprecisões.

Para Batomé (1996), esse tipo de extensão se distancia cada vez mais do entendimento do que seria a sua função original, alijando o debate e ignorando outras possibilidades, que apontam, em suas práticas extensionistas, as fragilidades do modelo até o presente momento, que a proposta educacional das IES tem apresentado para a sociedade. Lessa (1999) refere que, nesse modelo neoliberal, as IES são pensadas numa perspectiva de escolas-fábricas, que preparam mão de obra especializada para dar respostas às necessidades do mercado. Ele afirma, ainda, que a extensão universitária praticada nas IES públicas perde espaço para promover o desenvolvimento social, devido à voracidade da lógica mercadológica.

Tavares (1994) assevera que a influência de abordagem da extensão universitária, nesse contexto, passa por três tendências: a funcionalista, a crítica e a processual. Na primeira, a universidade tende a complementar as ações do Estado, assumindo a função de executora das políticas que o estado formula. A segunda tendência, que Tavares (1994) denomina de crítica, afirma que é possível perceber, pela postura de defesa dos vínculos orgânicos entre a extensão o ensino e a pesquisa, apenas do plano das ideias. A extensão passa a não ter função específica, e sua produção e disseminação do conhecimento ficam implícitas. A terceira tendência, que é a processual, caracteriza a absorção de alguns conceitos da visão crítica, que aponta a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, aproximando, de forma orgânica, uma consciência social da instituição.

As concepções de extensão que se apresentavam nesse período ainda estavam voltadas para as atividades de congressos, seminários, atividades acadêmicas outras, que não fossem as da sala de aula, numa total desvinculação da realidade dos enfrentamentos da população trabalhadora brasileira, em lutas constantes para promover sua inclusão social, e ainda estão presentes nas instituições de ensino superior privado.

Só no final do Século XX, e mesmo com as contradições e os equívocos, foi que as IES passaram a promover projetos de extensão de forma funcional, ligados a instituições em esferas governamentais, como as parcerias entre as IES e o SEBRAE, no apoio da criação das Empresas Juniors, serviços prestados a Prefeituras Municipais, nas ofertas de cursinhos Pré-vestibulares, ou estágios curriculares e extracurriculares nas unidades de saúde, entre outras atividades do gênero.

Com o fim da repressão, a partir da segunda metade da década de 80, foi possível observar um aglutinamento de esforços, no campo da extensão universitária, por parte de alguns professores e estudantes, que buscavam aperfeiçoar suas ações de forma mais integrada. Algumas universidades brasileiras passaram a adotar, em seus modelos de extensão, propostas e projetos de extensão com caráter de promoção social, provocando avanços mais significativos em relação a algumas

experiências de extensão com caráter menos mercadológico, numa concepção *popular*.

Esses projetos buscam um diálogo mais efetivo com os movimentos sociais e superam a posição de mera reivindicação desses movimentos, para uma condição de construção consequente de políticas públicas, procurando diversificar as ações extensionistas, em consonância com as necessidades dos setores acadêmicos e populares. Isso significa dizer que algumas propostas de extensão das IES se mostraram mais disponíveis ao dialogar com os setores organizados da sociedade, podendo estabelecer uma relação mais constante, entre o corpo docente e o discente dessas IES e os movimentos sociais.

Como exemplo, cito as experiências da Universidade Federal do Ceará com os índios Tapebas, as atividades de extensão do Vale do Jequitinhonha, desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais, e o programa de extensão voltado para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de João Surá, desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, além do Programa Trilhas Potiguaras, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, as experiências de vivências em comunidades desenvolvidas pela UNEB, nos municípios baianos, entre outras.

Na Universidade Federal da Paraíba, destaco os programas de ação cultural do Projeto Catarina, desenvolvido no município de Cabedelo; o Serviço de Educação e Apoio aos Movimentos Populares (SEAMPO); o Núcleo de Ação Comunitária (NAC), uma experiência iniciada na década de 80, inspiradora para a criação do PIAC; o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família na Comunidade Maria de Nazaré, em João Pessoa-PB, e o Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC), todos desenvolvidos em comunidades periféricas dos municípios do estado da Paraíba.

Convém salientar que esses programas vêm apoiando as demandas de vários segmentos de movimentos sociais mais destacados, como o MST, até movimentos menos conhecidos, como o Movimento Indigenista, em alguns estados brasileiros, entre outros. É importante ressaltar que foi nessa década que o Fórum dos Pró-reitores de Extensão

das IES públicas foi criado e, com ele, gradativamente, vêm sendo criadas as estratégias de fomento para os programas e projetos de extensão dessas IES.

Hoje, estabeleceu-se a proposta de editais como uma política de fomento para a extensão. Essa proposta vem se solidificando e se ampliando a cada ano que passa. Mas, a meu ver, é uma política ainda muito longe de dar respostas concretas para a grande demanda de programas e projetos de extensão existentes nesse país, o que se transforma em prejuízo para quem não consegue acessar esses recursos.

EXTENSÃO POPULAR: A EXTENSÃO QUE QUEREMOS

Para Melo Neto (2006), a extensão, conceitualmente, apresenta-se como um trabalho social útil, que tem a intenção de articular o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade.

A extensão, pautada pela realidade e expressando desejos de mudanças, pode ser entendida como um trabalho social, pois é realizado entre tantas e tantas comunidades. Mas é uma atividade útil voltada para o desejo de mudar as situações vividas. Encerra em si uma explícita intencionalidade imediata, que é de conectar o ensino e a pesquisa (MELO NETO, 2006, p. 9).

Apesar de o termo *extensão popular* ser adjetivado, recentemente, sua prática passou a se assemelhar a um tipo de ação extensionista que se desenvolvia há muitas décadas, especialmente na América Latina. De acordo com o que vem sendo exposto, é possível identificar os primeiros estudos sobre uma extensão de caráter popular na América Latina, a partir do ideário extensionista apresentado por alguns setores do movimento estudantil que interagem com as comunidades desse continente, o qual esteve fortemente inspirado na ideia de socialização de conhecimentos trazida pelas universidades populares europeias. O envolvimento desse movimento estudantil ficou conhecido como o Movimento de Córdoba.

Vendo a extensão universitária como um campo social, permeado pela dimensão popular, e querendo estabelecer a discussão da extensão como trabalhos humanos, procuro aproximar as ações desenvolvidas pelo PIAC desse novo conceito e das concepções dessa nova modalidade de extensão. Esse conceito aponta para uma concepção de extensão como produto de um esforço criativo desenvolvido entre as IES e a sociedade civil, não como entes separados, mas com interação permanente entre si, respeitando suas diferenças (MELO NETO, 2004).

Nesse sentido, podem-se analisar muitas contradições das IES públicas que, em muitos casos, aliam-se às demandas do grande capital e viram as costas para a grande parte da população trabalhadora que, realmente, deveria receber mais sua atenção, porquanto são esses trabalhadores que, curiosamente, formam a base que a sustenta, à custa de imposto recolhidos, oriundos da força de sua mão de obra.

Essa modalidade de extensão encontra, na educação popular, uma base filosófica, teórica e metodológica para fundamentar e melhorar as discussões sobre essas ações. Conforme ressalta Cruz (2011, p. 48), “no campo da extensão popular, a educação popular configura-se em um jeito de estar no mundo, de pautar as relações humanas e sociais, de conduzir o processo de trabalho, o processo educativo”. Assim, mesmo sem ter a adjetivação que vem difundindo-a atualmente (*popular*), é certo que as práticas de extensão em educação popular são antigas e foram sendo elaboradas ao longo do tempo, centradas na ação comunitária e apoiadas por alguns movimentos sociais.

O autor destaca, ainda, em sua conceituação, que, por meio das ações da extensão popular, ela apresenta uma intencionalidade política compromissada com as classes trabalhadoras e com o povo, buscando direcionar a universidade no apoio às reivindicações e às lutas populares e da classe trabalhadora. Essas experiências apresentadas nesses estudos surgem como algo novo em relação à extensão universitária. O novo, aqui, é entendido como outras formas de desenvolver projetos e trabalhos comunitários construídos com a comunidade, através de ações extensionistas que contêm aspectos populares, que se caracterizam como ações que apontam para a emancipação de sujeitos. Esse cenário facilitou

a discussão sobre novas possibilidades de extensão, inclusive uma que discute e busca compreender uma universidade que se proponha a realizar trocas de sabedorias.

Melo Neto (2006) aponta a comunidade como uma dimensão que tem participação ativa e contribui com as instituições que a beneficiam passando-lhe experiências da vida real, dando crédito aos seus experimentos e justificando o que se realiza nas áreas de ensino e pesquisa. De modo geral, esse autor diz que a extensão popular contribui efetivamente para o desenvolvimento da sociedade e possibilita que estudantes, professores e comunidades envolvidas enriqueçam seus saberes.

A extensão precisa ter uma formulação que aponte caminhos para construção da hegemonia de classe trabalhadora e, sobretudo, de uma nova cultura para ela. Um dos caminhos existentes para efetivar essa hegemonia objetivando o exercício da cidadania é o desenvolvimento comunitário, sendo essa uma das vertentes pela qual a Universidade exerce o seu compromisso social. Nessa perspectiva insere-se o projeto de UNIVERSIDADE CIDADÃ, a qual viabilizará a realização de programas de extensão capazes de responder as necessidades dos trabalhadores (MELO NETO, 2006. p.9)

Fleuri (2006) afirma que o agente da extensão popular nunca mais será o mesmo, quando deixa a comunidade e se desliga do projeto de extensão. Ele se impregna do compromisso social que experimentou, quando mergulha na subjetividade de cada pessoa que se converte. Isso porque o transcorrer da Extensão Popular permite uma formação crítica, garantida através de ações e intervenções. Conforme destaca Cruz (2011, p. 54),

[...] o trabalho precisa ser feito por todos. Por isso mesmo, deve ser administrado e cuidado por todos. Todas as pessoas que compõem um grupo, nesse trabalho social, precisam ser corresponsáveis ativas do processo, não apenas em sua idealização, tampouco na concretização. Em Extensão Popular, é preciso horizontalizar as relações. Isso

exige que as avaliações sejam feitas com todos, em roda, no mesmo espaço onde todos tomam as decisões (CRUZ, 2011, p. 54).

Independentemente da ciência ou da área temática que o extensionista vivenciou, certamente buscará a promoção do outro, dos direitos emergentes e a conscientização mediatizada pelo diálogo. Sobre isso, Vasconcelos afirma o seguinte (2006, p.303):

[...] O envolvimento dos estudantes, iniciado a partir do vínculo a algumas famílias, com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva, pode despertá-lo da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude. Da compaixão com os membros das famílias acompanhadas vêm a luta pela melhoria de suas condições, a percepção da origem social de muitos dos seus próprios problemas pessoais, o contato com os inúmeros constrangimentos políticos e culturais que dificultam a superação das dificuldades, o conhecimento de outros atores sociais envolvidos em lutas semelhantes, a descoberta de suas potencialidades pessoais como ator no jogo social e o encontro, em sua vida, da alegria e fascínio do trabalho coletivo criativo com significância social.

Considerando esse campo de entendimento sobre a extensão popular, seguindo o raciocínio da intencionalidade de integração entre o ensino e a pesquisa, aproximo essas dimensões das lutas dos trabalhadores, disponibilizando a pedagogia dos trabalhos desenvolvidos pelo PIAC. Por outro lado, vejo que o processo pedagógico Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE, 2002), como um elo entre as diversas formas de fazeres e saberes com que se deparam a Academia, na comunidade, e a comunidade em contato com a Academia.

Nesse contexto, o diálogo que flui entre a extensão popular e essas demandas advindas da sociedade ajuda a entender como se deve proceder para que esse diálogo passe diretamente pela educação popular. Esse modelo se diferencia de outros processos educativos que sempre

se apresentam isoladamente como um fenômeno positivista, os quais representam fatores de reprodução social, inclusive, da reprodução de desigualdades sociais.

Olhando, agora, para os processos emancipatórios, é possível afirmar que a extensão popular e a educação popular são fenômenos educativos que podem servir de esteio para elaborar procedimentos que apontem para a emancipação. Nesse caso, tomar a educação popular como algo que é inerente ao homem e à sociedade, que identifica, mobiliza, e promove cada uma das ações individuais, institucionais e coletivas, faz-nos capazes de, ao invés de assumirmos os modos dos especialistas, os olhares disciplinares ou de ciências da educação, repensarmos fatos, dimensões e processos educacionais do ponto de vista da dialética e dialógica, deixando de lado os olhares positivistas.

Desse modo, o trabalho de extensão tem bases teóricas centradas em dois contrapontos: um que se destina a descrever a educação de modo positivista e quase estático, e o outro através de elementos mobilizadores e inquietantes que colocam a educação popular como portadora de elemento transformador (FREIRE, 1983). Diante dessa afirmativa, é necessário compreender onde ocorrem as contradições, os equívocos e as fragilidades que contribuem para distanciar uma ação emancipatória. Por outro lado, é possível verificar que fatores podem servir de mobilização diante desses desafios que podem levar a mudanças.

Outros componentes ligados à cultura popular (FREIRE, 1987) são observados e servem para ilustrar esse contraponto e vão se diluindo em subprincípios de identidade (BERTALANFFY, 2008), inicialmente, para ilustrar o ponto de vista de que a educação popular e a extensão popular inspiram, direta ou indiretamente, esse novo enfoque. Trata-se de um avanço teórico e prático, epistemológico e ético, muito longe, portanto, de ser uma simples moda. Mais ainda: de repensar a produção da arte e das ciências da educação, em termos do paradigma sistêmico, sem o perigo das simplificações reducionistas.

Atualmente, no Brasil, e alguns setores das IES, que lidam com a extensão universitária, trazem práticas de cunho ainda assistencialista,

desconectadas do verdadeiro sentido que objetiva uma universidade, num contexto de transformação social.

Vejo esse contexto, no qual se encontra a universidade, como sendo uma organização complexa, mas que, muitas vezes, fica compartimentada. A extensão popular, porém, vem como um meio viabilizador para incorporar uma atuação mais complexa, em que se destacam a autonomia, a liberdade, a participação e a emancipação como elementos inerentes à educação popular, como preconizou Freire (1983).

Então, se se pensar a educação sob o ponto de vista da extensão popular, é importante considerar a ideia de paisagem, ao invés do conceito de natureza, porque se considera a paisagem como um ecossistema, como um contexto natural da cultura. Já a ideia de natureza traz à luz uma natureza virgem, independente da presença do homem, da cultura e, portanto, da cognição. Nesse caso, o construtivismo em J. Piaget (1970) ajuda-nos a entender a construção da realidade conhecida, que não existe, independentemente de nossas categorias de percepção.

Essas afirmativas mostram que a extensão popular, como já foi referido, precisa, cada vez mais, aprimorar-se nessas novas concepções e passar por um processo de lapidação teórico-metodológica, partindo dos conhecimentos sobre ações participativas que são utilizadas com frequência por quem trabalha com pesquisa qualitativa ou pesquisa social. Mais ainda, precisa construir novos pressupostos capazes de se reorientar sob os paradigmas da educação popular. Esse contexto retrata um saber extensionista, considerando que não seria possível trabalhar a extensão popular sem refletir sobre as práticas, sem utilizar o saber que vem evoluindo ou apenas se ater a um fazer vazio, sem reflexões. Entre tantas possibilidades de desenvolver esses pressupostos, uma delas poderia ser a dinamização de conhecimentos que algumas experiências podem colocar à disposição de quem busca nas vivências um instrumento potencial de renovação teórica e metodológica.

Então, sinto que é fundamental que se articule o saber e o saber fazer em um saber fazer extensão com a comunidade. Porém, esse saber fazer apresenta desafios de ordem teórica e prática, o que justifica a necessidade de um contínuo trabalho social, de concomitante ação e

reflexão, para se elaborar melhor esse conceito e ter um acúmulo maior de experiências e vivências nessa prática. Penso ser assim um modelo educativo que se constrói na extensão popular, disponibilizado de forma acadêmica, como objeto empírico para servir de estudo investigativo, dentro do que preconizam as características da extensão e educação popular e aberto para entender as contradições, mas com capacidade suficiente madura para se reconhecer como ente acadêmico, para fazer a autocrítica e, conseqüentemente, não se desvincular da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, mas, identificá-las com as demandas da sociedade.

A extensão popular pode ser apresentada como um processo educativo, cuja metodologia ocupa uma zona de interseção do campo da pesquisa e do campo do ensino, num cruzamento de caminhos entre a produção de conhecimentos (pesquisa), e a reprodução do conhecimento (ensino) (MELO NETO, 2006, p.71).

Esse modelo de extensão deve buscar o trabalho de forma integrada com outras agências ou instituições, estimular e utilizar a liderança e o trabalho em grupo. Por outro lado, adota a família como unidade de trabalho e começa o processo educativo em níveis de classes trabalhadoras, originado no seio da família. Não se deve esquecer de articular os trabalhos de extensão com a pesquisa, numa perspectiva de pesquisa-ação ou pesquisa social, avaliando, constantemente, o trabalho em execução, em consonância com os trabalhadores, sempre atuado em consonância com a política de desenvolvimento do País.

A insistência em provocar essa discussão é de fundamental importância para o ensino universitário brasileiro, uma vez que o governo brasileiro vem buscando formas de ofertar mais vagas para estudantes que concluam o ensino médio. Contudo, em que pese seu empenho na construção de novas IES, o governo não interfere no modelo educacional que vem sendo praticado. O modelo escolhido de ensino adotado por essas IES ainda segue os padrões do modelo neoliberal que, aparentemente, não se apresenta como o ideal, por causa da fragilidade de não garantir a efetivação da indissociabilidade entre o ensino, a

pesquisa e a extensão e, menos ainda, estabelecer uma aproximação consequente com a sociedade, através do ensino ou da pesquisa.

Faço esse questionamento porque, atualmente, as IES públicas vêm construindo, através das reuniões do Fórum de Pró-reitores de Extensão, espaços de acolhimento de inúmeras propostas de extensão, que compõem um grande quadro de temas, sugeridos de forma regionalizada para debate no próprio Fórum pelas IES públicas brasileiras.

É visto que esse programa não foi essencialmente alterado e construiu um cenário que impõe uma necessidade de que as universidades incorporem, em sua política administrativa, uma expansão das atividades de extensão, que necessita de e o procura constantemente. Todavia, ainda não se vê uma preocupação com a qualificação desses programas. E mesmo que as IES, em suas parcerias com a sociedade, aprovelem uma infinidade de deliberações e de normas técnico-burocráticas, através das Pró-reitorias de Extensão, existentes desde 1986, como afirma Minto (2006), ainda não se potencializa a transformação social.

Os eixos temáticos, debatidos pelo próprio Fórum, e apresentados à comunidade universitária, colocam-se na posição de estabelecer o diálogo entre as instâncias de fomento, os entes federativos, os movimentos sociais e os pesquisadores extensionistas, numa perspectiva de melhorar, cada vez mais, a qualificação dos trabalhos de extensão, para melhor prover a transformação social.

O resultado desses trabalhos, que vêm ocorrendo com as reuniões do Fórum de Pró-reitores de Extensão, vem refletindo, a cada ano, no aumento de projetos e programas de extensão, que respondem às chamadas de editais para financiar a extensão, em todas as universidades brasileiras. Esse é o espaço em que as IES públicas podem contribuir com sua cota de responsabilidade em prol da qualificação dos programas de extensão com aspectos populares, por quanto elas são centros de produção e de trocas de saber. Esses conhecimentos poderiam diminuir as distâncias entre a academia e a sociedade, na perspectiva de minimizar as tensões sociais.

Essa é uma conquista importante do corpo extensionista das IES, que mostra capacidade e organicidade na construção de processos,

que resultaram em mais financiamentos para a extensão. Assim, vêm sendo potencializadas inúmeras propostas de projetos e programas de extensão no Brasil. Ao promover mais integração entre a escola e comunidade, através de programas de extensão que estão voltados para problematizar e sistematizar as questões que advêm da realidade concreta, fortalece-se a construção de forma mais coletiva de projetos e programas que possam promover o desenvolvimento sustentável popular e, conseqüentemente, a promoção social.

Assim, para conduzir um olhar criterioso diante das experiências de extensão de cunho popular, numa perspectiva de diálogo entre os diversos projetos de extensão que hoje vêm sendo praticados pelas IES públicas no Brasil, e a sociedade civil, que vem demandando esses projetos, acosto-me aos estudos de Melo Neto (2004), na afirmativa de que extensão é trabalho.

Esse autor (2004), além de categorizar a extensão como trabalho, conceitua a extensão como um trabalho social útil, cuja intenção é de integrar o ensino e a pesquisa às diversas demandas advindas da sociedade, para possibilitar uma possível vinculação entre a realidade e os enfrentamentos da população trabalhadora brasileira, em lutas constantes na busca da promoção social.

Assim, esse autor adjetiva essa modalidade de extensão como popular, contrapondo-se a velhos conceitos de extensão como via de mão dupla ou, ainda, como se a extensão fosse um braço estendido da universidade para a sociedade, sem se permitir escutar os problemas provenientes dos vários movimentos sociais e suas demandas. Essa extensão, de cunho popular, objetiva efetivar a aproximação das universidades com setores da sociedade, numa perspectiva de estabelecer relações que apontem possibilidades de transformações políticas e sociais, em várias direções. Por esse motivo, avento as categorias participação e organização, para chegar a uma possível emancipação.

Nesse sentido, esse modelo de extensão busca estabelecer um diálogo com os movimentos sociais populares e, com eles, construir as bases de uma nova pedagogia libertária (FREIRE, 1996), com novas concepções de educação que poderiam vir fundamentar a formação

integral do homem nos aspectos intelectual, físico e moral (FERRER, 1899).

Assim, contrapondo-se à pedagogia dominadora praticada, em geral, pelas universidades públicas e privadas, atualmente a serviço do capital, nesse caso, seria permitir, dentro da pluralidade universitária, que fossem garantidos os espaços populares outrora nunca ouvidos ou vistos pelas Academias.

Os programas de extensão, seguindo essa modalidade, estimulam a prática da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que se faz tão necessária como política de prática social das universidades ditas IES, numa perspectiva transformadora da sociedade, com ênfase numa relação dialética e dialógica entre a Academia e os vários grupos organizados que buscam autonomia e emancipação.

O grande desafio para mudar essa realidade passa pela busca de estratégias educativas de intervenção que possam transformar projetos e programas nas mais diversas áreas em políticas públicas de ensino consequentes e responsáveis, de forma sistematizada e que garanta a sustentabilidade dos trabalhadores. Uma dessas experiências surge da luta do MST na construção de uma pedagogia denominada *educação do campo*, adotando outro modelo de escola que potencializa o conhecimento contextualizado, que contempla o tempo escola e o tempo comunidade. Essa experiência vem sendo executada por algumas universidades públicas brasileiras seguindo o referencial teórico da Escola Nacional Florestan Fernandes, a qual oferece cursos de nível superior, ministrados por mais de 500 professores, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Além disso, Cursos de Especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo).

É dessa forma e nessa lógica que a extensão que queremos pode servir de instrumento para contribuir para a construção de caminhos que levem as universidades a construir a “autonomia de gestão universitária” e aproximem, de forma mais orgânica, os trabalhos que

venho desenvolvendo no campo da extensão e que forneço aqui, como material de pesquisa, para que possa servir de análise e verificar se essa concepção de extensão se presta para construir caminhos emancipatórios de sujeitos.

Por outro lado, forneço elementos que possam fortalecer o debate sobre esses conceitos e concepções que recaem sobre a extensão universitária, mas que apontam para uma extensão compromissada com as transformações da sociedade, aqui expressa como extensão popular.

No sentido de identificar elementos para a extensão que queremos, conforme destaca Cruz (2010), o desenrolar de uma diversidade de experiências provocou a configuração da extensão popular como expressão de um movimento nacional na universidade brasileira, o qual se faz presente em diversas instituições e é formado por estudantes, professores e técnicos universitários, além de membros de coletivos e organizações populares. Para Cruz (2010, p.23), esse movimento

[...] vem se configurando a partir de estratégias como a promoção de eventos locais, regionais e nacionais para discussão do tema; a criação de grupos de pesquisa e extensão nas universidades; a organização de livros sobre a temática; a construção de ambientes virtuais de comunicação e trocas de experiências; a realização de estágios de vivência em comunidades, dentre outras.

Tal movimento ganhou corpo e identidade em 2005, com a criação da **Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. Seu objetivo original consistiu em implementar canais de troca de experiências e reflexões, como um espaço permanente de comunicação entre os diversos sujeitos dos projetos e programas de extensão popular de todo o país.

Sua base de sustentação é uma lista virtual de comunicações, atualmente composta por 509 membros ativamente associados, na qual os extensionistas mantêm discussões metodológicas, socializam informes sobre eventos, compartilham oportunidades de formação e discutem dúvidas pertinentes à prática da extensão popular. Através da articulação, esses extensionistas têm pensado estratégias de ação em eventos regionais e nacionais, quando se elaboraram propostas

e construíram coletivamente ações de formação, mobilização e reivindicação (CRUZ, 2010). Não bastasse o valor político expresso por esse movimento, a ANEPOP tem uma pedagogia e provou mostrar impacto importante na formação dos estudantes que dela participaram. Nesse contexto, o PIAC tanto contribui com suas experiências como também reaprende através da reflexão que esse movimento orienta.

De acordo com Cruz (2010), essa pedagogia tem viabilizado contribuições significativas para a formação universitária desses estudantes, na medida em que lhes proporcionou vivências e experiências ímpares, que não poderiam ser estimuladas nem em sala de aula nem mesmo no âmbito dos projetos locais de extensão popular.

Há uma singularidade nessa pedagogia da ANEPOP, expressa marcadamente na capacidade de inserir os estudantes em espaços de protagonismo com repercussões de amplitude nacional e com interfaces de ordem conjuntural. Ademais, cabe ainda ponderar o relevante saber, acumulado no movimento, de conviver entre diferentes numa escala pouco exercitada no âmbito dos projetos locais de extensão. O diálogo nas experiências da ANEPOP envolve a interface com diversos atores (vários movimentos sociais, além de técnicos, professores, pró-reitores, dirigentes e outros estudantes universitários) num nível de horizontalidade pouco antes vivenciado por esses estudantes em formação. Outrossim, esse diálogo é também, em muitas ocasiões, marcado pelo conflito intenso, tanto entre os diferentes, como entre os semelhantes. Ou seja, o estudante em formação, através da ANEPOP, convive cotidianamente com as contradições e diferentes correntes da extensão universitária e até com correntes divergentes da própria extensão popular (CRUZ, 2010, p.308).

No próximo capítulo, abordo algumas questões que podem facilitar o diálogo entre o trabalho de pesquisa aqui desenvolvido e alguns componentes da extensão popular, verificando possíveis processos emancipatórios. Elenco as categorizações referentes à participação, à organização e à autonomia de sujeitos, como elementos importantes

para construir processos emancipatórios. Por último, apresento o próprio PIAC e sua pedagogia, para discorrer sobre o desenvolvimento do trabalho de pesquisa seguido de sua análise.

CAPÍTULO II

Elementos que Contribuem para a Emancipação

A EMANCIPAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, trago alguns elementos da educação para dialogar mais de perto com os componentes da emancipação, destacando como um dos constituintes para esse diálogo a extensão popular (MELO NETO, 2006), numa perspectiva de requerer explicitar as ideias em torno do projeto de autonomia humana, que se inscreve por meio de contradições, expressando a liberdade como lutas pela humanização que se coloca contra a banalidade capitalista.

Aproximando essa ideia das questões surgidas, através dos trabalhos de extensão popular que o PIAC vem desenvolvendo na região do Vale do Mamanguape, vejo que se inicia uma caminhada para identificar processos emancipatórios a partir das atividades de extensão, no enfrentamento do modelo neoliberal vigente no Brasil e naquela região.

Nesse sentido, muitos embates teóricos se apresentam como necessários, marcadamente na contemporaneidade, como expressão filosófica e estética da contradição imposta pelo neoliberalismo (SANTOS, 2007). O PIAC vem se debruçando sobre essas questões, através de sua prática, buscando entender essa disputa, que pode ser percebida na valorização exacerbada do individualismo e do consumo, que tenta aniquilar todas as perspectivas coletivas do argumento do desenvolvimento econômico e atinge, diretamente, os conceitos “clássicos”, como o da emancipação, pela opção reformista como nova síntese histórica num reducionismo progressivo (SANTOS, 2007).

As grandes teorias às quais nos acostumamos – de alguma maneira, o marxismo e outras correntes e tradições - não parecem nos servir totalmente nesse momento. Servem-nos em parte, e acredito que hoje há uma volta ao marxismo em todo o mundo. Isso não me surpreende porque a crise do marxismo, de alguma maneira, coincidiu com a “marxização” do mundo: a ideia de que o

mundo era cada vez mais parecido com o que Marx havia diagnosticado. As dificuldades aparecem ao passarmos do diagnóstico para uma visão do futuro, questão que o marxismo nos traz muitos problemas. (SANTOS,2007, p. 167)

O conceito de emancipação deriva do latim *emancipare*, que se relaciona ao processo do individual ao coletivo, de considerar pessoas ou grupos independentes, e representa o processo histórico, ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduos, grupos sociais, comunidades e países da tutela política, econômica, cultural ou ideológica (PIZZI, 2005).

Pensar a emancipação nos tempos atuais parece ser um grande desafio frente à nova ordem mundial, que traz amplas mudanças no campo político, social e econômico, provocando instabilidades e insegurança em tempos de crises, nessa passagem de Século XX para o Século XXI para toda a classe trabalhadora nos cinco continentes, potencializando a hegemonia do capital e as desigualdades dos diferentes estratos sociais, muitas vezes, dificultando suas resistências em seus campos de batalhas, na tentativa de construir a contra hegemonia, ou outra hegemonia da classe trabalhadora.

Olhando para as questões do mundo contemporâneo, onde o poder do capital provoca a degradação dos tecidos sociais pela concentração do lucro, impondo verdadeiros sacrifícios à grande massa de trabalhadores assalariados, inclusive leva a fragilidades no campo da criticidade dos estratos mais subalternos (SOUZA, 2004). É necessário empreender novas investidas educativas, que sejam mais consequentes no que se refere a exercitar a autonomia de sujeitos. Potencializando esse debate, Souza (2004) aponta outra consequência problemática quando diz que o marxismo, de alguma maneira, compartilha o ideal da unidade do saber, da universalidade do saber científico e de sua primazia. Ele diz que, na contemporaneidade, existe a necessidade de uma ecologia de saberes e que está falando de algo distinto, específico (SOUZA, 2004).

Essa perspectiva faz com que pensemos, através de uma cosmovisão (MORIN, 1996), que é necessária uma dialética entre os

esforços humanitários para minimizar essas angústias, tendo como base o assistencialismo estatal e o engajamento civil. Essa é outra compreensão que o PIAC vem examinado e experimentando de forma processual. Entendendo que se emancipar só é possível, no contexto de sociedades democráticas, por exigir um exercício anterior de noções como liberdade, igualdade, autonomia e desalienação, pois, para exercer a emancipação, é necessário viver em sociedade, usufruindo de direitos civis, políticos e sociais, nos âmbitos individual e coletivo.

É preciso, ainda, desdobrar as questões morais e éticas, que são questões básicas para construir outros caminhos alternativos e discutir sobre as questões ligadas à emancipação de sujeitos na contemporaneidade. Seria interessante pensar, com base em um pensamento utópico, que projeto político de sociedade civil precisaria ter para exigir que o Estado, através dele, pudesse realmente desenvolver para seus cidadãos políticas públicas que promovessem sua emancipação e garantissem, em todos os níveis, a homens, a mulheres, a crianças, a idosos, a trabalhadores e a trabalhadoras o pleno exercício de sua cidadania.

Mesmo sabendo que esse discurso já está assegurado em nossa Constituição como direito, cabe questionar por que não se efetivam as políticas públicas com caráter emancipatório. Fica evidenciado que o Estado, por ser um dos pilares de sustentação do modo de produção capitalista neoliberal propositalmente, não permite uma sociedade politizada capaz de exercitar a defesa de sua cidadania.

Para Marx (2002) e Lukács (2002), a emancipação faz parte de um projeto que insere a libertação de todas as pessoas, através do reconhecimento do exercício da liberdade e chamam a atenção para a inserção crítica como necessária às pessoas em seus processos de mudanças ou transformações. Ainda em Marx (2002), a emancipação difere da perspectiva liberal, para a qual a liberdade significa ausência de coerção e ação individual. No marxismo, ser livre é ter autonomia, com base no que também propuseram Kant e Hegel. Percebe-se, então, uma relação direta entre liberdade e emancipação, pois, para os marxistas,

a emancipação se dá quando se eliminam os obstáculos para que se alcance a liberdade pela associação entre as pessoas.

A educação deve-se voltar para o campo das ideias e dos usos da cultura e de cultura popular para depois refletir sobre o significado de uma educação que se propões armada em favor de realidades e símbolos tão controversos como liberdade, paz e justiça (BRANDÃO, 1985, p. 11).

Num esforço de compreender as análises de Marx sobre a liberdade pessoal, observa-se que elas não avançam diante dos limites da sociedade capitalista, que vem carregada de influência das ditas leis de mercado. Por isso é preciso observar que, apesar de as liberdades individuais terem sido alavancadas no liberalismo, ainda cabem as críticas contidas no pensamento marxista acerca da abordagem dos limites formais da democracia burguesa.

Por outro lado, Gramsci (1982) traz o componente educacional refletido no papel da escola e das atividades dos ditos intelectuais como formadores de novos grupos de pessoas, por meio do exercício das funções próprias de pessoas também pensantes e, portanto, intelectuais. Na acepção gramsciana, somente seria possível construir uma sociedade justa em uma relação de saberes comprometida com uma condição humana emancipatória. Pois a educação significa lutar contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, ao domínio da natureza, buscando criar o ser humano atualizado em sua época (GRAMSCI, 1982).

Para Freire (1987), a emancipação perpassa a educação, num processo contínuo de aprendizado que conduz o ser humano à aventura de indagar, imaginar, pensar e refletir sobre a pessoa ou o ser humano e perceber que essa atitude termina por marcar a natureza humana na procura do conhecimento sobre si e sobre o mundo. Ele acrescenta que é também uma vocação humana. Ou seja, o ser humano pode refletir sobre si mesmo e colocar-se, em determinado momento, numa busca de ser mais e, ao fazer uma autorreflexão, pode se descobrir um ser inacabado ou um ser em construção, numa constante busca de se transformar.

A possibilidade humana de existir – forma crescida de ser – mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se, Discernir. Conhecer. É um ser aberto. Distingue o ontem do hoje. (Freire, 2001, p.10).

Essa condição traz a reflexão das ações no campo da extensão popular (MELO NETO, 2006), destacando a modalidade trabalho como uma dimensão educativa com um aspecto importante para fortalecer os processos emancipatórios através da autocrítica, entendendo que o ser humano vem se construindo no campo da educação (FREIRE, 1987).

CATEGORIZAÇÃO QUE APONTA PARA A EMANCIPAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO, PELA ORGANIZAÇÃO E PELA AUTONOMIA

As categorizações escolhidas neste trabalho para construir a ideia de emancipação, no contexto da participação, da organização e da autonomia devem ser analisadas e estudadas de forma integrada, pois elas então intrinsecamente ligadas pelas ações que provocam a participação e a organização das pessoas para que alcancem a autonomia.

É preciso se situar diante do conceito de autonomia, porquanto ele vem sendo construído, historicamente, num contexto de diferentes características culturais, econômicas e políticas que se configuram nas sociedades ao longo de seu percurso.

AUTONOMIA

A palavra autonomia, derivada do grego, significa a norma do mesmo. Depois de um período em que as desventuras humanas eram explicadas por meio da determinação de deuses caprichosos, o período antropológico, na Grécia Antiga, é caracterizado por seres humanos voltados para si mesmos e responsáveis por identificar as causas dos

desequilíbrios da natureza, da sociedade e de si, obtendo elementos e caminhos para restaurar o equilíbrio natural.

O surgimento das leis indica um ser humano capaz de determinar a si mesmo. Retornando à concepção do “conhece-te a ti mesmo”, do conhecer para governar, a norma dada pelo próprio homem, e não, pelos deuses, é o que inicia o percurso do conceito de autonomia. Durante a Idade Média, com o teocentrismo, o poder político era justificado com o argumento do “direito divino”; já o Renascimento é caracterizado como uma espécie de olhar para o período antropológico, resgatando o ser humano como centro. O lugar do homem moderno é, ao alto e ao centro, o que implica a excessiva valorização da razão. O Iluminismo promove ainda mais a razão, levando-a ao pedestal.

Para Kant (2005), o ser humano é capaz de agir movido por um único condicionamento - a razão. Autonomia – lei ou norma do mesmo – consiste, então, em determinar suas próprias leis, não como um sujeito empírico, condicionado pelo ambiente ou por suas paixões, mas como um sujeito transcendental, condicionado apenas pela razão, que é universal e necessária. É possível notar que não se trata de uma lei, de uma norma social, da exigência de uma cultura, mas da própria razão de um ser transcendental, plenamente incondicionada e, portanto, autônoma.

Ser livre é, para Kant (2002), obedecer às normas do dever, desse mandamento da razão pura, que ele denomina de imperativo categórico. Se forem levados em consideração para as escolhas os desejos, os instintos, as necessidades biológicas ou as determinações sociais das pessoas, elas serão movidas por uma determinação externa, estranha à razão e, por isso, passam a não ter autonomia, a não ser livres.

Destaco essas análises na tentativa de desvelar seu significado, no âmbito do pensamento histórico, político e filosófico, para, em seguida, tratar da construção de um painel sobre sua construção teórica, numa trajetória que se fundamenta de forma destacada para se discutir sobre as possíveis vinculações entre o conceito e seu uso instrumental na área da educação, aproximando as dimensões educativas dessas dimensões emancipatórias.

PARTICIPAÇÃO

A categoria participação social nos convida a dar os primeiros passos para discutir sobre os temas ligados à autonomia que vêm aparecendo na literatura acadêmica, em alguns casos, vinculado à ideia de ampliar a participação política no que tange à descentralização do poder. Nesse caso, a ideia de participação política e social é animada pela discussão, geralmente no âmbito da teoria política, e vem sendo assimilada de forma acentuada por lideranças, grupos, pessoas, em geral, escolas e empresas (MARTINS, 2001).

A discussão contemporânea sobre a mudança ou a ressignificação dos direitos individuais, particularmente depois dos anos de 1980, remete ao debate sobre a reinstauração do individualismo negativo, que é prevalecente nas sociedades capitalistas, e passa a cobrar uma reflexão sobre os novos significados conferidos ao conceito de autonomia. Nessa perspectiva, abre-se um debate sobre as transformações das sociedades democráticas e de seus mecanismos de funcionamento que trazem à tona o tema da participação social e política de indivíduos, para a complexidade de que se reveste a questão da distribuição do poder nessas sociedades, isto é, a representação social fortalecida pela participação das pessoas.

Assim, os temas que alimentam as representações políticas como elementos fundamentais para construir relações democráticas têm ajudado a promover o debate acadêmico e as lutas de trabalhadores, de educadores e educandos, cuja preocupação central sempre tem sido de aperfeiçoar a democracia, ou seja, romper com toda e qualquer forma autoritária de poder, buscando nas novas ideias socialistas a inspiração para movimentos sociais.

Observando o modelo instaurado pelas democracias ocidentais burguesas, a questão pode ser vista como delegação de representação, isto é, a representação delegada para defesa de interesses particulares (como nas associações de classe, segmentos profissionais etc.). Assim, vêm sendo construídos espaços que têm os componentes de autonomia

ou liberdade para agir em nome dos seus representados, isto é, construir uma relação hegemônica entre representantes e representados. O PIAC se insere também nesse contexto, mais especificamente, nas atividades de extensão que vêm buscando, através da participação dos trabalhadores, pelas suas organizações, levantar as questões estruturantes, numa perspectiva de olvidar esforços mais coletivos, para responder a contento as suas demandas pelos entes federativos.

Historicamente, essas duas questões políticas ligadas à representação dos interesses particulares e à dos interesses coletivos sempre caminharam juntas (BOBBIO, 2000). Os grupos relativamente autônomos que negociam interesses na sociedade não distinguem exatamente os limites entre os seus interesses particulares e os interesses da coletividade em geral. É difícil encontrar um representante que não defenda interesses particulares. Em decorrência, no conjunto dessa discussão, estabelece-se a necessidade de se abranger a democracia representativa para que ela se transforme em democracia direta.

Quando as pessoas tratam do tema organização política pela leitura da emancipação, elas são obrigadas a observar a participação de grupos de pessoas em processos de decisão individual e institucional, seja no ambiente político ou administrativo. Esses ambientes que se organizam têm sido condicionados pelo contexto histórico que molda os mecanismos organizativos de funcionamento desses processos. Pode-se acrescentar que muitos trabalhadores que convivem em espaços autoritários poderão, ainda, apresentar um grau maior de dificuldade para expressar suas opiniões, criar e mobilizar sua energia física e psicoemocional para um empreendimento coletivo (MOTTA, 1984), contrariando a possibilidade de participação democrática aberta pelo advento das sociedades dominadas pelo grande capital e que reproduz o fenômeno da apatia na participação política e social (BOBBIO, 2000). Nesse contexto de organização da produção e da vida, a participação dos trabalhadores, no âmbito das organizações, adquire várias características. Dentre elas, podem-se citar: a participação conflitual, a participação funcional e a participação administrativa (MOTTA, 1984).

Ressalte-se, entretanto, que essas ideias vêm se modificando por diferentes inspirações ideológicas e partidárias, construídas dentro dos conflitos do universo do Capital X Trabalho, que faz com que os trabalhadores se organizem em diferentes estâncias organizativas, como as associações de pequenos produtores, os sindicatos de trabalhadores, os partidos políticos e as cooperativas e vão fundamentando seus movimentos de cunho reivindicatório e seus movimentos promocionais.

É importante assinalar que se destaquem os processos de participação que são constituídos por uma dinâmica individual e coletiva, que opera concomitantemente. Se, de um lado, existe a necessidade de participação, pois esse é o desejo que move os trabalhadores para praticarem uma ação individual, de outro, o sentido de sua participação num empreendimento coletivo pode ser altamente positivo. Se o caso for ao contrário, a participação é imposta por normas, e não vigora a presença de um desejo como mola propulsora da ação. Nesse caso, dificilmente a pessoa imprimirá o mesmo sentido a ações sociais, a projetos coletivos, a empreendimentos de mudança institucional ou de transformação social.

ORGANIZAÇÃO

No âmbito político e social, o tema da autonomia emergiu ao longo da última metade do Século XIX. Nesse período, destaca-se a Comuna de Paris, em 1871, que, durante as primeiras décadas do Século XX, estimulou e fortaleceu a luta de diferentes movimentos operários no mundo, dentre os quais se podem lembrar: a formação dos comitês de fábrica no contexto da realização da Revolução Russa, em 1917; as experiências de luta coletiva de entidades ligadas à agricultura e às indústrias, durante a Revolução Espanhola, no período de 1936 a 1939; as comunidades de trabalho na França, em 1945, cujo lema era discutir a cultura e a formação na empresa, consideradas tão importantes quanto discutir sobre a própria remuneração; a experiência implementada pela Iugoslávia, desde 1951, por iniciativa do próprio Estado, e o movimento autônomo de trabalhadores na Polônia dos anos de 1970; as experiências

de coletivização da economia na Argélia, nos anos de 1960; os conselhos de fábrica da Itália, em 1920, quando, depois de uma série de greves, os trabalhadores assumiram o controle das fábricas e instituíram em cada uma delas conselhos que assumiram a direção técnica e administrativa.

Essas e outras experiências poderiam ser citadas nessa relação entre a luta pela emancipação dos trabalhadores organizados, destacando-se também as contradições refletidas, às vezes, nas desarticulações de suas organizações pela cooptação do capital. Porém, alguns desses movimentos políticos vêm tomando vulto no mundo do trabalho com mais força devido à amplitude que adquiriram pelas conquistas que terminam por influenciar e exercer pressão sobre as relações políticas em favor dos movimentos organizados e autônomos de trabalhadores.

Essas observações poderão ser mais bem compreendidas no Brasil, após o processo de abertura política. Enquanto outra perspectiva organizacional vem fortalecer a relação dos movimentos participativos, esses vêm constituindo um amplo cenário político e social que alimenta o antagonismo e fundamenta as relações sociais por força do desejo de mudanças imprimidas pelas classes trabalhadoras. Nessa perspectiva, a influência da participação dos trabalhadores tanto nas decisões das empresas quanto no estado amplia o empoderamento dos trabalhadores nas tomadas de decisões sociais e políticas sem que não implique, necessariamente, numa ruptura com as estruturas de poder, mas a possibilidade de construir novos mecanismos que melhorem a distribuição do poder.

De alguma maneira, os limites entre a participação efetiva dos trabalhadores em seus mecanismos de organização são capazes de influenciar e alterar concretamente as decisões em favor da coletividade, entretanto, contraditoriamente, a manipulação por parte daqueles que detêm o poder utiliza-se dos mesmos mecanismos para fragilizar a organização e a participação coletiva e individual dos trabalhadores. Essa situação se agrava nos grupos de trabalhadores que vivem no mercado informal, porque suas organizações sofrem negociações mediadas por lideranças que, muitas vezes, não representam a classe, por diretorias de sindicatos e cooperativas que se contrapõem ao direito dos trabalhadores

categorizados como autônomos, como taxistas, mecânicos, pescadores, agricultores familiares, pequenos produtores rurais posseiros e aqueles que se enquadram como trabalhadores autônomos urbanos. Por último, as associações que, não raras vezes, excluíram a participação da maioria dos associados das decisões, mostrando-se, portanto, insuficientes como um mecanismo efetivo de representação dos seus reais interesses e delimitando a atuação direta de cada trabalhador.

Essas leituras contribuem, de forma reflexiva, com o contexto deste trabalho de pesquisa, na construção de um cenário que possibilitou investigar junto aos trabalhadores rurais, autônomos, pescadores, dentro de suas instâncias de organização, a observância de construção de processos emancipatórios a partir das categorias participação, organização e autonomia, utilizando a pedagogia denominada Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE, 2002), que foi acolhida pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária.

CAPÍTULO III

A Experiência do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária - PIAC

O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), vinculado à Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), faz parte das atividades de extensão da PRAC/UFPB e se desenvolve por meio da ação extensionista em comunidades, numa perspectiva de promover a conscientização e a discussão acerca das diversas questões relativas ao desenvolvimento local e, sobretudo, consolida a relação da universidade com as demandas sociais.

Na sua intervenção em comunidades, o PIAC desenvolve atividades sociais, culturais, educacionais, de saúde e produtivas, com caráter interdisciplinar na articulação de suas ações e as diversas áreas do conhecimento demandadas pela comunidade. Por isso, atua também em parceria com instituições públicas e privadas, ONGs e organizações de classe (Sindicatos, Associações, Federações etc.), gerando participação popular e se aproximando de processos de emancipação humana.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO PIAC

O Programa foi criado em junho de 1990, com o objetivo de realizar ações em comunidades, articulando diversas áreas do conhecimento. Em suas intervenções, considera a cultura local, o acesso à informação e aos meios de produção, tendo em vista o homem como produtor de riquezas, cujo exercício da cidadania é fruto de sua ação global, devidamente contextualizado no meio em que vive. Com essa perspectiva, iniciou suas atividades e atingiu, primeiramente, a Comunidade Monsenhor Magno, com acompanhamentos nas áreas social, cultural, educacional, produtiva e de Saúde. Essas ações tiveram a participação de dezesseis bolsistas dos Cursos de Serviço Social, Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Medicina, Enfermagem e Nutrição. As atividades desenvolvidas pelo programa eram planejadas pelas pessoas da comunidade, e os estudantes começavam pelas reuniões de mobilização, em que se levantavam os problemas de ordem estruturante e de ordem corriqueira.

Em seguida, montavam-se as estratégias de resolutividade de cada problema levantado. Naquela oportunidade, os problemas estruturantes

apontados eram a falta de água potável, de creche-escola, transportes coletivos, programa habitacional, uso do solo urbano, melhoria das estradas, entre outros. Para resolver essas questões com os órgãos do governo, eram constituídas as comissões de moradores e montavam-se os encontros entre a comunidade e esses órgãos apoiados pelo programa, acompanhando as atividades das comissões até alcançar o sucesso desejado.

As questões ditas corriqueiras, como geração de renda, saúde comunitária, produção agrícola, atenção a crianças e à família em situação de risco e atividades com plantas medicinais eram estudadas de forma conjunta e montadas as oficinas pedagógicas para que a comunidade se empoderasse, desenvolvendo, de forma coletiva ou individual, suas atividades.

Os programas também montavam cursos de plantas medicinais, de arte culinária, gestão empreendedora, capacitação para professores, curso para agente comunitário de saúde e curso de artes cênicas, além da criação de grupo de jovens, fundação de clube de mães, oficinas para gestantes e nutrízes. Essas eram algumas das atividades que os estudantes desenvolviam naquela comunidade.

Convém ressaltar algumas conquistas ocorridas nessa comunidade, a partir da mobilização provocada pelo PIAC e seus bolsistas. Como já foi citado antes, a comunidade logrou êxito frente aos sérios problemas referentes à deficiência de moradia, falta de água potável, de energia elétrica, transporte público coletivo, além da implantação de uma escola em regime de mutirão, uma creche-escola, um roçado comunitário, mas, principalmente, a garantia da posse dos terrenos onde as famílias moravam.

O que caracteriza o PIAC, nesse processo de aproximar as atividades de extensão das demandas das comunidades, é a construção de um olhar dialogado a partir da cultura local, que, de forma respeitosa, problematiza as questões que são levantadas e debatidas, para, em seguida, sistematizar e encaminhar o que foi decidido de forma coletiva, para buscar a solução para os problemas levantados.

As questões discutidas, depois de resolvidas, abrem espaços para outras lutas e conquistas, ou seja, um programa de extensão com o envolvimento da comunidade tem início, no entanto, a luta não dependerá mais dos agentes da extensão, visto que a própria comunidade organizada assume suas lutas e amplia seu campo de ação.

Devido ao êxito da experiência do PIAC na Comunidade Monsenhor Magno, em 1991, suas ações se estenderam para as comunidades da Praia da Penha e para a reserva indígena da Baía da Traição. Utilizando os mesmos passos metodológicos, o PIAC chegou à praia da Penha, convidado pela Fundação de Ação Comunitária (PAC), um órgão ligado ao Governo do Estado. Depois de ouvir a comunidade e estudar com ela as estratégias de ação, surgiram os primeiros resultados, a criação da Associação dos pescadores, para contribuir com a ocupação definitiva dos espaços conhecidos como área de marinha, proceder à aquisição de barcos de pesca artesanal, com o apoio do Governo do Estado, apetrechos de pesca, câmara frigorífica, transporte utilitário para a entrega do peixe no mercado, prédio para associação e ponto de venda do pescado.

A chegada do PIAC à Baía da Traição começou com a plantação de uma horta escolar, na Aldeia Galego, dentro das atividades do Estágio Rural Integrado/CCS (ERI). Esse trabalho resultou numa mobilização de todas as aldeias. Assim, foi instalado o I Seminário de Problemas das Comunidades Indígenas Potiguara (SEPROCI), realizado no dia 1 de abril de 1991. Esse evento contou com a participação de 23 entidades governamentais, em níveis federal, estadual e municipal. Como resultado desse seminário, foram demarcadas terras da Aldeia São Domingos, situada no município de Rio Tinto, as aldeias que ainda não dispunham de energia elétrica foram eletrificadas, entre outras reivindicações particulares de cada aldeia.

O PIAC se aproxima de cinco aldeias que solicitaram da FUNAI a presença da UFPB para dar início ao trabalho de extensão. Como conquista desse trabalho, destaco a abertura do rio Cumaru, a implantação de processo de eletrificação da comunidade, a melhoria da produção do camarão e da agricultura familiar, a implantação de um projeto de

apicultura e, no campo cultura, foi criada a Festa do Camarão, evento de conagraçamento entre todas as aldeias pela captura do camarão.

No ano seguinte (1992), o PIAC iniciou atividades no município de Cruz do Espírito Santo, na perspectiva de discutir sobre a reforma agrária naquele município. Durante os três anos seguintes, o programa fortaleceu a proposta de estágios de vivência em comunidades e consolidou a ideia da reforma agrária, o que culminou na desapropriação de 6000 hectares, constituindo-se no maior programa de reforma agrária da Paraíba, coordenado pelo MST e pela CPT¹⁹.

Nos anos seguintes, o programa ampliou-se para as demais regiões do estado da Paraíba, exceto para o Curimataú. Atualmente, o PIAC desenvolve suas ações, com o Programa Fome Zero, do Governo Federal, e o Projeto Território da Cidadania²⁰ – Litoral Norte, envolvendo os municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Lucena, Mataraca, Jacaraú, Pedro Régis, Araçagi, Curau de Cima, Itapororoca, Capim e Cuité de Mamanguape. Acontecem ações do programa também nos municípios de Taperoá, Itaporanga e Bonito de Santa Fé, além de Glória de Goitá, em Pernambuco.

Diante de tantas possibilidades que o PIAC ajudou a construir no campo da extensão universitária e no campo da pesquisa, servindo de espaços investigativos de alguns trabalhos de pós-graduação da UFPB, efetivou-se também como espaço de estágio com caráter permanente e se transformou em um lugar de acolhimento de muitas experiências evidenciadas nos estágios de vivências em comunidades, promovido por sua coordenação, com dimensões nacionais, ocorrendo a cada período de férias acadêmicas, tanto para estudantes das universidades paraibanas, quanto para os de outras universidades brasileiras e até de outros países.

Como ilustração de outro cenário, chamo a atenção para o ***Programa de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida***, encampado pelo sociólogo Betinho, iniciado no ano de 1994, com um cunho totalmente

19 Comissão Pastoral da Terra, Movimento criado pela Igreja Católica no ano de 1979 no Brasil.

20 Política do Governo Federal que integra ações de vinte e seis Ministérios junto com entes federativos locais e organizações da sociedade civil existentes no Território.

assistencialista. Mas, com o engajamento das IES brasileiras, através de seus programas de extensão, houve uma importante contribuição que gerou uma grande mobilização da sociedade brasileira. Como resultado dessa ação, que foi abraçada por vários segmentos da sociedade civil organizada, pelo Estado e por várias empresas nacionais e transnacionais que atuam no Brasil, tornou-se uma política pública de combate à fome e à miséria e criaram-se vários programas em nível federal. Entre eles, destaque o Programa Comunidade Solidária, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)²¹, o Programa Universidade Solidária e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Convém salientar que essa proposta, hoje, garante a geração de emprego e de renda para um grande contingente de trabalhadores da agricultura familiar, que são beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação. Essa iniciativa trouxe à tona outras grandes discussões voltadas para as questões produtivas e as questões agrárias, a educação e a saúde e para os temas sobre cidadania e controle social, à luz da sociedade civil organizada, sem precisar me ater a outras iniciativas de extensão desenvolvidas por outras vias, que não fossem essas aqui apresentadas.

Comparando os modelos de extensão com os quais convivi na década de 1980, numa linha mais assistencialista, com essas novas possibilidades, como, por exemplo, a campanha do Betinho, coloco-me na posição de protagonista, para aproximar a UFPB, através do PIAC/COPAC/PRAC, na metade da década de 1990, de algumas iniciativas de extensão que eu já desenvolvia no Vale do Mamanguape.

Assim, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, junto com a Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), participou mais efetivamente das ações de combate à fome. Esse foi um ato importante para que se pudesse pensar numa proposta de extensão para além da via de mão dupla. A experiência da atuação

21 Conselho Nacional de Segurança Alimentar, entidade ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária passou a articular instituições de governos, em todos os níveis, a mobilizar organizações da sociedade civil, que discutem sobre os temas voltados para combater a fome, os direitos humanos, a cidadania e a segurança alimentar ou estão envolvidos com ele.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO PIAC

No que tange ao jeito de fazer desenvolvido no decorrer da experiência do PIAC, cabe ressaltar alguns aspectos metodológicos e procedimentos que caracterizam essa experiência. Para que essas ações possam ser efetivadas na perspectiva da participação, da organização e da autonomia, **rumo à emancipação**, é necessário que se construa um procedimento, a partir do entendimento dos limites, da disponibilidade de tempo, vontade para o engajamento, observação do tempo das pessoas e das instituições locais, que se respeitem os princípios organizativos locais e a autonomia das pessoas. Mas, principalmente, que ocorra sempre o respeito pela cultura local.

Procurar respeitar os traços culturais do território, ou da comunidade assistida, é buscar conhecer os elementos culturais nas reuniões de articulação, iniciando pela própria vivência no território, para poder contribuir com os espaços de problematização, depois, com os diagnósticos e as reuniões técnicas de reflexão e capacidade de resolutividades, sob a ótica dos agentes internos, com o apoio dos agentes externos. Em seguida, são levantadas as aspirações da comunidade, os temas recorrentes de preocupações e eventuais objetivos de projetos de ação individual e coletiva. Uma vez acertadas a discussão e a hierarquização dos problemas prioritários, a partir das decisões coletivas, posso me debruçar sobre a temática escolhida e iniciar a mobilização dos trabalhadores em torno do tema, para ajudar no empoderamento deles sobre o tema, para que, nessa visão sistêmica, as decisões sejam sempre apontadas pelos agentes internos, ou seja, os trabalhadores.

Conhecido o objeto da ação, passo a identificar os elementos locais e os externos e a proceder à etapa de elaboração de projeto. O passo inicial é o planejamento, para, em seguida, construir espaços de participação, organização e capacitação dentro de um processo educativo. Isso implica interagir com várias dimensões, como: capacitação técnica, formação política e qualificação profissional, em vários níveis, à luz da educação popular, que fortalece as proposta de extensão popular e se aproxima, o máximo que se pode, das linhas teóricas dos procedimentos práticos.

Como possíveis resultados dessas ações, desenvolvidas pelos agentes internos e externos, podem-se apontar os projetos, os programas e os convênios executados ou firmados com os entes federativos, que são demandados pelo território ou comunidade, apoiando as representações do território no encaminhamento dessas demandas.

Entendo que essa trajetória de crescimento do programa só foi possível porque o PIAC buscou, na comunidade universitária e em outras instâncias de conhecimentos, a construção, de forma coletiva, de uma proposta pedagógica que contribuísse com o crescimento das pessoas e das instituições, numa proposta de extensão com caráter popular, fundamentada nos pensamentos de teóricos, filósofos, antropólogos, pensadores e pedagogos, mas sem perder de vista as trocas de experiências que foram promovidas no âmbito da UFPB, através dos professores extensionistas que contribuíram com suas críticas e com as muitas experiências vivenciadas com as comunidades.

Nesse sentido, posso afirmar que a proposta pedagógica apresentada a seguir traz, em sua essência, um conjunto de procedimentos que se aproximam, de forma acentuada, do que chamo de extensão popular (MELO, NETO, 2003), tema sobre o qual discorro no último capítulo deste trabalho.

Diante do exposto, aproximei as categorizações participação, organização e autonomia - dimensões que escolhi para servir de elementos balizadores da análise dos dados - para averiguar, através dos relatos dos entrevistados, se, realmente, a extensão popular, ante essas categorias, presta-se a construir caminhos emancipatórios. Assim,

procurei saber se a extensão popular traz elementos que se prestem a construir processos emancipatórios. Nesse sentido, identifiquei, nas atividades de extensão que desenvolvia no Vale do Mamanguape, alguns produtos apresentados pelas pessoas que se dispuseram a contribuir com esses estudos, a partir de seus relatos, na convivência com as atividades de extensão que o PIAC desenvolve nessa região.

PROPOSTA PEDAGÓGICA ELABORADA COMO SÍNTESE DA TEORIA E DA PRÁTICA DO PIAC: MET-MOCI – METODOLOGIA PARA MOBILIZAÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL (FALCÃO & ANDRADE, 2002)

Para desenvolver as ações extensionistas pelo PIAC, seguindo o referencial teórico da extensão popular (MELO NETO, 2003), na modalidade trabalho, ocorreu-me a necessidade de construir passos pedagógicos que ajudassem, metodologicamente, a fortalecer minhas experiências acadêmicas e de extensionista que construí durante todos esses anos. Para isso, aproximei-me de outros teóricos com os quais tive a honra de conviver e experimentar as referências de alguns desses professores pesquisadores e extensionistas, como é o caso de José Maria Tavares de Andrade, José Francisco de Melo Neto, Eymard Mourão de Vasconcelos, Kátia Suely Queiroz Ribeiro, Ivan Targino, Genaro Ieno, entre outros, que contribuíram para a fundamentação desse processo pedagógico e metodológico. Entende que não se trata de uma receita de bolo, ou de um manual recheado de procedimentos técnicos. Na verdade, o que apresento como caminhos para a efetivação de trabalhos de extensão no campo popular são frutos desses vinte e tantos anos de troca de experiências com trabalhadores rurais e urbanos, cujos espaços de convivência escolhi para conviver mais de perto e entender bem mais a luta pela sobrevivência, num embate entre o capital e o trabalho, muitas vezes, sem a presença do Estado, refletida na falta de políticas públicas e sociais tão necessárias para garantir alguns direitos básicos dessa classe trabalhadora com a qual convivi.

Utilizando essa proposta pedagógica, inicialmente, identifico, com base na demanda das comunidades que desejam executar um projeto, todos os atores internos e externos que vão estar presentes durante todas as ações que forem planejadas para ser executadas durante a vigência do projeto.

Isso implica, em primeiro lugar, entender as dimensões do ser humano e as concepções do mundo, em que é observado o homem, em sua forma física, biológica e antropossocial (MORIN, 1996). Essas dimensões são estudadas de maneira integrada, plena e sistêmica, em que se entende o homem interagindo com o meio o tempo todo e se observa o meio através dos estudos dos vários aspectos, iniciando pelos aspectos geográficos, com destaque para a importância de se entender geograficamente como a comunidade se apresenta, iniciando por sua localização, fato muito importante para se entender o perfil dela, suas dificuldades e vantagens.

Os aspectos sociais são analisados entendendo-se o grau de degradação do tecido social à qual a comunidade está exposta, além de seus conflitos. Nesse aspecto, observa-se a ausência do Estado, a fragilidade das organizações sociais, as contradições do controle social, o papel dos aparelhos ideológicos na comunidade que vem sendo trabalhada. O aspecto econômico é observado e analisado para se entenderem os modelos produtivos, a exploração da mão de obra e as riquezas naturais e de transformação que poderão ser objetos de estudo dos agentes internos e externos.

Outros aspectos percebidos são os elementos políticos, nos quais são observados todos os passos que a comunidade pode dar de acordo com a sua formação política no campo organizacional, ideológico, participativo, autônomo, partidário etc. e culmina com a análise de alguns aspectos subjetivos, como, por exemplo, os aspectos culturais e religiosos, em que são observadas as relações culturais e religiosas locais, identificando seus valores ritos, mitos e símbolos culturais, que contribuem, de forma participativa, para as decisões que a comunidade possa tomar e que fazem parte de todo programa que porventura possa ser desenvolvido por ela, em parceria com a Academia.

Da mesma forma, estendo o olhar para os aspectos religiosos, hoje, elemento sobremaneira importante a ser observado, devido à grande dificuldade de integração no trabalho comunitário, refletido na multiplicação indiscriminada de tantas vertentes religiosas. Por último, são identificados mais dois aspectos: os ambientais, numa perspectiva de se entender o meio ambiente como elemento produtor de riquezas, mas também, um elemento a ser cuidadosamente trabalhado. Seu planejamento e sua preservação fazem parte dos estudos antropológicos, que vão ajudar, dialeticamente, no enfrentamento das questões ligadas à qualidade de vida dos trabalhadores.

Concluo os estudos dos aspectos chamando os aspectos históricos para dialogar diretamente com todos os atores envolvidos no programa de extensão popular, que se apresenta como um dos mais importantes aspectos, pois é através dele que todos os agentes internos e externos vão interagir gradativamente, através da dialética e da dialógica, alimentados pelas investigações, problematizações e sistematizações do que ocorre no cotidiano das pessoas. É através desse aspecto, também, que ocorrerão as trocas de experiências e, mais tarde, servirá de centro de observação de trocas de experiência e problematização entre pesquisador e pesquisado.

Observam-se, daí, as questões que vão surgir desde a origem do nome da comunidade, como se instalou geograficamente, quem eram os primeiros habitantes do local, como viviam antes, como se deu os avanços e os retrocessos, enfim, esse aspecto interliga todos os outros, em suas mais diversas dimensões. Foi nessa perspectiva que se começou a desenhar esta proposta pedagógica, na qual se adota, inicialmente, um olhar técnico das Ciências Humanas e Sociais para uma leitura mais aprofundada possível, mas aberta sobre os aspectos da paisagem, do meio e da cultura local, o que chamo de *biocultural diversidade*.

O primeiro desafio é apurar o olhar, estabelecendo uma troca de olhares com os indivíduos que ali vivem e nasceram. O olhar dos habitantes pode ser chamado de olhar do vivido ou de representação da realidade local. Assim, podem-se combinar dados objetivos de uma realidade e seu contexto com elementos do imaginário e dos símbolos da experiência de vida local e cruzar com os dados acadêmicos que vão

dar origem à análise qualitativa dos dados. Tomo, aqui, a imagem de um prisma que decompõe as cores de um feixe de luz - para distinguir, sem separar as dimensões da paisagem - as variáveis históricas e geográficas, econômicas e políticas, sociais, culturais, religiosas e ambientais.

O conceito de paisagem permite articular o meio natural e o cultural - a presença do homem. Como se lembra, anteriormente, a presença do homem é um fator de transformação do meio ambiente. Antes se falava de uma geografia física e de uma geografia econômica, política. Morin (2006) fala, hoje, de uma ciência da terra, que respeita os conjuntos de fatores geográficos e outros aspectos que compõem um ecossistema. A diferença está, justamente, na mudança do olhar, de um olhar disciplinar para um enfoque complexo. Antes, era o cientista que fazia o corte da realidade, construindo um objeto sob medida, de conformidade com sua disciplina especializada em seu enfoque. Hoje, o ponto de vista da complexidade permite-nos respeitar a eco-organização (BERTALANFFY, 2008), procurando identificar o contorno da realidade do natural/cultural como um objeto que não somos nós que delimitamos arbitrariamente, conforme um olhar monodisciplinar.

O que aparece de novo, nessa pedagogia, é o olhar sobre a territorialidade, pois se sabe que o conceito de comunidade já foi bastante criticado por sua ambiguidade. A territorialidade amplia o olhar que identifica melhor o que existe na comunidade. Mesmo quando se trata de grupos relativamente pequenos, homogêneos e isolados, ou, ainda, de grandes conglomerados de grupos humanos que se dispersam povoando a terra, o território está resguardado, dando conta de cada comunidade, no caso de populações indígenas tradicionais ou de comunidades religiosas de monges ou de freiras, onde existem a propriedade privada e a luta de classe ou, ainda, uma considerável heterogeneidade cultural e os espaços da C&T, sem permitir mais a existência propriamente de comunidades, mas de territorialidade. Dessa forma, construí um fluxo pedagógico e metodológico, combinando essas duas tradições com o modo de uma pesquisa e de uma ação, visando a um diagnóstico técnico e a uma avaliação na troca de olhares, ou seja,

um ver e um compreender do ponto de vista do coletivo para tomada de decisões. Essa troca de olhares corresponde, quase sempre, ao olhar técnico *versus* olhar do vivido. Mais adiante, tratarei dos termos conhecimento popular e conhecimento científico.

Antes de tomar alguns exemplos de indicadores e variáveis, advindos dessas trocas de olhares com as comunidades ou território, com as quais já trabalho, faço uma distinção conceitual quanto aos níveis ou fases da ação. Adotando o termo territorialidade, já consagrado pelo seu uso atual, podem-se destingir: ação comunitária; trabalho comunitário; mobilização coletiva e individual.

A ação comunitária é uma fase inicial de um trabalho social sem um projeto, portanto, não tem continuidade. Ela pode ser pontual ou provisória e não passa da fase inicial ou de uma ação de curta duração. Dela, não resulta, propriamente, um processo de desenvolvimento humano ou emancipatório. O número de indivíduos, membros do território que se beneficiaram e/ou participaram da ação não foi suficiente para se obter uma transformação desejada e durável em termos de um processo educativo. Já o trabalho comunitário classifico como uma ação de duração maior, que mobiliza mais e melhor os recursos naturais e os atores locais. O processo de mobilização inicia seus primeiros passos a partir de eixos metodológicos que provocam uma ebulição quando estão em confluência entre si.

Quando se observa e se respeita a cultura local, podem-se garantir mais mobilização e participação das pessoas, o que potencializa o funcionamento em espiral ascendente da vida comunitária: a partir da sua organização político-social, da produção sustentável (rural, urbano e ru-urbano), do processo educativo e da demanda de atenção em saúde, na perspectiva de melhorar a vida das pessoas.

O papel fundamental não é mais de diagnosticar, mas de problematizar, promovendo a troca de experiências locais e acadêmicas entre os atores locais e as representações instituições internas e externas. A presença dos elementos externos vai diminuindo, à medida que as próprias lideranças locais vão assumindo e fazendo apelo a recursos externos, conforme as demandas sentidas localmente (instituições

de serviços públicos). O processo pedagógico da mobilização coletiva e individual trata da continuidade e do aperfeiçoamento do trabalho comunitário, em seu caráter sustentável, da forma mais popular possível em longo prazo.

Nesse contexto, à proporção que os processos vão se solidificando através da institucionalização do(s) projeto(s) comunitário(s), vai se buscando garantir uma sucessão de gerações. São os indivíduos que crescem e vão dando espaços para outros que se sucedem nas funções organizativas. Alguns nascem, crescem, outros se mudam, e outros morrem. É como se uma instituição técnico-burocrática surgisse no território. Assim, a comunidade se organiza, qualifica e se qualifica, à medida que provoca o funcionamento de seus diversos setores.

Trata-se, em outros termos, de uma caminhada emancipatória dos indivíduos e das instituições, em suas interações na sociedade civil, plenamente integrada à vida política e ao mercado. Eis um campo fértil de equívocos e contradições, pois é nesse espaço, também, que vão surgir os interesses individuais e se alimentar o campo da disputa política, econômica e social.

A visão complexa sistêmica (BERTALANFFY, 2008) ajuda a ver, de maneira dialógica, o processo educacional, do ponto de vista da motivação psicológica, da cognição individual e da participação de cada um no processo de mobilização, que se reflete na alimentação egoica das lideranças em detrimento da exclusão dos representados.

Passo a verificar esses procedimentos, quando sigo, passo a passo, a proposta pedagógica em seu fluxo metodológico, que me faz entender a necessidade de me colocar na posição de educador e de educando. Assim, passo a observar melhor as contradições e os equívocos, num cenário dialético e dialógico, onde é preciso um posicionamento crítico, na busca por uma nova perspectiva em termos de valores (AUGÉ, 1990). Ou seja, numa visão sistêmica de mobilização, avaliando a reprodução de valores do próprio modelo de civilização hegemônica capitalista, no qual estamos imersos desde os tempos coloniais, mas que se pensa na construção de outra hegemonia, à luz das classes trabalhadoras.

Ainda no campo dialógico, refiro-me às nossas limitações de um agir local e de um pensar global (FRANCO, 1995). A ação concreta, de fato, tende a ser local, isolada, regional, mesmo quando se pretende, do ponto mais oriental das Américas, um dos mais distantes das fronteiras nacionais, inserir-nos num civismo planetário e numa cidadania terrestre (MORIN, 1996).

A reflexão tende a ser a mais global, planetária e, por uma mundialização plural, em construção, graças à sociedade civil e às ONGs existentes na terra-pátria (MORIN, 1996). Seria mais demagógico e contraditório que pertinente, em nosso cotidiano, uma formulação de tipo proverbial: agir local e pensar global, como também agir global e pensar local.

Assim, é necessário compreender o termo *desenvolvimento* e romper com esse termo toda vez em que ele se mantiver como velha ideologia colonialista e capitalista, que vem adotando novas maquiagens de desenvolvimento humano, sustentável e integral, contrapondo-se à nova visão da concepção de economia solidária popular defendida pela classe trabalhadora, produtora de riquezas e dos serviços, frutos de seus próprios esforços, para que se possa pensar em autogestão em outra concepção de desenvolvimento local sustentável, longe do modelo concentrador do capital.

Digo que a base que fortalece e serve de suporte para iniciar trabalhos de extensão de cunho popular é a troca de experiências entre as diversas consciências envolvidas na ação extensionista. São os desafios do fazer, do saber e do saber/fazer que estão para além da C&T. Isso requer que eu respeite as iniciativas populares e contribua com minha especialidade acadêmica.

De minhas experiências locais, resultou esse *quefazer* fundamental, no qual se tenta promover um intercâmbio entre o saber e o saber fazer local, que é popular ou tradicional, e o saber e saber fazer acadêmico (pesquisa e extensão), resultando num olhar complexo, que potencializa a ação integrada.

No contexto do PIAC, inspirado pelo processo pedagógico denominado de Metodologia para Mobilização Coletiva e Individual, dois

dos projetos que merecem destaque particular no campo da extensão popular, na perspectiva de caminhos emancipatórios, são: o Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) e o Projeto Vale do Mamanguape, o qual constitui objeto de análise deste estudo. Para me debruçar sobre essas duas realizações, iniciarei com uma breve contextualização acerca da experiência do ENEC.

O ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADE - ENEC

Dentre seus frutos, a experiência do PIAC gerou outra proposta de atividade extensionista permanente vinculada às comunidades onde atuou historicamente, tendo como foco particular a ação estudantil, e como direção, o fortalecimento e a difusão da extensão popular em nível nacional, irradiada por uma equipe de estudantes, docentes e técnicos da UFPB vinculados ao PIAC. Tratou-se do Estágio Nacional de Extensão em Comunidade - ENEC.

Durante essas investidas extensionistas nas comunidades, eu buscava um algo que fosse novo, que pudesse assegurar os estudantes e os professores com suas atividades extensionistas na comunidade, e, por outro lado, que essas atividades pudessem ser replicadas em outros espaços acadêmicos nacionais. Nesse sentido, utilizando a metodologia criada pelo PIAC, que ajudou a constituir o Estágio de Vivência em Comunidade, proposta que convidava estudantes de outras IES brasileiras para, durante as férias acadêmicas, conhecerem as experiências de extensão na Paraíba, para poder replicar essa experiência em suas IES de origem. Assim, foi constituído o Estágio Nacional de Extensão em Comunidade - ENEC.

Convém salientar que esse estágio nacional contribui com sua articulação para apoiar e ajudar na construção da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), em parceria com o PIAC.

Apresento, então, o ENEC, como um projeto de extensão ligado à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (PRAC/UFPB). Propõe para todo o Brasil a oportunidade de vivenciar a realidade de uma comunidade durante um

ano, observando, de maneira crítica, todos os aspectos que influenciam em sua organização política, social e econômica.

Essa modalidade de extensão nasce com a perspectiva de a extensão que queremos se comportar como um algo novo, capaz de contribuir para a construção de estágios nacionais em várias áreas do conhecimento, pois se destina a estudantes e a professores de diversos cursos: Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Comunicação, Geografia e Serviço Social etc., mostrando sua interdisciplinaridade e comprometimento com as questões ligadas à realidade local.

É preciso, então, articular vários sujeitos sociais e entes federativos, nacionais, regionais, estaduais e locais, para promover uma organização também voltada para as singularidades produzidas nas comunidades periféricas, tanto do campo quanto da cidade. É nessa perspectiva, que o ENEC constituiu suas atividades nas comunidades que atingiu tantos espaços de extensão com caráter popular, com o intuito de se tornar um processo contínuo, acompanhando todos os níveis de desenvolvimento das ações, desde a problematização, passando pelo planejamento, até a execução.

Com o objetivo de interagir com as várias instituições de uma forma participativa, a relação universidade-professor-estudante-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade. É uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado coletivo e de realização de ações simultaneamente transformadoras entre universidade e sociedade. Essa proposta enfoca a importância de um pensamento libertador a partir de uma prática educacional subjetiva de autonomia e de leitura sobre a concepção de extensão de caráter popular para compreender o porquê de se desenvolver a extensão nessa perspectiva e entender qual é o papel da universidade na disputa de concepção e de construção de novos valores para a sociedade, qual a relação da universidade e da sociedade e como se pode contribuir.

O educador deve partir do concreto/real (das ligações com os sujeitos sociais das comunidades e das necessidades locais) se pode elaborar, planejar e repensar as práticas, indivíduo/sujeito coletivo,

que também é importante na disputa de consciência, pois existe uma preocupação com o desenvolvimento dessa prática nas localidades e se deixa de lado a concepção que a extensão vem adquirindo ao longo dos processos, de ser uma prática salvadora e que poderá resolver os problemas que o Estado não supriu.

As ações de um educador humanista que identificando-se com as ações dos educandos deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida na profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador e libertador (FREIRE, P., 2005)

O ENEC, através de suas ações, identifica a extensão de caráter popular, comprometida com as singularidades da classe trabalhadora e várias implicações acadêmicas. Uma delas é a necessidade de se fazer uma formulação teórico-conceitual da extensão e de um conhecimento que abra caminhos para se superar a classe. Mediante a extensão, projeta-se uma relação universidade-sociedade, marcada pelas contradições do próprio papel da universidade, ao se constituir como instrumento de preparação das elites governantes (MELO NETO, 1996).

O ENEC, como atividade de extensão de caráter popular, no âmbito do trabalho social útil com as comunidades e no âmbito teórico, é um saber a partir dos saberes populares e dá voz a quem a história hegemônica dominante cala. Enfim, parece-me que há um movimento em busca de novas sociabilidades e de tentativas de recolocar a pessoa e as demais formas de vida como elementos centrais na sociedade nessa nova modalidade de extensão.

[...] fazer o *Estágio de Vivência em Comunidades* aqui na Paraíba, consiste em desenvolver uma proposta pedagógica onde a produção científica esteja sempre em consonância com a produção e as necessidades reais da região, e do seu povo. Nesse sentido, a proposta se encaminha sempre de forma a estabelecer uma estreita ligação entre teoria e prática vivida/pensada na perspectiva de desenvolver habilidades e competências, expandindo a capacidade crítica dos jovens numa perspectiva construtiva

que possibilite os mesmos a agir em direção às transformações político-sociais. E a necessidades de garantir o desenvolvimento local, regional e universal, vinculando-o como fio condutor de articulação entre o saber popular e saber científico (FALCÃO, 2006).

PROJETO VALE DO MAMANGUAPE

Com base nesse Projeto, destaco elementos da construção da prática do PIAC, além do registro da fala de sujeitos que intervieram nesse processo através de sua participação em ações educacionais promovidas pelo PIAC nesse território.

ESPAÇO TERRITORIAL

Muitas das atividades de extensão desenvolvidas pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), mostradas no início deste texto, apresentam-se de forma muito diversificada, motivo pelo qual optei por fazer um recorte para a análise deste trabalho, como **processos emancipatórios**, com destaque para as atividades de mobilização e organização como base para este estudo.

Utilizo-me da proposta pedagógica do PIAC, denominada de Metodologia, para uma mobilização coletiva e individual - Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE, 2002), a fim de servir de base para implementar as ações de extensão da UFPB para os trabalhadores rurais e os urbanos do Vale do Mamanguape. Dentro desse programa, selecionei o projeto desenvolvido no **Vale do Mamanguape** para servir de base para o campo de pesquisa e o dividi em dois aspectos: mobilização de trabalhadores e organização político-social nas atividades de pesca artesanal, produção agrícola e trabalhos comunitários.

Convém salientar que todas as atividades desenvolvidas estão localizadas no Vale do Mamanguape, espaço geográfico que escolho como ponto de partida para as primeiras investigações sobre as questões ligadas à emancipação de sujeitos, destacando Mamanguape, Baía da Traição, Rio Tinto, Lucena e Santa Rita, como território delimitado onde se encontram os sujeitos investigados.

Para entender bem mais esse projeto de pesquisa, sinto a necessidade de localizar historicamente a região em que ele está inserido, para, em seguida, apresentar os dados que apontam sua evolução e aproximar esses processos de crescimento dos sujeitos investigados nos meus estudos, que apontam para a construção de processos emancipatórios. Outra informação pertinente diz respeito às condições iniciais de cada comunidade onde instalei o PIAC que, geralmente, era convidado por alguém ou alguma instituição que conhecia a ação da UFPB na região e achava que o programa poderia ajudar, de alguma forma, às pessoas ou à comunidade.

O cenário que se apresentava, no início, geralmente não apresentava nenhum traço de organização, motivo pelo qual, o programa era convidado para, daí em diante, identificar as potencialidades e iniciar as atividades de mobilização e organização dessas comunidades. A maioria era de comunidades rurais.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO VALE DO MAMANGUAPE NA ZONA DA MATA NORTE

O Vale do Mamanguape pertence à Zona da Mata Norte – PB – e abrange uma área de, aproximadamente, 3.647,00 Km², que corresponde a 7,0% do território estadual. Está localizado na porção leste do Estado e limita-se, ao Norte, com o estado do Rio Grande do Norte; ao Sul, com o Território da Zona da Sul Paraibana; a Leste, com o Oceano Atlântico, e, a Oeste, com a Mesorregião do Agreste Paraibano. Está inserido na Mesorregião da Zona da Mata Paraibana.

É composto por 13 municípios: Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis, Rio Tinto e Santa Rita. Seus principais centros urbanos são os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, localizados na Microrregião do Litoral Norte. Segue o mapa de localização dos municípios do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte:

Mapa 1 - *Localização dos municípios do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte*



ASPECTOS FÍSICOS

HIDROGRAFIA

O Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte - PB - ocupa uma extensa área distribuída pelas bacias hidrográficas do rio Mamanguape e do baixo rio Paraíba, totalizando 2.673,4 km². Essas bacias hidrográficas abrangem, ainda, em seu conjunto, áreas dos rios Camaratuba, Miriri e outros rios menores, abrangendo dois ecossistemas naturais da Zona da Mata: planícies litorâneas e florestas.

Mapa 2 – *Bacias hidrográficas do Litoral Norte, com destaque ao Rio Mamanguape*



CLIMA

O Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte, por sua posição privilegiada, apresenta condições climáticas favoráveis às explorações agropecuárias. Segundo a classificação climática de Köppen, seu tipo climático é quente e úmido, com chuvas de outono/inverno que ocorrem desde o Litoral até a grande porção do Agreste.

As precipitações médias anuais situam-se na faixa de 2.000 a 2.200 mm/ano, de 1.800 a 2.000 mm/ano e, por fim, outra de 1.600 a 1.800 mm/ano, decrescendo para o interior, cujo período chuvoso inicia-se em fevereiro e prolonga-se até agosto. O período de estiagem vai de cinco a seis meses, a temperatura média anual está entre 22° C e 26° C, e a umidade relativa do ar média é de 80%.

VEGETAÇÃO

Nesse vale, constata-se a presença dos seguintes tipos de vegetação: pioneira, campos e matas de restinga, manguezais, mata úmida e cerrado. A pioneira corresponde a uma faixa contígua aos limites das preamares. É constituída de uma vegetação predominantemente herbácea, adaptada às condições de elevada salinidade e campos e matas de restinga que ocorrem em seguida à pioneira. O solo é arenoso e profundo; a vegetação dos campos é do tipo arbustivo, de densidade variável. Em áreas mais abertas, aparecem algumas espécies típicas do cerrado.

A mata de restinga é subcaducifólia, com árvores de porte médio. O cajueiro é uma das espécies que mais caracterizam a vegetação desse tipo. Os manguezais estão localizados nos estuários e expandem-se para o interior da planície até onde se façam presentes as influências marinhas pelo fluxo e refluxo das marés. Constituem-se numa formação florestal perenifólia, com espécies altamente adaptadas ao tipo de ambiente fluvio-marinho, de salinidade elevada e solos estáveis, pantanosos, com alto teor de matéria orgânica em decomposição.

A mata úmida compreende a mata atlântica e a mata do brejo. A mata atlântica corresponde às florestas costeiras brasileiras ou matas de encosta. Encontram-se amplamente descaracterizadas em função da multissecular utilização, como fonte, a princípio, de essências nobres, e, posteriormente, como estoque de madeira inferior para os mais variados fins. Até hoje se agrava a sua destruição pela ocupação, em grande escala, da cultura da cana de açúcar em seu habitat natural.

SOLOS

Os principais solos encontrados no Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte - PB - são: alissolos, neossolos flúvicos, neossolos quartzarênicos e latossolos. alissolos e latossolos - são solos ácidos, com baixa camada textural, argila de atividade baixa, ácidos com saturação de bases baixas e perfis bem diferenciados, profundos ou muito profundos moderadamente drenados, friáveis, extremamente intemperizados, com predomínio de sesquióxidos de argilas do grupo (notadamente caulinita na fração coloidal), desenvolvidos a partir de sedimentos argiloarenosos do grupo Barreiras, sobre platôs costeiros da faixa úmida.

Quanto ao uso agrícola, esses solos podem ser explorados com fruticultura de modo geral (o abacaxi e o coco se destacam em área plantada) e culturas alimentares como inhame e mandioca. A principal limitação ao uso agrícola desses solos decorre da baixa fertilidade natural, portanto precisa de correção de acidez e adubação para utilização agrícola intensa. Esse procedimento é bem utilizado no plantio de cana de açúcar, produto bastante explorado nessa região, conhecidamente como sua principal cultura desde o início da década de 80.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

POPULAÇÃO

Na população do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte, segundo contagem da população realizada pelo IBGE, no ano de 2007, observa-se um contingente populacional no Território composto por 414.524 habitantes, entre esses, 106.639 vivem na área rural, o que corresponde a 24,73% do total.

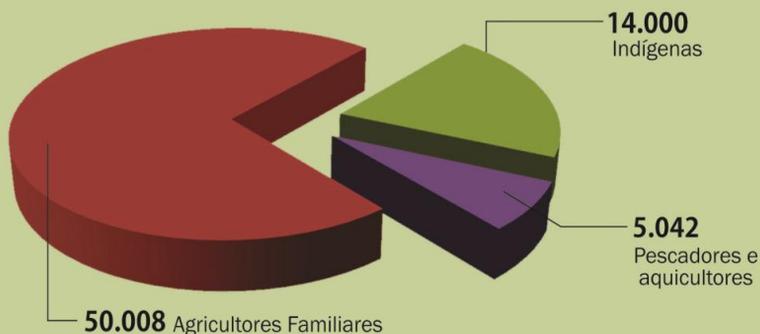
Em estudos efetuados pelo IBGE - 2006, o Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte apresentou, no ano de 2000, uma densidade demográfica de 222 habitantes/km², considerada muito elevada em comparação com a do Estado, que, no mesmo período, era de 61 habitantes/km². Dentre as especificidades populacionais do Território, identificam-se, ainda, 50.008 agricultores familiares cadastrados em sindicatos de trabalhadores rurais e um total de 5.042 pescadores e aquicultores cadastrados no Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA e na Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba-SUDEMA.

Segundo informações do censo demográfico 2000, verificou-se que, do total de 737 mil pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil, pelo menos 14,6 mil viviam na Paraíba, e cuja etnia os classifica como Potiguaras, sendo 49,8% homens e 50,2% mulheres.

Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (2009), o número de indígenas no Território é de 12.563 pessoas, o que corresponde a cerca de 3% do total de habitantes do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte do Estado, distribuídos em 30 aldeias nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Segue o gráfico com dados do MDA, que demonstra o número de habitantes por categoria social.

Número de habitantes por categoria no Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte

Gráfico I



Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais - SIT (2009)

PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS DA ZONA RURAL

AGRICULTURA

No que se refere à utilização das áreas dos estabelecimentos agropecuários, o que se pode observar é que, no ano de 2006, as terras utilizadas com lavouras permanentes e temporárias ocupavam 47,4% da área total do território, enquanto as áreas de pastagem ocupavam 32,7%. Os municípios de Santa Rita e Mamanguape foram os que apresentaram as maiores áreas ocupadas com essas lavouras.

PECUÁRIA

Essa atividade no território, ao longo dos anos, vem reduzindo sua participação no tocante ao efetivo dos bovinos. No ano de 2000, seu número era de 73.870 cabeças; no ano seguinte, esse número foi

reduzido para 69.971, o que representa uma queda de 5%. A partir de 2002, esse efetivo começou a se recuperar e atingiu, em 2004, um número superior a 2,4% ao apresentado no ano de 2000.

APICULTURA

A produção de mel de abelha no Território Zona da Mata Norte vem registrando um aumento consecutivo no período de 2000 a 2004. Os municípios de mais destaque são: Jacaraú, Rio Tinto e Mamanguape. A participação do Território na produção estadual evoluiu de 11,5%, no ano de 2000, para 21,2%, em 2004. Neste último ano, os maiores produtores de mel do Território foram os municípios de Jacaraú e Rio Tinto, com 28,5% e 26,3 %, respectivamente, de acordo com o IBGE (2006).

PESCA ARTESANAL

As atividades pesqueiras na região são diversificadas e podem estender-se desde a pesca estuarina, como a pesca de alto mar, até as atividades econômicas da aquicultura desenvolvidas nas regiões ribeirinhas próximas dos manguezais.

Numa análise da produção de pescado nos municípios pesqueiros da Zona da Mata Norte, observa-se a produção da lagosta, camarão, ostra, marisco, caranguejo, aratu e uma grande diversidade de espécies de peixes. Os municípios de Baía da Traição, Rio Tinto, Lucena e Santa Rita são os que representam melhor essa produtividade, com um volume maior produzido dessas variedades citadas, com destaque para a produção artesanal de pescados e crustáceos, por serem os responsáveis por gerar renda para um grande contingente de pescadores artesanais, catadores e coletores de crustáceos.

Essa observação aventou a possibilidade de o PIAC apoiar as ações organizativas dos pescadores artesanais e ajudar a reestruturar algumas

colônias de pesca, a criar outras e a constituir algumas associações de pescadores artesanais onde não era possível instalar colônia de pescadores.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

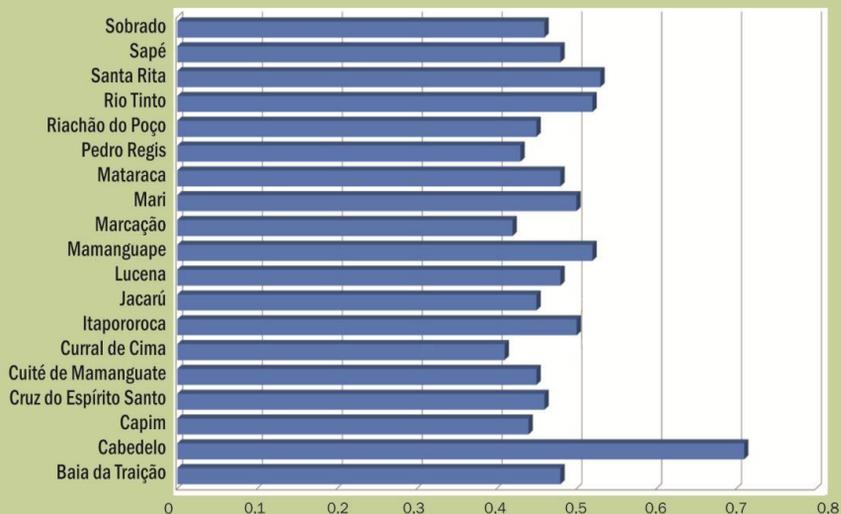
O conceito de desenvolvimento humano surgiu em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugeriu substituir a visão tradicional de desenvolvimento, que o identifica ao crescimento da renda e da produtividade de um país, por um enfoque mais amplo e abrangente.

Para medir o IDH, são analisados, basicamente, três componentes: a longevidade média da população, o nível educacional e o acesso a recursos econômicos (PIB per capita). Isso também se repete quando se fala do PIB, em que 70 dos 5.560 municípios brasileiros, ou seja, 1,3% do total detêm, sozinhos, 50% (metade) do PIB do País. Essas distorções só podem ser resolvidas com políticas públicas sérias e includentes.

No Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte-PB, o IDH-M (2000), como em quase todo o Nordeste é baixo. O menor IDH é o do município de Capim, seguido dos mapas que ilustram o Índice de Desenvolvimento Humano e o índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Gráfico 2



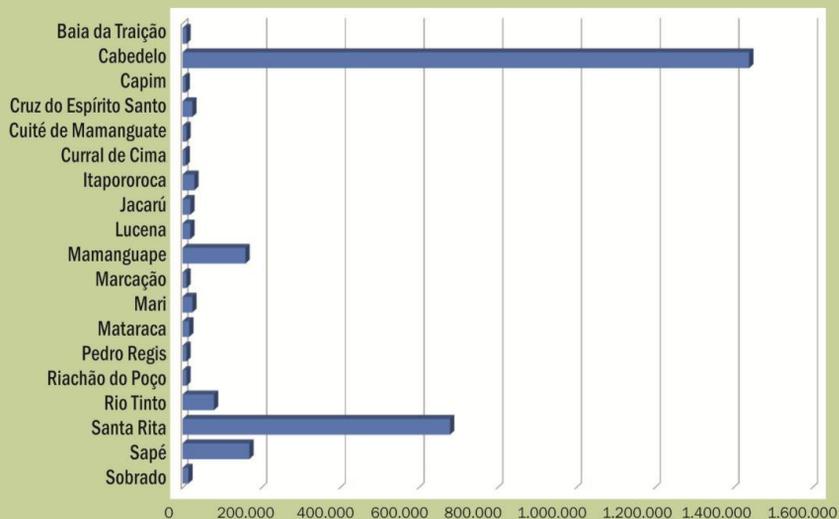
Fonte: PNUD (2000)

PRODUTO INTERNO BRUTO

No que diz respeito ao produto interno bruto (PIB) do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte, no ano de 2007, esse indicador econômico alcançou o nível de R\$ 2.963.000.000,00 (dois bilhões e novecentos e sessenta e três milhões de reais) que, em termos percentuais, correspondeu a 4,01% do PIB estadual.

Produto Interno Bruto – PIB

Gráfico 3



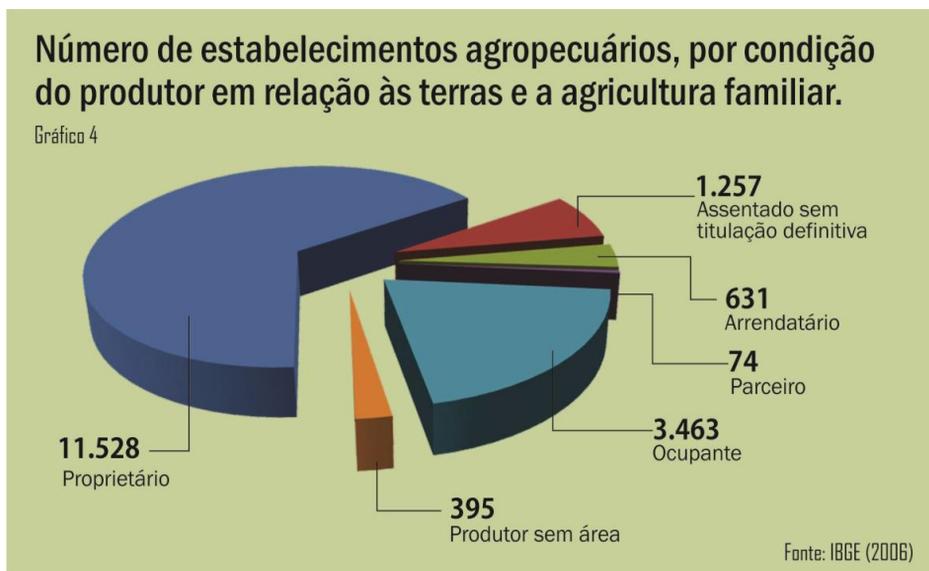
Fonte: IBGE (2007)

Estrutura fundiária do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte paraibana

A Zona da Mata apresenta-se, no contexto da agricultura familiar, de forma particular, pois essa região traz o estigma da indústria canavieira que, historicamente, com apoio estatal (como os incentivos do Proálcool), colocou-se exatamente na contramão do modelo da produção familiar ou camponesa. A opressão vivida pelos camponeses desencadeou incessantes lutas, com o intuito de promover a Reforma Agrária e democratizar os processos produtivos familiares. Esses territórios foram palco de inúmeros movimentos populares, com destaque para o papel das Ligas Camponesas e dos movimentos sindicais para a reivindicação da justiça social, cujos líderes (João Pedro Teixeira e Margarida Maria Alves) foram friamente assassinados.

Pode-se dizer que, por meio dessa resistência camponesa, houve grandes mudanças na estrutura territorial desses espaços, devido, justamente, ao surgimento de Assentamentos Rurais e à participação política desse setor da sociedade. A estrutura fundiária do Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte, segundo o Censo Agropecuário (IBGE-2006), apresentava 11.971 estabelecimentos rurais, ocupando uma área total de 118.840 hectares. Esses dados, quando analisados por município, demonstram que Itapororoca, Mamanguape e Rio Tinto apresentaram o maior número de estabelecimentos rurais.

A concentração das terras é a expressão maior das desigualdades sociais e a principal responsável pelos índices de pobreza e de exclusão social de grande parte da população rural, como mostra o gráfico 4.



Destacam-se, em número de Projetos de Assentamentos, no Vale do Mamanguape da Zona da Mata Norte, os municípios de Jacaraú (4), Lucena (2), Capim (2), Santa Rita (1), Rio Tinto (2) - já emancipados - e Pedro Régis (1).

Aproveito-me desses dados aqui apresentados, que apontam para uma concepção de domínio do capital e a exploração da mão de obra, além do processo de expropriação de terras no Vale do Mamanguape, para situar como ocorreu o início do processo de mobilização e organização das entidades pelo programa de extensão da UFPB, através do PIAC, para institucionalizar a Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape (FAPEMA).

Tudo isso que vem sendo apresentado em relação ao Vale do Mamanguape faz com que essa região seja considerada como uma das regiões mais ricas em recursos naturais, do ponto de vista de reservas ambientais, hídricas e solos e se apresente como uma área produtiva de grande potencial.

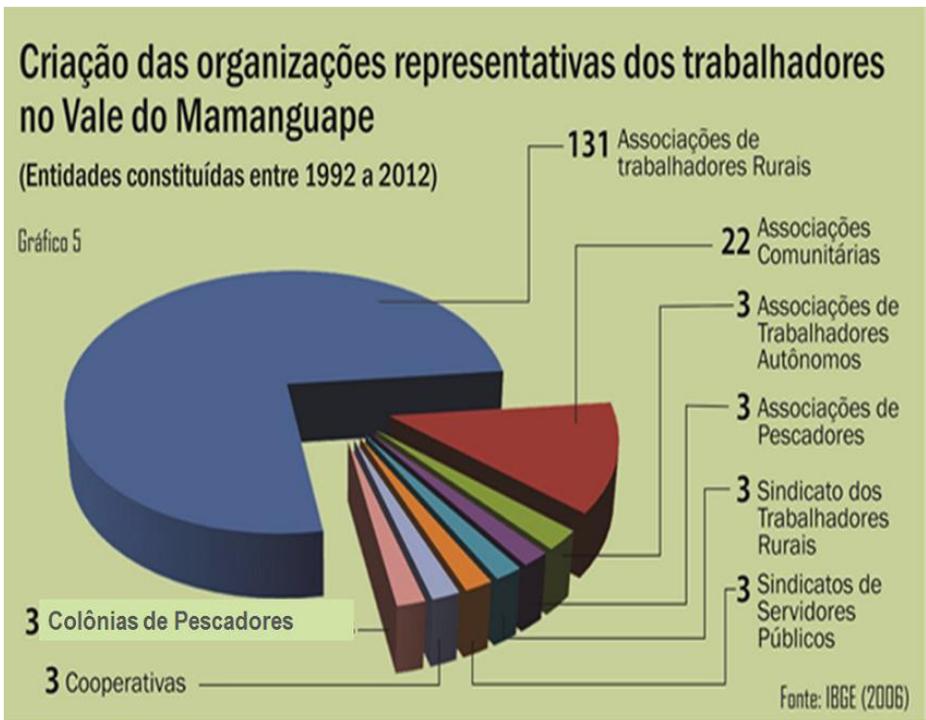
A partir dessa observação e desses primeiros gráficos e tabelas apresentados neste trabalho, vejo a necessidade de visualizar melhor as possibilidades de se construírem caminhos para a emancipação dos sujeitos aqui investigados. Para tanto, apresento outros gráficos e tabelas, para proceder às análises necessárias nesses estudos.

ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E GRUPOS CRIADOS NO CONTEXTO DO PIAC

Iniciando pela criação da Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape (FAPEMA), a UFPB, através dos trabalhos de extensão desenvolvidos pelo PIAC, promoveu uma série de eventos de mobilização de pessoas e entidades para melhorar os processos produtivos e organizativos dos trabalhadores na região do Vale do Mamanguape. Alguns desses eventos estavam destinados à produção de alimentos e são representados pela instalação de mutirões para a captação hídrica, a produção de grandes roçados e a melhoria nas condições de pesca na região. Outros estavam voltados para a geração de renda e empregabilidade. Entretanto, todos esses eventos passavam por atividades que facilitariam processos organizativos de grupos e de pessoas que se envolveram mais diretamente com as atividades de

extensão da UFPB. Esses trabalhos de extensão da UFPB propriamente dito foram iniciados através do PIAC, junto com a FAPEMA, no ano de 1992, e contabiliza constituição de 172 entidades, o que servirá de base de análise para que se possam identificar processos emancipatórios em um recorte de dez anos, de 2002 a 2012.

Apresento uma série de outros gráficos e tabelas, o que ajudará na análise de cada evento que mostrará a trajetória de cada sujeito investigado, e busco aproximá-los desses eventos, para identificar melhor os processos emancipatórios dos quais eles são protagonistas.

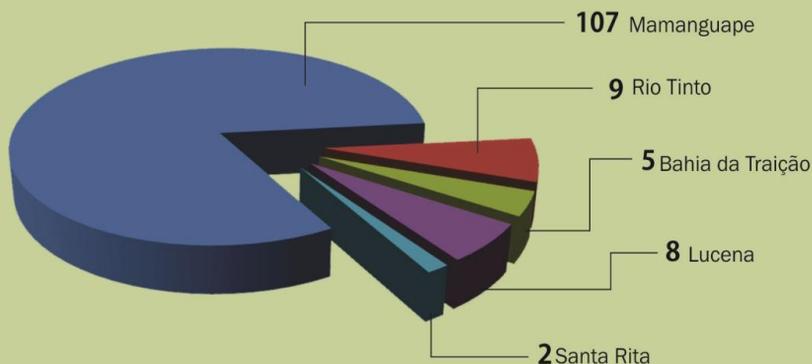


A partir dessas informações, estarei destacando **a participação dos sujeitos de pesquisa investigados**, abordando os aspectos que eles apresentaram e que podem se identificar com processos emancipatórios nos trabalhos de extensão desenvolvidos pelo PIAC.

Criação das Organizações dos Trabalhadores Rurais

(Constituição de Associações de Trabalhadores Rurais no Vale do Mamanguape)

Gráfico 6

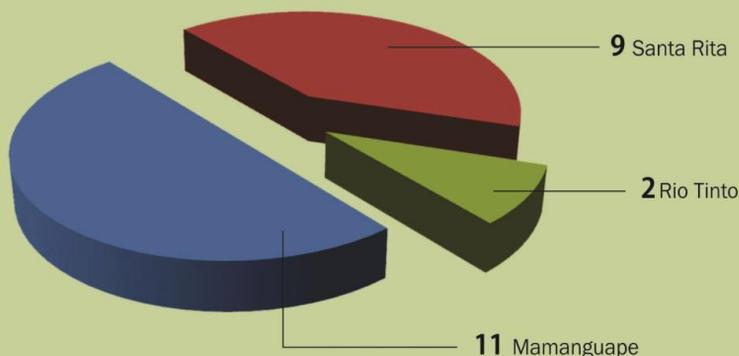


Esse gráfico representa o engajamento de muitos trabalhadores rurais na região do Vale do Mamanguape, que, de forma organizada, vem colaborar com o fortalecimento das atividades rurais provocadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2002. Essas atividades vão desaguar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE).

Com a ampliação dos trabalhos de extensão iniciados na zona rural da região do Vale do Mamanguape, surgiram algumas demandas ao longo desse tempo que migraram para as áreas urbanas. Com essas demandas, foi necessária mais participação das pessoas, como também, a organização delas. Nesse sentido, foi aventado o apoio da FAPEMA na constituição das associações urbanas na Região. Convém destacar que a constituição dessas entidades concentra-se nos municípios de Mamanguape, Santa Rita e Rio Tinto, como mostra o gráfico 7.

Criação das organizações urbanas com destaque para os municípios de Mamanguape, Rio tinto e Santa Rita

Gráfico 7



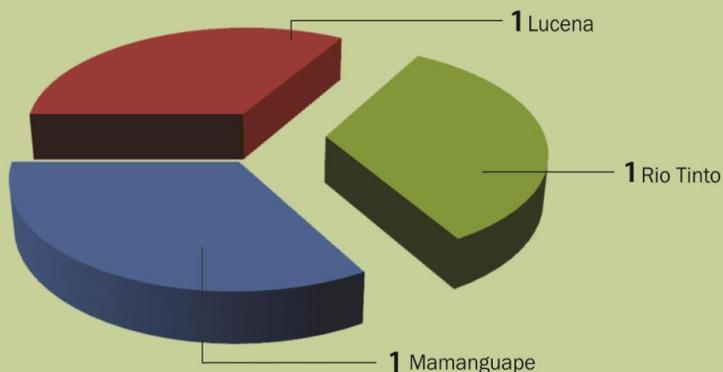
Para esse evento, destaco a importância do apoio da FAPEMA, que vai ajudar a aproximar as associações rurais e urbanas dos programas oficiais desses dois Ministérios e que vem fortalecendo as ações extensionistas da UFPB, na participação acadêmica em cada entidade fundada e ligada da União Santa-ritense das Associações Comunitárias – USAC, potencializando, assim, as atividades que podem levar a processos emancipatórios.

Diante desses eventos organizativos evidenciados nos gráficos 6 e 7, apresentam-se outras atividades organizativas que envolvem outros sujeitos dentro de modalidades específicas de organização, que estreitam o processo investigativo desta pesquisa, através do trabalho desenvolvido pelo programa com os entrevistados. Esses eventos estão evidenciados através de gráficos específicos, construídos diante da identificação de cada entrevistado por atividade envolvida.

Os gráficos 8 e 9 destacam os eventos organizativos na área de pesca, na região do Vale do Mamanguape, onde vou destacar as atividades dos investigados “1” e “2”, com a sua evolução em relação aos seus processos emancipatórios e às contradições que surgiram ao longo dessas atividades.

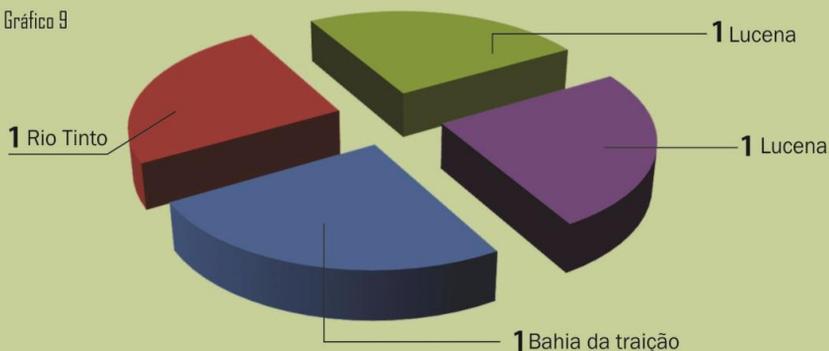
Criação de Associações de Pescadores nos municípios de Lucena, Mamanguape e Rio Tinto

Gráfico 8



Criação e reestruturação de entidades representativas da classe dos pescadores dos municípios de Baía da Traição, Mamanguape, Lucena e Rio Tinto

Gráfico 9



Esses gráficos representam as atividades de extensão desenvolvidas pelo PIAC com grupos de pescadores, em que identifiquei dois pescadores que contribuíram com seus conhecimentos para fortalecer ou criar suas entidades representativas da classe, e que, por

outro lado, submeteram-se a este estudo respondendo a um questionário básico da pesquisa. Chamarei de **pescador 1** e **pescador 2** os dois indivíduos.

SITUAÇÃO E NARRATIVA DOS SUJEITOS DA PESQUISA ANTES E DEPOIS DO PIAC

Apresento, em gráficos específicos, a **evolução de cada entrevistado antes** de se envolverem no trabalho de extensão apoiado pelo PIAC, e a situação política, social e econômica de cada um, dez anos **depois**. Em seguida, apresento o processo discursivo de suas impressões sobre o programa de extensão da universidade, como foram suas participações no processo de evolução das entidades que ajudaram a constituir, como se organizaram e como se veem quanto a seus processos emancipatórios e os da classe a qual pertencem e que equívocos identificam no trabalho. Tal procedimento é aplicado para os outros entrevistados participantes da pesquisa.



Depoimento do Pescador 1 – antes do PIAC

[...] quando conheci esse programa de extensão da UFPB, eu era ainda pescador na ativa. Ganhava por produção, média de um salário mínimo, recebia por semana R\$ 155,00, já tinha a minha casa própria desde 1970, construída com recursos próprios, advindos do meu trabalho como pescador.

O aprendizado que aconteceu daí para frente foi lá e cá. O mestre Falcão ensinava como eu poderia melhor me organizar, participando das atividades da minha colônia, mostrando, na conversa, a minha capacidade e força de mudanças. Já da minha parte, ensinava ao mestre Falcão como lidar com os aviamentos de pesca, como navegar de acordo com o vento, como evitar acidentes na profissão de pescador no alto mar..

[...] compreendi o meu papel como pescador e cidadão, na “minha universidade, que é o mar”. Ali eu aprendi o manuseio de navegação de veleiro a barcos motorizados, e passei a ensinar a meus companheiros e a seus filhos, a construir seus próprios apetrechos e aviamentos de pesca e a importância de valorizar a atividade do pescador e sua cultura, mesmo sendo uma cultura de homem simples.



Depoimento do Pescador 1 – após o PIAC

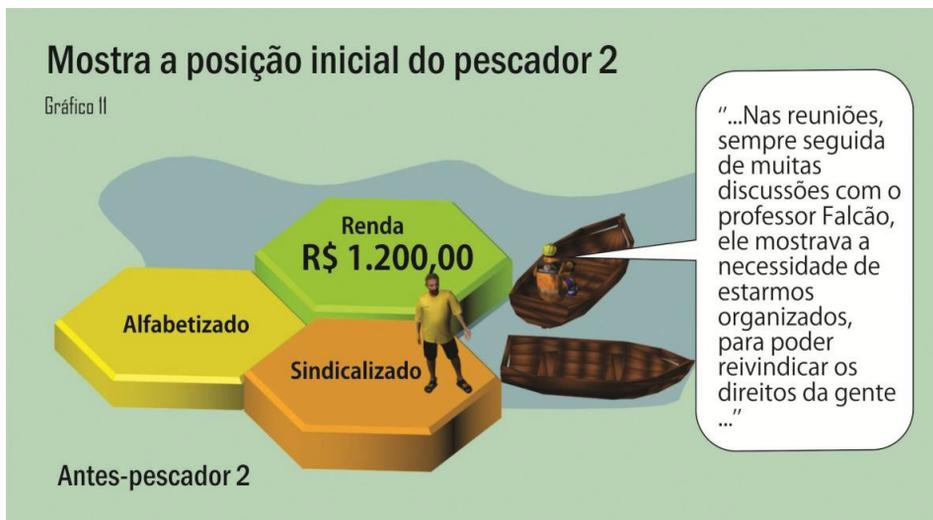
[...] me aposentei em 2007. Ceguei, devido à catarata em 1990, fiz a cirurgia dois anos depois, reassumindo a profissão. Ainda trabalhando de alugado, passei a participar do Programa Vidas Paralelas, programa ligado ao Ministério da Cultura.

[...] fui instrutor da Escola de Tamandaré para o curso de captura de tubarão, com aviamentos de long line. Ministrei o curso de pesca estuarina e de alto mar, para jovens da Baía de Traição e Marcação, Curso de processamento do pescado, evisceração e filetagem. Posso dizer que assumi a minha e independência a partir de 1994.

Eu vejo a importância dos programas de extensão da UFPB, quando me envolvi no projeto Vidas Paralelas, com a possibilidade de aproximar os saberes do povo e os saberes dos doutores. O mestre Falcão acrescentou aos meus conhecimentos, o saber entrar nos ambientes e saber sair, ser mais educado, saber falar na hora certa, explicar os ensinamentos com a linguagem de pescador mais dentro de nossa realidade.

Na minha profissão passei a ser pesquisador nesses 58 anos de pesca profissional, aprendi a identificar os depósitos de peixes, a época de passagem de cardumes, o período de maior incidência de peixes de passagem, o período dos ventos e seus perigos, sofri quatro naufrágios, mas principalmente, aprendi a não me calar diante do meu contratante, pois bem sei, que ele só quer minha produção e minha dedicação exclusiva para dar produção para ele.

[...] sempre me incomodava com sócio da cooperativa de pesca, apoiada e fundada pela capitania dos portos, ver que os produtos, estavam sendo desviados, ver pessoas que não tem nada ver com a pesca roubar, diante disso, me afastei da cooperativa com três meses. Não sei conviver com a desonestidade, não aceitei o roubo. Por outro lado, sempre defendi a profissão, preparando e ensinando o ofício da pesca, mostrando a responsabilidade de cada um. Sem precisar dessas coisas.



Depoimento do Pescador 2 – antes do PIAC

[...] quando conheci os trabalhos da UFPB e o professor Falcão, eu morava numa casa alugada e trabalhava na CO-

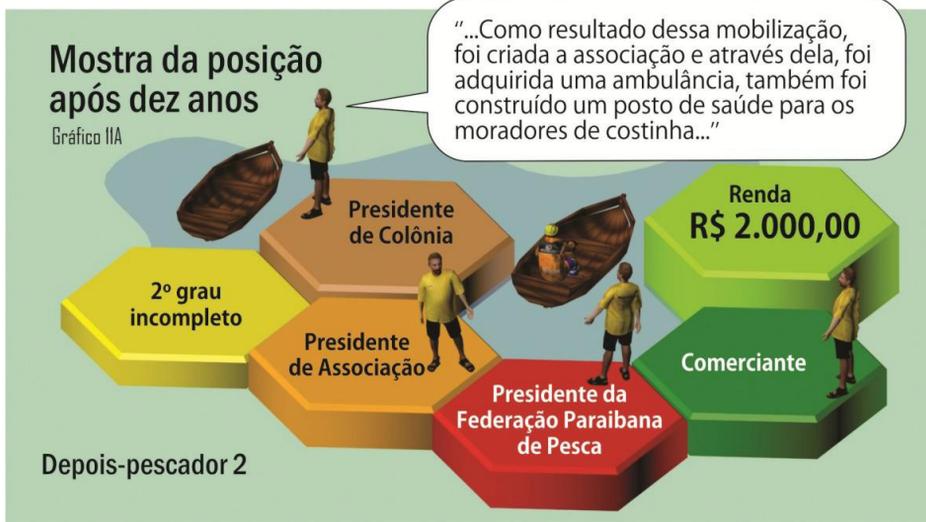
PESBRA na função de auxiliar de produção, ganhava um salário mínimo, e participava como sindicalista na função de secretário, com um pró-labore correspondente a um salário mínimo p/ ano. Nas noites livres e finais de semana, atuava como pescador na pesca de arrastão, para complementação alimentar e salarial.

[...] desse primeiro encontro entre nós, iniciou-se uma série de conversas, com outros companheiros a exemplo de: Aderaldo, Antonio Bezerra, Biu do sindicato, Sr Paulo Eufrásio, Sr. Régis Galvão, o prefeito Manoel Marinho, Dona Nininha, naquela oportunidade, entre nós se discutia a necessidade da volta da pesca da baleia, ou que alternativas existiam, para a suspensão da pesca da baleia.

[...] nas reuniões, sempre seguida de muitas discussões com o professor Falcão, ele mostrava a necessidade de estarmos organizados, para poder reivindicar os direitos da gente.

O primeiro passo dado foi contribuir com a implantação de uma associação de moradores e pescadores. Como resultado dessa mobilização, foi criada a associação e através dela, foi adquirida uma ambulância, também foi construído um posto de saúde para os moradores de costinha.

[...] esse trabalho não foi à frente, dado o embate ocorrido entre o prefeito recém-empossado naquele ano, e o prof. Falcão. Os debates se acirraram, pois, a cooptação do gestor era visível com relação aos moradores da comunidade, a ponto de dividir a comunidade. Uma corrente seguia a orientação daquele prefeito, enquanto que a outra defendia um processo emancipatório a partir da democracia, esse encabeçado por mim e o estudante de geografia.



Depoimento do Pescador 2 – após o PIAC

[...] como resultado desse trabalho, aprendi a falar em público, coordenar uma assembleia, conduzir um trabalho de sindicato, colônia ou associação. Aprendi a lidar com o comércio, passei a conhecer outros setores além da pesca, passei a viajar por outros estados, passei a fundar colônias de pescadores pelo estado da Paraíba iniciado pela Colônia de pescadores da praia de Costinha.

[...] mas, não fui capaz de impedir a cooptação daquele prefeito que dominava um grande contingente de pessoas, com o empreguismo, ações assistencialistas e perseguição aos que se contrapunham as suas vontades.

[...] para enfrentar essa situação, assumi a dianteira desse trabalho e mobilizei os pescadores junto com esse estudante de geografia e criamos a Associação dos pescadores da praia de Costinha recebendo o apoio do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da UFPB.

[...] com esse novo momento, eu passei a ser preceptor de estudantes universitários de todo o Brasil dentro do

Projeto Estágio de Vivência em Comunidade²²21. A partir desse trabalho eu comecei a perceber que poderia ajudar a comunidade de Costinha.

[...] num outro momento, com o programa da PRAC e a Visão Mundial, elaboramos um projeto produtivo como alternativa para a suspensão da pesca da baleia, no ano de 1992 por passagem a ECO 92 no Rio de Janeiro. Esse projeto veio fortalecer a Associação dos pescadores da praia de Costinha que teve no seu início na assembleia geral de fundação o apoio da Cooperação Internacional do governo britânico.

Entretanto, avalio o trabalho de extensão da universidade com um trabalho fundamental para que as pessoas possam desenvolver suas habilidades que, muitas vezes, trazem dentro de si, mas não sabe por onde começar a tal transformação pessoal. Vejo que os cursos, oficinas pedagógicas, encontros e seminários, podem ser numa forma de educação diferenciada, que vai preparando a gente para participar de forma organizativa nas associações, sindicatos, conselhos populares, e assim, ficar cada vez mais se desenvolvendo.

Minha maior dificuldade nesse trabalho foi à conscientização das pessoas tanto na categoria ou setor dos trabalhadores, a credibilidade nas lideranças, muitas vezes, cooptadas, a fragilidade por falta de política de formação para lideranças, ou gestores, muita ação paternalista, então, eu diria que ainda existe um grande trabalho ainda a ser feito no âmbito da organização político social, pela ausência do Estado e pela pouca sensibilidade dos governantes, pois, em não oferecer educação de qualidade para que haja processos emancipatórios.

Pela observação desses gráficos e analisando parte das conversas dos entrevistados, percebo que o setor de pesca, no Vale do Mamanguape, tem uma significativa importância política, social e econômica pela represen-

22 Programa desenvolvido pelo PIAC/COPAC/PRAC/UFPB, durante 22 anos, voltados para as comunidades assistidas pelo programa.

tatividade refletida tanto na melhoria individual de cada pescador quanto na criação e na reestruturação de associações e colônias de pescadores, a ponto de garantir a presidência do órgão representativo maior em nível de estado, que é a Federação Paraibana de Pesca.

A atividade pesqueira, nessa região, tem uma importância econômica, do ponto de vista da geração de renda, para os mais de cinco mil pescadores da região. A diversificação dos produtos, tanto do mar quanto do estuário, faz parte da estrutura produtiva da agricultura familiar, sem sofrer a influência da indústria explorativa de tal mão de obra. Entretanto, observando o mapa do Vale do Mamanguape, nota-se, ainda, várias lacunas nesse setor, no que se refere à participação de outros profissionais da pesca de outros municípios que compõem o Vale do Mamanguape e são ricos em manguezais, estuários ou têm uma relação direta com a via litorânea costeira, como os municípios de Mataraca, Marcação e Santa Rita, por exemplo.

Nesse sentido, é possível identificar algumas deficiências no programa de extensão da UFPB e do PIAC, quanto ao processo de mobilização e participação com maior representatividade desses municípios e a falta de interlocução com os entes federativos que fomentam esse setor, por ser a pesca uma fonte geradora de renda e de empregabilidade importante para essa região.

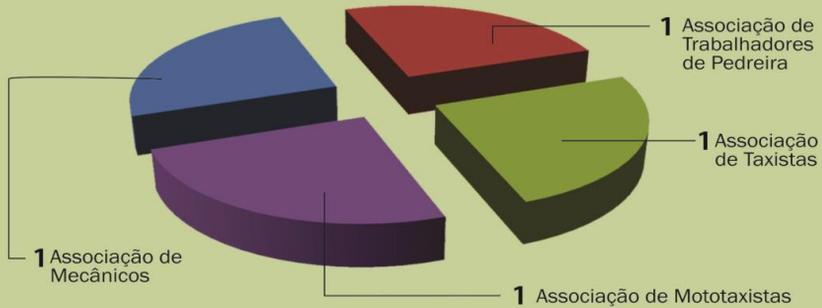
Diante de tantas dimensões que são observadas num trabalho de extensão, é compreensível que apareçam algumas contradições dentro de um trabalho que envolve tantos elementos culturais, sociais, econômicos, ambientais e políticos. Isso demonstra a fragilidade compatível com o modelo de organização desse setor devido à pouca credibilidade dos trabalhadores da pesca e à influência dos atravessadores que exploram o setor, mostrando uma sociedade que ainda está distante da sociedade que queremos.

Os próximos estudos relacionam-se com os gráficos dos trabalhos comunitários apresentados no gráfico 7, que se relacionam com dados de outros gráficos que destacam os entrevistados, denominados de **líder comunitário 1** e **líder comunitário 2**. Convém salientar que eles contribuíram com os trabalhos que renderam a constituição

de algumas entidades representadas nos gráficos relacionados com trabalhadores autônomos, em que se destacam as categorias de mecânicos, trabalhadores das pedreiras, taxistas, mototaxistas, associações comunitárias, sindicatos de servidores públicos e outros.

Constituição de Associação de trabalhadores autônomos do Vale do Mamanguape

Gráfico 12



Sindicato de sevidores públicos e outros

Gráfico 13



Gráfico 14. Criação de cooperativas de plantadores de abacaxi em Santa Rita, de mulheres produtoras de polpa de fruta de Piabuçu – Rio Tinto e Cooperativa do VAL no município de Marcação



Esses três últimos gráficos mostram a diversidade dos trabalhos de extensão que a UFPB desenvolveu em vários setores da sociedade nos perímetros urbanos dos municípios pertencentes a essa região. Nota-se que muitos trabalhadores buscaram se organizar através desses trabalhos, com destaque para a formação de entidades de classes, cooperativas, associações comunitárias, associações voltadas para a organização de profissionais, entre outras atividades econômicas.

Por outro lado, destaco, nesse trabalho, a importância de identificar novas lideranças, com o intuito de que possam continuar a desenvolver processos de organização que possam contribuir com a construção de processos emancipatórios nessa região. Nesse sentido, destaco o trabalho de extensão da UFPB, através do PIAC, com os entrevistados denominados de **líder comunitário 1** e **líder comunitário**

2, para mostrar e analisar procedimentos que concorreram para que ocorressem processos emancipatórios através do engajamento desses trabalhos.



Depoimento do líder comunitário 1 – antes do PIAC

[...] sou mecânico, e faço comércio com materiais e equipamentos utilizados para desenvolver os trabalhos profissionais da categoria. O meu primeiro contato com o projeto de extensão da UFPB foi em 1998.

[...] precisamos apontar caminhos que ajude na organização dos trabalhadores para contribuir na formação de novos profissionais dentro da categoria.

O intuito desse trabalho para os mecânicos era criar a associação para acessar crédito bancário - Banco do Nordeste, SEBRAE, BNDES, Banco do Brasil. Observou-se que esse trabalho não atingiu só o crédito, mas também, possibilitou a qualificação profissional, tecnologia, além da formação política, que foi ofertada para a categoria.

Esse trabalho agregou muitos conhecimentos e logística do ramo automotor, fazendo surgir a necessidade de criar uma entidade que protegesse esses de “calotes” e cheques sem fundo, daí a associação dos mecânicos ajudou a criar o Clube de Diretores lojistas, sendo o primeiro do Vale do Mamanguape.



Depoimento do líder comunitário 1 – após o PIAC

[...] esse processo foi se tornando possível, a mediada em que, eu vinha aprendendo passo a passo a me relacionar com as instituições, conquistando os parceiros. Com o apoio da UFPB, cheguei até o SENAI e SEBRAE, assim, fui eleito o primeiro presidente da AMPROVAM – Associação dos Mecânicos e Proprietários de Oficinas do Vale do Mamanguape.

Do ponto de vista político, passei a ter mais conhecimentos das questões políticas de Mamanguape, passando a me sentir mais cidadão por que quebrei as amarras com as oligarquias que dominavam a região naquela oportunidade.

As últimas disputas para a diretoria da nossa associação já concorreram duas chapas mostrando uma ação políti-

ca que pode servir como crescimento do trabalho já com duas propostas para disputa de mandato, e mais, a construção de um sindicato da categoria. Por outro lado, estou integrado na minha entidade de classe. Passei a ministrar cursos profissionalizantes para jovens. Acompanho outros grupos sociais no município.

Terminei por compreender como construir os espaços de cobrança de políticas públicas e expandir os instrumentos de controle. Passei a compreender a política partidária, chegando a militar em partidos ditos de esquerda, chegando a pleitear uma vaga na Câmara dos Vereadores. Em seguida, passei a preparar pessoas da nossa categoria para participarem de conselhos municipais como o Conselho Municipal de Saúde, educação, assistência social e o Conselho Tutelar.

Na atualidade, continuo trabalhando na minha oficina, gerando emprego no ramo da mecânica e desenvolvendo o trabalho solidário com meus companheiros. Acompanho o trabalho desenvolvido pela Universidade, pois, acho-o muito importante, vejo as pessoas que participam de atividades de extensão vem melhorando a qualidade vida.

Concluindo, na minha vida, posso dizer que, os trabalhos de extensão da UFPB contribuíram para que eu ampliasse meus conhecimentos, pois de um simples mecânico, posso dizer que hoje sei conduzir qualquer trabalho de organização social ou manter uma oficina pedagógica mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar na UFPB.

Mostra da posição inicial líder comunitário 2

Gráfico 16



Depoimento do líder comunitário 2 – antes do PIAC

[...] obriguei-me a construir a linha do tempo de minha vida para poder me situar diante desse trabalho investigativo depois de tantos anos de trabalhos comunitários. Iniciei no movimento comunitário – 1985, através da Associação Comunitária Paulo VII, passando a assumir a presidência da União Santa-ritense das Associações Comunitária - USAC em 1986, quando conheci o professor Falcão e esse vínculo se fortaleceu em 1994, puxado pelo IV Encontro de Comunidade que ocorreu na UFPB.

(...) nós convidamos e levamos o professor Falcão e o programa de extensão da UFPB em 1998 para o nosso município, Santa Rita, para contribuir na reestruturação da USAC e melhorar a relação institucional com as associações das zonas rurais e urbanas.

Iniciamos os trabalhos de mobilização dos comunitários através de oficinas, seminários, palestras, conferências municipais. Esse processo ajudou na formação da consciência crítico/criativo-política. E isso reflete no vasto plano de gestão que foi sendo executado pelos jovens e trabalhadores comunitários, até os dias atuais.

Minha impressão inicial com relação à universidade e o trabalho do Professor Falcão trazia uma preocupação, porque todas as pessoas que sabiam que eu ia trabalhar com o professor Falcão me diziam “cuidado com Falcão... cuidado com Falcão...”. Eu não entendia o porquê. Depois de quatro anos de trabalhos com o professor Falcão, agora entendo o porquê, pois hoje eu escuto “cuidado com Zé Gotinha... cuidado com Zé Gotinha...”. Esse fato me mostrou a força de um trabalho comunitário, quando é desenvolvido sem a interferência político-partidária.



Depoimento do líder comunitário 2 – após o PIAC

[...] diante da aproximação da UFPB dos trabalhos da USAC, nós participamos da construção de inúmeras associações comunitárias e de pequenos produtores rurais, atingindo a marca de 16 associações. Criamos a Cooperativa Agropecuária de Santa Rita – COPAGRO, culminando com a criação da Secretaria de Agricultura municipal de Santa Rita. Constituímos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Santa Rita. Para garantir a instalação do FUNDAC – Fundo Municipal

da Ação Comunitária em 1998, ligado ao projeto COOPERAR.

Nem tudo é um mar de rosas, em alguns momentos eu tive que recuar no trabalho pela divisão do trabalho e os conflitos que são gerados a partir dos entendimentos diferentes entre as pessoas, e as instituições. Por outro lado, as perseguições políticas, os equívocos que cometemos ao longo dos trabalhos comunitários, a cooptação dos políticos da região que atrelavam sempre nossos trabalhos as questões políticas locais durante todos esses processos.

[...] com a universidade eu aprendi a controlar as minhas emoções, aprendi a intervir politicamente no meu trabalho e nas palestras. Passei a ter a autonomia nas minhas decisões. O domínio dos discursos ampliou a rede de meus conhecimentos com outros municípios e estados, e me preparou principalmente para ajudar a construir a rede de uniões de associação de Bayeux, João Pessoa, Guarabira e Patos quando da fundação de FEPAMOC – Federação Paraibana dos Movimentos Comunitários.

No setor urbano, podemos dizer que alcançamos muitas conquistas a começar pelo programa de habitação, passando pela segurança pública, transporte, infraestrutura e financiamentos para as instituições e os habitantes de Santa Rita.

Assim, passo a avaliar os trabalhos de extensão da UFPB, no campo da extensão popular, como um trabalho muito importante, que pela Educação Popular abre uma possibilidade de promover a autonomia em todos os níveis no campo social, político e econômico das pessoas.

Semelhante ao que ocorreu com o processo emancipatório dos pescadores entrevistados, observa-se que vem ocorrendo uma significativa mudança na vida dos entrevistados ditos **líder comunitário 1** e **líder comunitário 2**. Entretanto, olhando com mais cuidado para

os índices de densidade populacional do Vale do Mamanguape, que beira os 222 habitantes/km², vê-se que a densidade populacional do Estado se aproxima de 61 habitantes/km², associado à concentração de terras nas mãos da indústria canavieira, setor produtivo que mais gera emprego sazonal nessa região, impondo processos de dominação antidemocráticos.

Nesse contexto, a discussão sobre o exercício da autonomia está diretamente relacionada à construção de processos organizativos que gerem emprego e renda, de forma a ajudar no exercício da democracia. O princípio que inspira o pensamento democrático está ligado diretamente à ideia de autonomia e liberdade. Aqui, os investigados se colocam na posição de protagonistas na construção de estratégias de empregabilidade, quebrando as amarras desse modelo explorativo, quando se sentiram estimulados a se organizar na condição de trabalhadores dessa região, visando se preparar para buscar a autonomia.

Percebe-se que o PIAC/COPAC/PRAC/UFPB, junto com a FAPEMA e a USAC, mesmo desenvolvendo algumas iniciativas que vêm contribuindo com o processo de organização de alguns setores ligados à classe trabalhadora, ainda carece de um olhar criterioso quanto às questões políticas, entre outras questões. Uma delas refere-se às questões ligadas ao conflito capital X trabalho, pois vejo que falta fundamentação teórica de nós, estudantes, e maturidade suficiente para adequar as ações

extensionistas, com um embasamento teórico capaz de contribuir para potencializar a luta dos trabalhadores e suas organizações.

Portanto, é preciso que os agentes da extensão se situem melhor diante dos vários conceitos de autonomia, observando que eles vêm sendo construídos, de várias maneiras, e dentro de diferentes contextos, com aspectos e características bastante diversificadas, nas áreas culturais, sociais, ambientais, religiosas, históricas, econômicas e políticas que configuram as sociedades ao longo desse percurso. Mesmo assim, é notório o crescimento das lideranças comunitárias que, supostamente, vêm atingindo a autonomia e a emancipação política, econômica e social deles. Quando agregaram valores diferenciados em suas ações,

conseguiram construir elementos que contribuíram com a instalação de processos participativos e organizativos.

O gráfico 6 apresentado, que mostra a expansão da criação de associações de pequenos produtores rurais, e o gráfico 17, que será apresentado logo em seguida, mostram, de forma bem contundente, a situação organizacional na qual estão envolvidos os trabalhadores rurais dessa região.

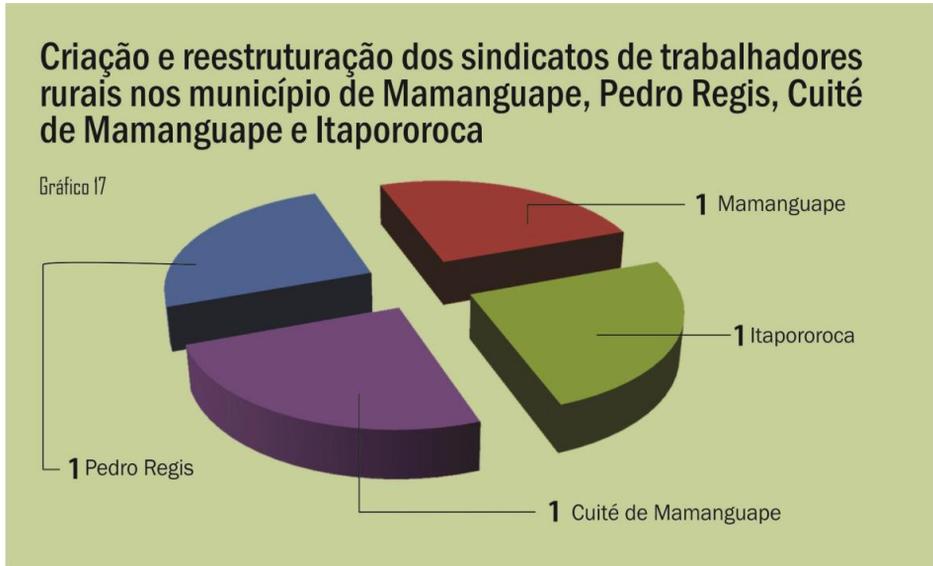


Gráfico 17. Criação e reestruturação dos sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios de Mamanguape, Pedro Regis, Cuité de Mamanguape e Itapororoca.

Esses dois gráficos mostram como foram intensos os processos de mobilização, participação e organização dos trabalhadores rurais habitantes dessa região, no período de 1992 e 2012, e apontam para a construção de um campo de resistência ao modelo capitalista, explorador de mão de obra imposta pela indústria canavieira que se instalou historicamente nessa região desde a década de 80.

Nesse sentido, destaco, através de gráficos, a participação e o crescimento de agricultores familiares que vêm contribuindo com seus trabalhos de mobilização e organização de trabalhadores nessa região, na perspectiva de desenvolver processos organizativos como estratégia para promover a resistência ao modelo capitalista instalado nessa região. O primeiro chamo de **agricultor 1**, e o segundo, de **agricultor 2**.



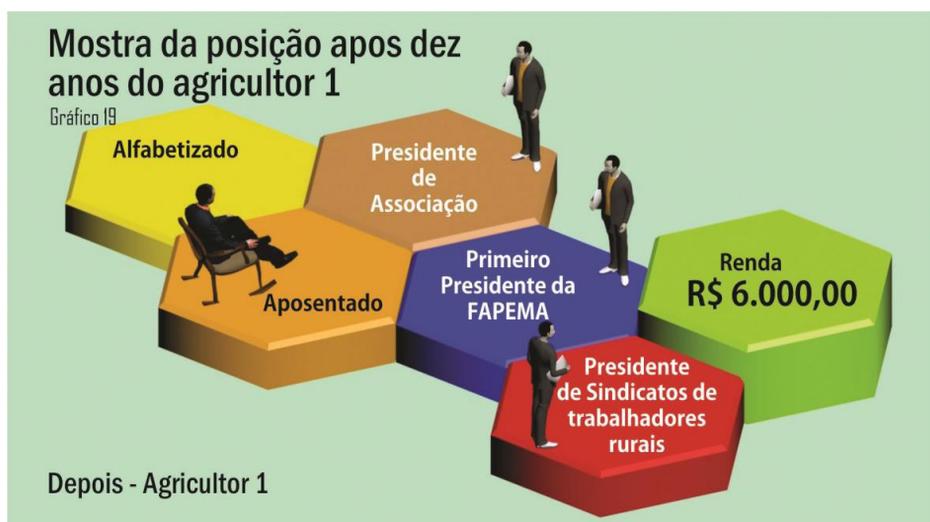
Depoimento do agricultor 1 – antes do PIAC

[...] antes de conhecer o trabalho da Universidade Federal da Paraíba em 1992 – auxiliava meu pai no sítio Janagada. Ganhava um salário R\$ 40,00/semana, R\$ 160,00/mês. Estava vindo de uma experiência horrível, fui negociado como escravo no ano de 1976, a partir do trabalho de uma frente de emergência implantada na Serra de São Bento - RN. Depois fomos vendidos para grupos de traficantes de pessoas para as fazendas de Goiás – terminei fugindo para Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

O programa de extensão da UFPB abriu as portas para a mim quando passei a visitar a UFPB e passei a me capacitar com os cursos de formação, passei a andar com os meus próprios pés, e descobri o meu valor. Daí passei a melhorar a minha qualidade de vida, a fazer parte de

todas as associações. Entendi que organizados a gente garantia os nossos direitos, e podia ser ouvido pelos poderes públicos. Eu passei a perder o medo de falar e comecei a organizar as comunidades.

[...] com o ganho, passei a me alimentar melhor, consegui a minha casa própria, passei a lutar pela minha aposentadoria, entrei no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, passei a discutir de forma coletiva, para garantir melhor condições de trabalho como: transporte, alimentação, água potável, segurança. Por outro lado, passei a trabalhar com a agro ecologia e depois com o pessoal que trabalhava com o plantio da cana-de-açúcar.



Depoimento do agricultor 1 – após o PIAC

O meu primeiro contato com a UFPB foi através do Falcão. Nessa oportunidade, eu prestava serviço de alugado na Secretaria de Agricultura do município de Mamanguape, que tinha um convênio com o PROJETO COOPERAR, o PMA²³. Meu trabalho era fazer canteiro de horta convencional orgânica e de plantas medicinais.

23 Programa Mundial de Alimento – Programa ligado à Organização das Nações Unidas com sede em Roma.

[...] meu primeiro trabalho social apoiado pela UFPB foi criar a associação do Sítio Eng. Novo, para depois, ajudar na criação da Associação do Bairro do Areal fundadas 1993, quando foi iniciando os primeiros mutirões, no Eng. Jangada e na Rua do Meio. Em seguida, ajudou a fundar a Associação da Bela Vista apoiado pela Fundação Banco do Brasil e a Associação dos Parceiros de Cam- parte II, concluído essa primeira etapa, com a constituição da Associação do Sítio Arroz e Bonita.

No final do ano de 1993 e início do ano de 1994, a UFPB promoveu um encontro de comunidades no Vale do Mamanguape, envolvendo as lideranças dessas entidades que haviam sido constituídas naquele ano. Esse evento deu início à criação da Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape - FAPEMA. Naquela oportunidade fui eleito o primeiro presidente da FAPEMA.

[...] um dos primeiros movimentos de rua surgiu da necessidade de buscar energia elétrica e água em quantidade e qualidade, para as comunidades. Assim, nasce o slogan “O povo quer pra já água pra beber e luz pra clarear”. E aponta no 1994, o aprofundamento desses trabalhos comunitários.

[...] iniciando com um grande mutirão, iniciado no ano de 1994, na comunidade rural do Sítio Arroz, pertencente ao município Cuité de Mamanguape, tinha como objetivo construir um pequeno açude para garantir água de beber e uso para aquela comunidade.

Esse trabalho resultou num vídeo apresentado junto ao Conselho de Segurança Alimentar – CONSEA, constituído pelo sociólogo Betinho e Dom Mauro Morelli com a participação de Ruth Cardoso. Resultou na inclusão do Vale do Mamanguape no programa de doação de alimentos para as famílias carentes da Região.

Por último, fui responsável por discutir projetos habitacionais, PRONAF²⁴ e a educação do campo, já como membro da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba – FETAG-PB. Não bastava só a universidade está presente, sem o trabalho de extensão, dificilmente algo dessa natureza teria acontecido.

Entretanto, vejo que cometi alguns equívocos à frente desses trabalhos. Quando acreditei nos gestores e políticos dessa região que não conhecem o trabalho comunitário, e tentaram tirar proveito político partidário da mobilização dos trabalhadores.



Depoimento do agricultor 2 – antes do PIAC

[...] eu vivia trabalhando com o meu pai no sítio e fazia bicos em uma oficina mecânica de serralharia de um primo meu. Eu ganhava em média R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por semana e tinha uma produção de cereais para a manutenção alimentar de minha família (insuficiente). Não estudava, tinha parado meus estudos na conclusão do primeiro grau, que correspondia ao ensino fundamental incompleto.

24 Programa Nacional de Fomento para a Agricultura Familiar financiado pelo Governo federal através do MDA e Bancos oficiais

[...] diante das condições e da forma que trabalhava, as coisas não davam certo, cada vez mais difíceis, eu sentia que já era hora de buscar ajuda. A solução no momento era buscar trabalho novamente com terceiros, sentia também, que dessa forma não teria garantido a minha autonomia, ficando dependente dos outros.

[...] comecei a mudar de vida, quando passei a conhecer o trabalho da UFPB participando de um curso de formação na área de agroecologia, apicultura e piscicultura ministrado pelo prof. Falcão Coordenador do PIAC em parceria com a ONG AGEMTE e o Governo do Estado, e a partir desse curso, adquiri outros conhecimentos nesse campo. Eu, como agricultor achava que já conhecia tudo, mas, estava enganado.

[...] o professor Falcão ministrava o curso, provocando muito entusiasmado na turma, principalmente com relação a políticas públicas, o cuidado com a terra e com o meio ambiente, sobre ética e respeito ao nosso próximo como também, a observação da história da nossa familiares, uma vez que, essa cultura vem se perdendo a cada dia, com tudo isso, ele traz uma provocação para agente criar uma entidade que representasse os pequenos produtores.

Mostra da posição após dez anos do agricultor 2

Gráfico 21



Depoimento do agricultor 2 – após o PIAC

[...] depois que conheci os trabalhos de extensão do PIAC/ UFPB, muita coisa mudou na minha vida. Voltei a estudar e faço faculdade na área de biologia, melhorei a minha qualidade de vida. ampliei meus conhecimentos no campo político, melhorei o salário, pois ganhava menos de um salário mínimo e hoje a nossa família atingiu aproximadamente seis salários mínimos, o que já é um ótimo salário para a nossa realidade.

Posso dizer que depois de entrar em contato com a metodologia Met- MOCI compreendo hoje a força que tenho. Chego a essa conclusão após um bom tempo trabalhando em serviços terceirizados e em empresas privadas, decidi voltar às atividades no campo cultivando a agricultura de subsistência, como trabalhador autônomo.

Consegui realizar um sonho da adolescência, que era ganhar dinheiro e ajudar a minha família. Esse trabalho me levou para, além disso, porque, o trabalho me ajudou com conhecimentos, a ver que o dinheiro não é tudo, eu posso ajudar as pessoas repassando o que eu aprendi. Isso, eu

coloco em prática até hoje. A moeda do conhecimento me fez gerar outras riquezas.

O programa de extensão que Falcão desenvolve, cria a oportunidade de preparar as pessoas para aprofundar os conhecimentos na constituição de entidades organizativas, como Ongs, cooperativas, associações. Antes da sociedade civil organizada que poderá ajudar na construção de políticas públicas de estado. Servido como exemplo para mim, foi a criação da ONG chamada COPPIR (coletivo dos pequenos produtores de Itaporanga e região) e uma equipe disposta a lutar pelos direitos da sociedade civil.

Atualmente, como educador popular, me responsabilizo pela implantação das unidades demonstrativas pedagógicas da agricultura familiar – UDPAF/AGEMTE/UFPPB, essas unidades estão se destacando e tomando uma dimensão considerável do ponto vista educativo e produtivo na zona rural, nas áreas de assentamentos rurais, inovando e transformando grupos e agricultores (as) familiares nas regiões de Brejo e da Mata Norte.

Observando que no vale do Mamanguape existem algumas destilarias de álcool, de médio e grande porte, engenhos produtores de cachaça, outros produtores de açúcar, além de um número significativo de plantadores de cana, que são responsáveis por absorver grande parte dessa mão de obra dos municípios dessa região.

Essas empresas impõem um sistema de emprego sazonal, num período de seis meses, criando assim um quadro de incertezas a cada semestre, pois muita gente fica desempregada nesse período em que ocorrem as demissões. Não é à toa que essa região é reconhecida como a maior empregadora de mão de obra do estado da Paraíba.

Considerando ainda que esse cenário compõe historicamente um quadro que corresponde à realidade da maioria das pessoas que vivem nessa região, e interfere diretamente nas questões voltadas para o desenvolvimento local dessa região.

Num primeiro olhar voltado para a apresentação dos depoimentos dos entrevistados, logo se percebe o crescimento individual pelo engajamento de cada um, em suas atividades. Percebe-se, também, que os trabalhos de extensão têm sua importância, o acompanhamento sistematizado, seguindo um método, como é o caso específico do Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE, 2002) utilizado neste trabalho.

Outra percepção que vem à tona destaca-se na autoanálise de alguns dos entrevistados, quando se referem aos perigos da cooptação de gestores e políticos. Esse é um dos fatores que pode colocar em risco um trabalho de extensão cujo objetivo é de emancipar os sujeitos.

Nessa região, esse perigo é eminente, principalmente, por se tratar de uma região que viveu um longo período sob os domínios de coronéis, autoridades viciadas, políticos corruptos que estimulam o vício do paternalismo tanto na zona rural quanto na zona urbana e periférica das cidades, e abriga uma grande força de mão de obra desqualificada, absorvida pela indústria sucroalcooleira. A partir dos trabalhos de extensão da UFPB, através do PIAC, acostado aos trabalhos desenvolvidos pela FAPEMA, essa região se transformou num espaço de participação e de organização de trabalhadores, nunca visto antes ao longo de sua história, buscando se contrapor a essa realidade.

Ocorreram alguns avanços significativos, do ponto de vista da organização, pois, quando coloquei à disposição o trabalho de extensão nessa região, observei que existiam apenas três associações comunitárias ainda ligadas aos programas paternalistas do governo federal nos anos 1990. Não quero dizer com isso que todo processo de mudanças ocorridas dependia do programa, pois, no processo de mobilização para iniciar a organização de muitos setores nessa região, apesar de encontrar poucas organizações, passaram pela identificação muitas pessoas com grandes potenciais, que contribuíram com o trabalho o tempo todo.

Graças a essa interlocução entre o programa e as pessoas, o respeito à cultura local e, principalmente, o tempo das pessoas, depois de 10 anos, destaco algumas dezenas de entidades constituídas pelo PIAC, nos mais diversos segmentos sociais. Primei por desenvolver com mais ênfase trabalhos ligados às categorias de trabalhadores. Assim,

surgiram muitas entidades de classe, associações e grupos produtivos, Ongs, cooperativas, associações trabalhadores rurais e urbanos, colônias de pescadores, entre outras.

Essa proposta pedagógica foi constituída com o objetivo de diminuir os processos de cooptação, que eu vinha observando ao longo desses anos de experiências com os trabalhos comunitários, expressados nas associações de moradores formadas por alguns políticos, herdados de outras eras, com algumas ações paternalistas, como, por exemplo, a doação de enxovais, cestas básicas, remédios etc.

Como resultado mais expressivo deste trabalho, foi criado o **Território de Identidade Rural da Zona da Mata Norte Paraibana**, política ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no ano de 2004; em 2010, esse território foi convertido em **Território da Cidadania da Zona da Mata Norte Paraibana**. Convém salientar que o **Território da Cidadania da Zona da Mata Norte** é uma política do Governo Federal que vem integrar as ações de vinte e seis Ministérios, a partir das demandas do território, envolvendo as reivindicações da sociedade civil organizada e os entes federativos ali existentes, responsáveis por desenvolver as políticas públicas no território.

A importância dessa política de governo se solidifica cada vez mais na região, na medida em que consegui colocar em prática as reivindicações dos grupos organizados da região, onde se destaca a implantação de uma escola técnica, uma IES privada, um hospital regional de média complexidade, UTI móvel, complexo habitacional, Centro de Comercialização da Agricultura Familiar, entre outras ações.

Outra conquista importante diz respeito à criação de um novo Campus Universitário ligado à UFPB, o **Campus IV, que consistiu de** reivindicação antiga da população do Vale do Mamanguape e que, graças à participação da UFPB, através dos seus trabalhos de pesquisa e extensão nessa região, foi possível apresentar essa proposta no ano de 2004, que se transformou em realidade em 2005.

Identifico essas ações que trouxeram tantas conquistas individuais e coletivas para essa região, proporcionadas pelos trabalhos de extensão popular que o PIAC desenvolveu através da Coordenação de Programas

de Ação Comunitária – COPAC/UFPB - como algo novo, que se contrapõe a outros projetos de extensão e pesquisa, que outros setores da UFPB também desenvolveram na mesma região.

Tenho percebido que as propostas dos estágios de vivências em comunidades e do ENEC vem propiciando para os estudantes, ao longo desses anos todos, tem um elemento importante que compões uma dimensão diferente dos demais programas. A pedagogia desse programa não se apresenta na comunidade com um projeto definido, com as proposta elaboradas numa condição temporal com início de atividades, meio e fim. O compromisso do programa é de, ao aproximar a UFPB da comunidade, construir com ela os projetos ou programas que a comunidade aponta como importantes para ambos. Assim, a ação tem o protagonismo da comunidade envolvida no programa.

Percebo que essa atitude apresenta um *algo novo*, que vem trazendo um cenário recheado de elementos que podem servir de base para uma discussão sobre emancipação, através das categorias escolhidas para essa finalidade. Nesse caso, **participação, organização e autonomia** vêm se prestando como componentes importantes para potencializar processos emancipatórios.

Mesmo diante do que foi relatado nos depoimentos dos entrevistados e do que foi apresentado nos documentos pesquisados, apontando mudanças importantes nessa região, outras ações consequentes percorridas na introdução desse documento, percebo que tudo que foi exposto carece de análises mais profundas, quando se trata de verificar se esses trabalhos de extensão popular podem desenvolvem processos emancipatórios.

No próximo item, apresento algumas análises de dados obtidos como resultado deste trabalho, seguido de algumas considerações sobre as categorias participação, organização e autonomia como componentes da construção de processos emancipatórios. Também trago algumas reflexões para o debate sobre a emancipação, através de processos educativos e componentes conceituais da extensão popular que possam apontar caminhos para a emancipação dos sujeitos, culminando com considerações e sugestões, como conclusão deste trabalho.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA

Para proceder à análise crítica dos dados neste estudo, venho buscando me afastar, o máximo possível, do meu olhar apaixonado, diante de um trabalho que remonta pelo menos 24 anos, criando uma relação de confiança e amizade com as pessoas com as quais interagi durante esse processo. Foram anos de muitas idas e vidas, conflitos travados entre muitas concepções de extensão, de críticas aos modelos acadêmicos, crises e frustrações, a cada equívoco, e alegrias a cada acerto verificado.

Esse é o motivo pelo qual é difícil me desapegar de certas situações vivenciadas como agente da extensão ligado ao PIAC, quando este trabalho vem carregado de componentes pessoais, de envolvimento familiar, reclamações acadêmicas, negligências devido à falta de apoio institucional e críticas severas ao modelo capitalista, que impõe uma boa dose de sacrifícios aos trabalhadores dessa região.

Convém salientar que, na abordagem sobre o capitalismo, refiro-me apenas ao modelo concentrador e expropriador dessa região que, historicamente, oprime e explora a mão de obra dos trabalhadores canavieiros, que emprestam sua força de trabalho para manter os lucros de algumas famílias abastadas dessa região, que não se preocupam em qualificá-la e, muito menos, em respeitar a organização desses trabalhadores, quando fazem a cooptação dos líderes sindicais de suas categorias.

Diante do exposto, passo a observar e fazer as primeiras leituras dos dados, no que tange à categorização relacionada à participação das pessoas no programa, quando ele se instalou nas comunidades, em cada município, território de alcance do PIAC. Durante as primeiras chamadas, o PIAC se colocou na posição de articulador entre as pessoas e os entes públicos, com a preocupação de apontar resolução para os problemas identificados durante as reuniões que ocorriam com essas comunidades.

Geralmente, eram resolutividades advindas de movimentos reivindicatórios comunitários. Exemplificando melhor, destaca-se a luta dos trabalhadores por energia e água potável, política pública precária nas comunidades rurais e urbanas da região naquela oportunidade. Assim, a comunidade, com sua participação, pede a intervenção do estado com o slogan “*O povo quer pra já: água pra beber e luz pra clarear*”.

Como resultado, esse movimento, naquele momento, logrou sucesso, quando conseguiu respostas positivas para suas reivindicações. Entretanto, esses movimentos não seguiram adiante com as reivindicações de outras lutas dos trabalhadores, o que se observou foi o envolvimento individual das lideranças que se dispunham a estar mais próximos das questões que serviam de base para as problematizações que, porventura, surgissem nas comunidades, seguindo os interesses dos grupos. Esse foi o motivo pelo qual surgiram tantas entidades específicas identificadas na pesquisa.

É propício verificar que, ao longo desses anos todos, essas comunidades tiveram muitos enfrentamentos, iniciando pela luta por água e energia, além de lutas mais contundentes, como é o caso da saúde, refletida na reivindicação por hospitais, unidades de saúde da família, ou mesmo a reforma agrária.

O fato é que foram se solidificando muitas políticas públicas nessa região, a partir do protagonismo dessas organizações, apoiadas pelo programa e por tantas outras entidades que foram se constituindo durante essa década, fazendo surgirem muitas lideranças interagentes, em diferentes momentos na comunidade.

Nesse primeiro momento, olhando com certa desconfiança para essas lideranças, pois o empoderamento delas vem ocorrendo gradativamente, à medida que a maioria das pessoas envolvidas nos trabalhos vai abrindo mão de suas participações mais efetivas nas questões inerentes à coletividade e deixando que as lideranças, ou uma minoria, encampe suas lutas e reivindicações.

Vejo aí algumas contradições da ação extensionista do PIAC, uma vez que ele não aponta nenhuma alternativa que possa alterar essa situação, que me parece ser uma característica desse tipo de ação

comunitária que, invés de promover autonomia das pessoas, cria a dependência delas ao líder ou ao grupo. Do ponto de vista da organização, outra categoria aqui aventada, como um elemento que possa apontar processos emancipatórios, percebo que, diferentemente do processo participativo, o processo organizativo das pessoas vem centrado em questões mais caracterizadas pelas especificidades temáticas.

Esse é um dos pontos importantes da análise, porque aponta o crescimento individualizado dessas lideranças, mas, por outro lado, vem construindo uma identidade de classe, na luta coletiva de trabalhadores, como funcionários públicos, trabalhadores formais urbanos e rurais, explorados pelo grande capital existente na região, pequenos produtores que viviam à mercê dos atravessadores, entres outros grupos que foram institucionalizados.

Destaco como um grande avanço no processo de institucionalização de grupos, pela necessidade da interlocução *tecnoburocrática* entre esses setores organizados e os entes públicos federativos, na perspectiva de responder, de forma mais efetiva, à instalação de políticas públicas e sociais e às reivindicações desses trabalhadores.

Observo, como fundamentação dessa afirmativa, os resultados dos processos que vêm sendo desenvolvidos pela política do Território da Cidadania da Zona da Mata Norte no Vale do Mamanguape. São políticas estruturantes demandadas pela sociedade civil organizada nessa região. Porém, mesmo com esses avanços, é possível identificar, ainda, algumas contradições nesse trabalho, nas colocações de alguns entrevistados, diante dos processos de cooptação que ocorreram com algumas lideranças, por gestores e agentes políticos inescrupulosos que dominaram essa região por décadas. Isso mostra que o PIAC, mesmo sendo o grande articulador desse processo organizativo, não conseguiu potencializar as pessoas em sua totalidade, em relação à resistência delas no enfrentamento dessa situação, que foge ao controle de suas próprias ações, diante do crescimento exacerbado das entidades que surgiram ao longo desses anos.

Por esse motivo, surgiram algumas fragilidades no acompanhamento, principalmente nos setores rurícolas, em que os

sindicatos de trabalhadores rurais, as cooperativas de produtores, as associações e as colônias de pescadores são espaços passíveis de cooptação por esses setores que vêm explorando a mão de obra da região já há algum tempo.

Analisando os resultados da pesquisa, à luz da categoria autonomia, do ponto de vista individual, é notória a transformação na vida dos entrevistados, quando comparados com os dados de *antes* e de *depois*. É visível o crescimento nos aspectos sociais, econômicos e políticos de cada um deles. Olhando pelo lado individualista, pode-se dizer que essas lideranças vêm fazendo jus ao que se propuseram a fazer, do ponto de vista pessoal, e chegaram ainda mais longe, pois conseguiram se aproximar da tão almejada autonomia, mesmo convivendo muito próximo de um modelo opressor capitalista, existente secularmente nessa região.

Agricultor 2

(...) para melhorar minha condição de vida, eu senti que precisava voltar a estudar e concluir o meu ensino fundamental e médio, assim, em 2009 ingressei no ensino de jovens e adultos EJA, nesse mesmo tempo já vinha trabalhando com apicultura onde comecei fabricando minhas próprias caixas. Usando o método do aprender fazendo. Associado a essa atividade, passei a plantar frutas e verduras, iniciando por 100 mudas de banana e alguns canteiros de coentro, alface e cebolinha. Surge a primeira oportunidade para ingressar no mundo da educação popular, passo a ministrar a parte prática de um curso de apicultura pela entidade AGEMTE financiado pelo PLAN-TEQ. Fui convidado a fazer parte do Programa Vidas Paralelo do Ministério da Cultura. E por último, venho implantando as unidades demonstrativas pedagógicas da agricultura familiar UDPAF/AGEMTE/UFPB.

Aqui ficam espaços de dúvidas em relação ao que poderia ocorrer na vida das outras pessoas, que, mesmo envolvidas no programa, não conseguiram acompanhar esse trabalho coordenado pelo PIAC, mas capitaneado por essas lideranças durante muito tempo. Nos depoimentos das lideranças, aparece com frequência o crescimento individual, em processos que podem indicar caminhos para uma emancipação, porém, mesmo com os avanços organizativos vistos nos arranjos institucionais, não fica claro o desenvolvimento das pessoas em suas reivindicações ou questões pessoais, como mostram estas falas:

Líder comunitário 1

[...] estou ampliando a atuação da Associação dos mecânicos AMPROVAM que começou com 18 sócios, e hoje já comporta aproximadamente 350 mecânicos e socialmente estou integrado na minha entidade de classe.

Pescador 2

Com o processo educativo que consegui na infância, iniciei como sindicalista em 1982, já com os conhecimentos adquirido com a aproximação da UFPB, passei pela associação de pescadores, transformando-a em colônia de pescadores e hoje fui eleito presidente da Federação dos Pescadores do Estado da Paraíba.

Pescador 2

[...] pela associação, foi adquirida uma ambulância, também foi construído um posto de saúde para os moradores de costinha, e que foram contemplados com a instalação do programa de doação do leite durante o governo de José Sarney – Programa Pão e Leite do Governo Federal. Já como trabalho produtivo, iniciou-se uma horta comunitária.

Esses resultados apontam para um crescimento importante na vida dos líderes, como já foi observado e analisado nos gráficos. Com base nesses avanços, que deu para extrair de forma mais consequente, agora posso aventar as possibilidades de ocorrência de processos emancipatórios, ladeados pelas categorizações: participação, organização e autonomia. Por outro lado, por entender que a emancipação de sujeitos é uma trajetória que precisa de mais aprofundamento em vários aspectos, no campo social, político e econômico, como já foi observado pelo diálogo expressado aqui, neste texto, por mim e tantos teóricos e que, por certo, não será um tema aqui também esgotado. Entretanto, aproximando as experiências do PIAC das concepções da extensão popular, verifiquei que essa modalidade de extensão vem se prestando para construir processos emancipatórios.

No próximo capítulo, apresento essa nova modalidade de extensão de caráter popular e os possíveis processos que poderão contribuir para abrir caminhos em direção à emancipação dos sujeitos.

CAPÍTULO IV

Extensão Popular e Emancipação:

SÍNTESES CONCEITUAIS

Ao pensar nos vinte e quatro anos de caminhada no campo da extensão universitária através do PIAC, muitas vivências vão construindo nossas subjetividades e talhando a experiência que nos permite elaborar reflexões importantes sobre o desafio que é desenvolver a extensão como um trabalho social útil de maneira emancipatória, com uma intencionalidade transformadora.

Nos dias de hoje, a Extensão Popular vem contribuindo efetivamente para melhorar a sociedade, na medida em que possibilita que estudantes e professores se envolvam em ações que enriquecem seus saberes, ao mesmo tempo em que contribuem para o crescimento das pessoas, das comunidades, dos grupos e das organizações populares. Em todo o país, a Extensão Popular vem favorecendo uma troca transformadora de conhecimentos entre Academia e Comunidade, promovendo atividades que propiciem a participação da comunidade, como sujeitos de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, priorizando as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes, tais como as ligadas às áreas de educação, saúde, habitação, geração de emprego e renda etc. e criar condições para a participação na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação delas. É através do desenvolvimento de atividades de extensão como essas que, na Universidade, vê-se, desde já, a relevância desse tema, que contribui, de forma determinante, para que realize seu papel de educadora e formadora de opinião.

Ao me referir à Extensão Popular, estou falando sobre uma Extensão Universitária que não é qualquer trabalho fora da Academia ou mero serviço assistencialista à população carente. Seu propósito é maior: fundir o que se aprende e se produz na Universidade e aplicar para o desenvolvimento de uma comunidade, de modo respeitoso e valorativo dos saberes, das histórias, das lutas e dos interesses das classes populares. Ao designar uma ação como Extensão Popular, estamos falando de uma extensão eminentemente direcionada a superar as

desigualdades e as injustiças sociais, através da constituição de ações que priorizem a escuta sincera dos grupos socialmente marginalizados e que encaminhem produtos efetivamente direcionados à superação das condições de vida que os estão oprimindo.

Arriscando-me a trilhar reflexões para além desse entendimento resumido, neste capítulo, procuro situar, de modo profundo, considerações teóricas talhadas a partir de aprendizagens forjadas nas contradições e nos pontos positivos que considero, ao olhar para a experiência do PIAC e, particularmente, para o Projeto Vale do Mamanguape.

EMANCIPAÇÃO EM EXTENSÃO POPULAR RECOMENDA REPENSAR AS INSTITUIÇÕES E AS INSTITUCIONALIZAÇÕES

As IES, por se tratar de um espaço de contradições pela sua própria diversidade, de um lado, têm setores que se caracterizam por não estimular o processo participativo que deveria começar no interior da própria universidade, com pouca participação de técnico-administrativos e participação parcial dos discentes em apenas algumas etapas da atividade de extensão.

Por outro lado, existem setores que já vêm construindo suas práticas integrando-as às demandas da comunidade com as iniciativas acadêmicas. Nesse contexto, deve ser instaurado o diálogo como estratégia da prática da extensão, fato que estimula o processo participativo e, por conseguinte, a produção do conhecimento e não, simplesmente, a promoção de uma relação entre saberes acadêmico e popular.

A busca por produção de um conhecimento se sobrepõe à dimensão de troca de saberes. Entretanto, na prática convencional da extensão universitária, ainda predomina o conhecimento acadêmico, caracterizando uma ação conservadora encoberta por uma retórica de transformação. Vejo, então, que é necessário que se supere o *status quo* que repousa numa ação acadêmica indissociada entre ensino, pesquisa e extensão, focada num mesmo evento, seja ele social, biológico, tecnológico ou de outra natureza, com ampla participação da comunidade

acadêmica, sociedade e outros segmentos do aparato institucional governamental e não governamental.

Consciente dessa problemática, a universidade tem procurado aprimorar suas atividades acadêmicas. Assim, nos últimos anos, novas proposições foram feitas para qualificar melhor o ensino, a pesquisa e a extensão, em geral, com base em reflexões teóricas e experiências práticas, sempre com uma visão crítica do papel e da missão da universidade. Mas, mesmo com esse aprimoramento, percebemos, quando aprofundamos nosso olhar crítico, que as ações acadêmicas ainda não representam a riqueza da realidade dos eventos como um todo. Nesse sentido, é preciso ficar atento, para poder identificar que processo extensionista se deve seguir, de acordo com os objetivos de um trabalho de extensão que tenha o caráter popular, deduzir algumas das características da extensão menos assistencialista e resumi-las da seguinte forma: é necessário entender a extensão como um sistema educacional diferenciado, baseado na realidade concreta e vivida, mas, também, sem perder de vista as questões teóricas advindas das pesquisas e dos conhecimentos adquiridos nos espaços acadêmicos, buscando trabalhar com programas elaborados com a população e as instituições acadêmicas ou não, mas que visem à integralidade dos processos.

Como exemplo, aponto as necessidades de apoio às ações e aos estudos voltados para o agronegócio, como modelo desenvolvimentista, agroexportador. Porém, esse modelo precisa responder com ações e estudos voltados para as necessidades da agricultura familiar, conhecida como a eterna marginal. Esse procedimento deve servir para outros processos de ordem produtiva, cultural, social, política, econômica etc.

EMANCIPAÇÃO EM EXTENSÃO POPULAR RECOMENDA PENSAR O MODELO DE SOCIEDADE

Pela Extensão Popular, como podemos pensar a emancipação de outras comunidades se não começamos – nós mesmos, cada pessoa em sua realidade – mudar já nossa própria comunidade?

Acredito que a construção de outros modelos societários só será possível quando começarmos a pensar intensamente nas questões acima levantadas, porque esse atual modelo de sociedade está fadado à desumanização, moldado permanentemente pelo mercado capitalista, que determinou que um homem escravizasse outro homem, numa escravidão disfarçada, em que a riqueza de uns poucos é gerada pelo suor e pelo empenho braçal da maioria.

Esse modelo em que vivemos banaliza a vida. Destrói e mata como se não tivesse acontecendo nada. A guerra, a disputa, a discórdia parecem naturais. Parecem mesmo ser vocações humanas. Eu nunca vi um gato se juntar com mais cinco gatos, esconder-se atrás de um muro para bater em outro gato. Nunca vi um cachorro se juntar com outro para agredir um terceiro cachorro. Não. Só o homem. Ele planeja e mexe com os “pauzinhos” para se dar bem em detrimento do sofrimento do outro. Em quantas guerras uma única “canetada” de um só poderoso gerou a morte de milhares? E está tudo bem. É só o homem que tem essa capacidade por sua formação intelectual. A inteligência a serviço da manutenção de privilégios para alguns poucos grupos sociais. Contudo, essa não é a vocação do homem e da mulher! Nem seu compromisso histórico. É preciso afirmar veementemente isso. Há uma distorção histórica no modo como a sociedade e as relações sociais estão atualmente organizadas. Só acreditando nisso poderemos ter fé nos homens e nas mulheres, como construtores de um novo mundo, com novas subjetividades, profundamente justas, amorosas e solidárias. Mas, para vislumbrarmos tal horizonte, afirmo que precisamos olhar para o “eu”, que se embrenha no campo (muitas vezes conflituoso) da Extensão Popular.

Ora, o que estarei fazendo nessa Academia, se não for para ler textos que me levem a refletir e a me indignar com a prática opressora dessa sociedade em que vivemos? O desafio não é só de olhar para a prática social como se fosse alheia a mim, mas também de me enxergar como partícipe da sociedade. Não é a prática do outro, não me interessa o outro, mas a mim. Para isso, também é fundamental cuidar de nossa história, de nossas vivências e sistematizá-las. Escreva sua história

para ver como ela é bonita para você. Para o outro, talvez nem seja interessante. Mas, para você, talvez, uma das melhores coisas seja refletir sobre sua história: “O que eu fiz, o que eu sou, o que eu quero ser no futuro?” E estou falando para quem é extensionista, claro. Não estou falando para teóricos, mas para quem está fazendo e refletindo sobre o que está fazendo. Posso refletir sobre uma coisa muito grande que estou fazendo ou sobre uma muito pequena ou nem estar fazendo nada, mas é essencial refletir sobre tudo o que se esteja vivenciando no dia a dia.

Nem cheguei a movimentos e a grupos ainda. Agora, estou falando só do “meu movimento comigo mesmo”, da minha visão umbilical, perceptiva do meu eu, do meu castelo encantado. Da minha utopia. E pobre da pessoa que não tiver utopia. Ela não precisa viver se não tiver utopia. Se não pensar como super-herói, não precisa estar aqui. Não precisa subir as paredes como o Homem-aranha, mas ter a coragem de abraçar um irmão na rua e de lhe dar a mão. Acreditem. Na sociedade em que vivemos hoje, isso é heroico.

Por outro lado, com quanta covardia se convive hoje! É o lado egoísta “do meu eu”. Muitas vezes, pratica-se a discriminação, nos próprios corredores da universidade, pelo jeito de vestir, de falar e de andar, ou porque as outras pessoas “não são da minha turma”, são alheias “a minha turminha”. Precisamos ter muita coragem para romper com esses preconceitos frios, sutis, instalados dentro de nós, que, muitas vezes, são demonstrados conscientemente.

Ao aproximar a classe trabalhadora dos projetos de extensão popular, desenvolvido em parcerias com entes federativos locais, essa iniciativa traz à tona outra grande discussão sobre controle social, sob a responsabilidade da sociedade civil organizada e as possibilidades de empoderamento dos trabalhadores, ante as políticas públicas e a garantia de sua efetivação. Esses dois elementos, tidos como controle social e empoderamento, compõem as listas de elementos importantes para a construção da extensão popular. Outros elementos que podem servir de motivadores da extensão popular são as dimensões da solidariedade, que podem ajudar nos processos de organização e democratização,

para chegar à autonomia social, política e econômica. Eu diria que esses elementos seriam a base de procedimentos para possibilitar a construção de caminhos que levariam à emancipação de sujeitos. Por outro lado, traria a compreensão de uma sociedade justa.

Diante do modelo capitalista vigente no Brasil e da política neoliberal adotada por tantos governantes ao logo desses anos todo, vejo como utópicas essas possibilidades. Entretanto, é possível avançar em algumas questões mais simples, com o exercício da economia solidária, o mercado justo, a autogestão de alguns empreendimentos solidários. Esses eventos podem ser vistos e poderão servir de inspiração para outras experienciais.

EMANCIPAÇÃO EM EXTENSÃO POPULAR RECOMENDA VALORIZAR PRINCÍPIOS CONCEITUAIS

A Extensão Popular, hoje, é um tema recorrente em muitos eventos locais e nacionais, como encontros, seminários ou congressos. Vejo sempre a extensão popular servindo de tema para enriquecer o debate sobre novas concepções e conceitos para a extensão universitária. Esses debates, nesta última década, intensificaram-se de uma maneira que me proporcionou estar presente em muitos eventos em áreas específicas, para apresentar experiências em extensão popular, através das minhas experiências de extensão desenvolvida pelo PIAC. Entretanto, para trazer elementos importantes que, a meu ver, estão intrinsecamente ligados à extensão popular e que permeiam esse programa que coordeno na UFPB, necessito de apresentar alguns estudos que ajudam a entender o que é *popular*. Sem abusar da Filosofia, a compreensão que trago do termo popular, para aproximar da extensão popular, vem carregada da dimensão de sabedorias que viajam milenarmente no tempo, passando de geração para geração. Entretanto, muitos pensadores trazem outras compreensões sobre o que eles entendem por popular. Convém salientar que eles, nem sempre, estão preocupados com o tema extensão popular.

Melo Neto (2006. p.24) traz, nos resultados de seus estudos, alguns elementos que podem colaborar com a minha compreensão sobre o tema, quando comprova, nesses estudos, várias compreensões, conceitos e concepções sobre o tema. No entanto, me acosto a sua compreensão, quando ele afirma que

(...) algo pode ser popular se tem origem nos esforços, no trabalho do povo, das maiorias (classes), dos que vivem e viverão do trabalho. Mas, a origem apenas não basta. Essa, inclusive, pode nascer de agentes externos, evitando-se, contudo, todo o tipo de populismo que por ventura possa surgir. (MELO NETO, 2006. P 24)

Essa afirmativa citada por Melo Neto (2006) me encoraja a aprofundar o debate com muitas IES públicas que vêm propondo se aproximar mais dessa nova modalidade de extensão. Por outro lado, instiga-me a descobrir, com base em minha prática, elementos da educação popular que possam contribuir com a construção de elementos e que ajudem na interlocução entre a extensão popular e as diversas dimensões ligadas à Academia e às classes trabalhadoras.

A forma problematizadora sobre a *extensão que temos* e a *extensão que queremos* levanta algumas questões que se observam em um contexto acadêmico no Brasil, que expõe os equívocos e as contradições existentes no espaço plural universitário. Por outro lado, mostra a importância da confluência de muitas áreas, voltadas para as questões que são inerentes ao campo da extensão. Assim, vai surgindo, em alguns setores das IES públicas, sobretudo, no campo da extensão, um algo novo no campo da educação, que carece de mais estudos voltados para a visão sobre os modelos de educação, e sua contribuição para essa compreensão sobre para a extensão popular.

Para o todo da comunidade acadêmica universitária, pode ser que a extensão popular não seja um tema prioritário, entretanto, muitos pensadores, pesquisadores e extensionistas vêm se interessando por esse tema e estabelecendo um diálogo de forma mais insistente, dando mais importância às discussões sobre extensão universitária. Sobretudo quando essa questão envolve um debate e traz à tona a educação popular,

iniciada nos anos 1950 e 1960, travada durante o período da ditadura militar e, agora, ressurgiu revigorada, tendo o ambiente acadêmico servido com porta de entrada para qualificar o debate sobre a extensão por meio da educação popular.

Freire (1967) chama a atenção para que a educação possa se basear numa formação crítica, em que o educando necessite da presença de um professor, uma vez que, em sua condição, acha-se ignorante e aceita essa condição. Assim, é preciso revisar a educação atual de tal maneira que ambos se façam educadores e educandos e se tornem assim sujeitos do processo (FREIRE, 1997). Nessa interação entre ambos, em que educador e educando acabam aprendendo e ensinando simultaneamente, utiliza-se a realidade empírica como ponto de partida, mas dinamizada pelo conhecimento científico.

Para que isso ocorra, é necessário que o educador, ao invés de apenas transmitir conhecimento, ensine o educando a pensar estimulando esse educando e desenvolvendo um pensamento crítico e reflexivo através de vivências experimentadas por ambos. Dessa maneira, o educador deve funcionar como um mediador, um facilitador na busca do saber, e o educando, livre para buscar o conhecimento de forma consciente e crítica, e não, alienada, como acontece na educação em que o educador é mero transmissor de conhecimento (FREIRE, 1967).

Essas análises aqui apresentadas apontam o pensamento crítico reflexivo como um elemento importante que pode ajudar a aproximar os olhares daqueles que convivem com a extensão universitária, das compreensões estabelecidas pelos processos acadêmicos desenvolvidos no ensino superior, através do ensino, da pesquisa e da extensão, numa perspectiva de examinar, de forma reflexiva, outras possibilidades de extensão que possam construir caminhos emancipatórios.

EMANCIPAÇÃO PARA PENSAR A EXTENSÃO QUE QUEREMOS E MUDAR A EXTENSÃO QUE TEMOS

Refletir sobre a extensão que queremos implica construir processos no campo da extensão que possam atingir os seus reais

objetivos de ordem teórica e prática. Para isso, é necessário que se disponha de uns tantos requisitos, que acho importante expô-los aqui. Penso que esse modelo de extensão deve ter disponibilidade de informações teóricas e práticas, baseadas nas necessidades reais, dentro de um sistema de dados e conhecimentos para fornecer tantas informações quantas forem necessárias para serem eficientes no desenvolvimento das ações extensionistas.

Disponibilidade de crédito e bens de produção de baixo custo, associados a um grupo de pessoal capacitado dentro do trabalho de extensão com caráter popular e bem estruturado são capazes de elaborar bons programas de extensão, voltados para as necessidades dos trabalhadores. Nesse processo de produção do conhecimento, está envolvida toda a comunidade universitária, mas a sociedade também precisa participar. O problema é que a realização dessas atividades, ou seja, a rotina da universidade representada por esse tripé, dito indissociado, tem sido praticada com distorções, de forma semelhante quando nos referimos à abordagem fragmentada dos eventos sociais ou biológicos.

Nesse contexto, deparamo-nos com os mesmos problemas, pois a rotina da universidade também se constitui num todo, principalmente quando o viés está relacionado à formação apenas dos estudantes, e por mais que haja fragmentação desse todo para facilitar procedimentos administrativos, é preciso dar conta dos processos internos e externos que envolvem a comunidade acadêmica e a sociedade. Como esses procedimentos administrativos dão suporte à ação acadêmica, ficamos a um passo do recrudescimento de atitudes positivistas e distorcidas da realidade e seus efeitos colaterais na produção do conhecimento e na formação profissional dos estudantes. Entre outras consequências, encontramos uma dificuldade em conceituar, caracterizar e pôr em prática cada uma dessas atividades acadêmicas. Aliás, a fragmentação leva a um aumento do custeio da universidade, pois passa a haver necessidade de planejamento e logística para cada uma dessas atividades.

Quando elaboramos um conceito delas, na tentativa de compreendê-las bem mais e de aperfeiçoá-las, fica uma sensação de

que o conceito de cada uma está incompleto, que falta algo. E por mais que seja bem elaborado, temos a sensação de que está faltando alguma coisa. Ou seja, quando se somam os resultados do tripé, não há uma equivalência com o todo real, portanto, há um empobrecimento conceitual e pragmático dessa realidade e, por conseguinte, das atividades acadêmicas e da formação profissional dos estudantes.

A soma das partes não representa o todo porque se perdem, certamente, os efeitos de interação. Essa questão se torna mais complexa porque, para que haja a produção do conhecimento, não é necessária apenas uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão isoladamente, somente no contexto da comunidade acadêmica. Essas atividades acadêmicas devem interagir com a sociedade e suas demandas, bem como com o aparato institucional que permeia esse tecido social. Dentro da própria universidade, é preciso entender que a prática dessas ações não se restringe aos docentes, mas também a toda a comunidade universitária, ou seja, docentes discentes e técnico-administrativos, principalmente, as comunidades e os trabalhadores.

EMANCIPAÇÃO EM EXTENSÃO POPULAR: PENSAR O "OUTRO" E O "EU" EM UM DIÁLOGO PARA O TRABALHO SOCIAL

Quando vou fazer um trabalho social, ladeado pela extensão popular, parece que entro na comunidade como um bicho estranho no ninho. Mas, pouco tempo depois, corro o risco de cair num voluntarismo que se esquia do trabalho coletivo, porque fico tão apaixonado por "ser extensionista" que, de repente, começo a dizer: "Ah, é o meu trabalho". De maneira alguma! O trabalho é coletivo, é de quem está lá na ponta. Eu não sou a estrela nesse momento. A estrela é quem está do outro lado da rua, e não percebo isso, mesmo estando num projeto de extensão popular. *"Eu preciso fazer extensão e vou pensar e fazer extensão. Conquisto currículo, o certificado; a extensão me dá uma bolsa, me dá status. Eu passo a ser diferente. Tem outras possibilidades"*. Penso: *"olha que maravilha, eu passei a ser um bichinho interessante"*. Há muitas pessoas pelos

corredores da universidade que até arriscam dizer: “*olha, aquele povo faz extensão. É um povo inteirado, inclusivo, é um povo bom*”. Vejam que perigo! Esse é um caminho bem possível de engendrar, quando estou na extensão popular. Não é fácil ser diferente, sobretudo para os jovens em formação é muito sedutor.

Incorrendo nesse risco, esqueço que o “eu” precisa considerar suas subjetividades e responsabilidades (como assinaei antes), mas deve também pensar o outro e trabalhar com ele, de acordo com sua realidade e sua cultura. As coisas acontecem do outro lado da rua. Só pensando assim é que posso fazer a Academia servir, justamente nesse momento, de reflexão e de autorreflexão e para compreender que sociedade estou querendo construir.

Por isso, fazer extensão popular, numa perspectiva de entender as identidades e os movimentos sociais, requer que se esteja junto com os oprimidos onde eles estão. Os movimentos têm suas lutas: o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra luta pela terra, pela questão agrária; o Movimento de Meninos e Meninas de Rua luta pela inclusão (numa sociedade que já excluiu); os atingidos por barragem lutam para permanecer na terra, sem ter que ver sua área alagada, sem romper com sua paixão por ela e pelo solo onde nasceu.

Mas o movimento de extensão popular ganha sentido e importância porque, muitas vezes, estou lá na comunidade sem saber o que estou fazendo na universidade. Ingresso na Academia visando me apropriar de certo conhecimento e para ganhar dinheiro, porque assim dizem aos jovens quando entram na universidade: “*Menino, estude para me tirar desse buraco!*”, “*Menina, estude para virar gente!*”. “*Estude para pagar seu carro, seu terrenozinho, seu escritório, ficar rico, ganhar seus milhões*”. E quando você vai para o programa de extensão, leva um choque, pois vê que a realidade não era bem aquela que estava pensando.

Ser extensionista é para a vida toda e mais um dia. Extensionista é o instinto que tenho de ter para além da Academia. É o instinto cidadão. É a necessidade de, como cidadãos, compreenderem que não é para si, mas para o outro que tenho de fazer a transformação. Não é *para* o outro que tem que ser feito, mas *com* o outro. E com ele, compreendendo

o tempo do outro, sua história do outro, seu momento de crise e seus limites do outro, não do seu limite, nem da sua crise, nem de seus mimos acadêmicos.

Convém enfatizar que o meu trabalho social precisa estar encharcado pelo modelo de sociedade que quero construir junto com os movimentos sociais. Mas, para isso, é preciso entender a cultura como um aspecto importante da história de um povo, seja ele branco, amarelo ou vermelho, porque é a identidade cultural que vai me dizer a história desse povo, que deve ser respeitada como identidade cultural. Eu não tenho o direito de intervir nisso, porque, também, quando vou para a comunidade, levo toda a minha identidade cultural. Ora, compreender esse momento é, também, com o outro, entender seus movimentos próprios.

Então, fazer Extensão Popular não é ir à frente do movimento tentando aparelhá-lo e dizer que “está com ele e não abre!”, tampouco ir atrás das pessoas do movimento, escondido, descaracterizado, fazendo fila. Ao contrário, significa, com os movimentos sociais e os que estão ao lado deles, experimentar a troca de percepções e de saberes e, com eles, tentar ver quais os modelos que podem ser construídos a partir de seus tempos, seus limites e suas percepções de mundo e de conquistas (GRAMSCI, 1979). Portanto, se eu fizer assim, já estarei contribuindo muito para construir um novo modelo de sociedade, e os movimentos sociais são espaços legítimos para fazê-lo, à luz dos sonhos e dos anseios que os originaram.

Nessa perspectiva, minha interação precisa ser com os movimentos sociais *populares*, para não achar que todos os movimentos sociais são iguais. Não são. Populares também não quer dizer que sejam pobres, miseráveis e despedaçados, com as calças esfarrapadas. Nada disso. Ser *popular* implica atender e atingir a maioria do povo, na essência daquele que é oprimido e desfavorecido pelo perverso modelo social e econômico excludente da sociedade. Que seja límpida e transparente essa concepção de *popular*, a partir daquilo que é de identidade da maioria do povo e de um jeito de fazer que seja de construção coletiva, participativa, humanística e solidária.

Para isso, o extensionista popular precisa compreender que a discussão partidária ou “politiqueira” (como se costuma chamar) é também importante e seria um equívoco e covardia eu me esquivar ou sair desse processo. *“Ah, eu não sou político, não me meta nessa história”*. E toda vez que digo isso e não me exponho, um sujeito político oportunista e mal intencionado vai à frente, ganha os cargos públicos e manipula a todos, indo contra a grande massa oprimida.

Muitos acham legal porque não participam do processo político e dizem: *“Ah, eu sou apolítico”*. Bertoldo Brecht dizia que o pior político era o analfabeto político, porque ele não vê, não fala, não escuta. Consequentemente, não sabe o preço do feijão, do arroz nem do transporte. Ele não sabe quanto custa para uma mãe criar cinco filhos, cuidar da casa, lavar, cozinhar e, à noite, ainda estar bonita para o marido. Comparando uma mãe de hoje, com mais ou menos 45 anos de idade, com uma trabalhadora rural, que vive no campo puxando *“cobra com os pés”*, vemos o quanto se desgasta o seu corpo depois de um dia de labuta, quando tem que trabalhar, pelo menos, doze horas por dia.

Seria eu extensionista popular se me engajasse num movimento social?

Seria eu um extensionistas maravilhoso se compreendesse todas as dificuldades da sociedade e me engajasse na luta desse povo em suas conquistas? Seria um revolucionário se rompesse com todas as minhas tensões e pudesse construir com o outro um novo modelo de sociedade, onde as pessoas fossem justas e inclusivas? (FALCÃO, 2006).

Ora, essa é minha utopia! Possivelmente, isso nunca vai acontecer. Mas, se eu não der o primeiro passo para que isso aconteça, estarei sendo covarde. E se não estudar nos livros, para a vida, em vez de estudar para as provas acadêmicas, não chegarei a lugar nenhum. Nós não percebemos que não é a nota que vai dizer o quanto se está engajado, porquanto o engajamento não se dá pela Academia, mas pela percepção

de cidadania que se tem. E é pela construção de uma sociedade justa que venho buscando essa utopia alcançar.

Quem seria eu, se não fosse o outro? Então, a educação popular está justamente na promoção do outro. Não devo me preocupar se sou um cidadão bom ou ruim e a que raça pertença, pois entendo a raça como humana, portanto não tem cor amarela, vermelha, branca ou preta. O que importa é que o outro precisa ter garantidos os seus espaços de luta com tranquilidade, e que eu possa viabilizar essa troca de conhecimentos como ferramentas, para que os trabalhadores se instrumentalizem melhor a partir dessa troca de conhecimentos, para enfrentar seu analfabetismo, na luta por espaço na mídia, no embate travado com os produtores canavieiros; na luta por moradia e para viver com dignidade dos que são obrigados a viver nas favelas, nas beiras de rio.

Para que tudo isso aconteça, devo me colocar ao lado dos trabalhadores, apoiando suas lutas, utilizando essa ferramenta dita *conhecimento*. E eu posso intermediar esse processo, fazer isso pelo comprometimento ético de me ver agente de transformação num espaço público, logo, gratuito.

Ninguém deve pagar para acessar os serviços de um ente federativo público, porquanto esses serviços já foram pagos, através de impostos e da exploração da mão de obra desses trabalhadores. Essa é uma percepção cidadã de trocar informações, de trocar de conhecimentos. Esse é o verdadeiro sentido da educação popular e da extensão popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que foi apresentado neste documento, coloco-me na posição de crítico e procuro refletir sobre cada trecho escrito e descrito por mim e pelos colaboradores, que emprestaram um pouco de suas vidas para enriquecer este trabalho. Nessas críticas e reflexões, vejo-me “entre a cruz e a espada”, pois rebobino um filme que passa em minha mente, que remonta a 25 anos dedicados às causas da extensão, quando ainda era estudante do Curso de Nutrição, dando continuidade a esses trabalhos, depois, como funcionário da instituição UFPB.

Ao longo desses 24 anos, observo, também, que cresci extensionista, que, nos primórdios, ainda muito assistencialista, levava cestas básicas para as comunidades, na esperança de iniciar algum trabalho promocional, a ponto de questionar sobre se era certo levar comida para o campo, quando deveria ser o campo o produtor de alimentos que suprisse suas necessidades alimentares e as da cidade.

Ao reler este trabalho com os olhos acadêmicos, com o afastamento necessário para me ver criticamente, objeto da minha própria ação, transporto-me levando minha vida para a comunidade e me fazer lembrar de tantos trabalhos e questionamentos.

Lembro-me bem da primeira horta, do primeiro roçado comunitário, do primeiro poço amazonas, da primeira casa construída em mutirão, das primeiras associações criadas, do primeiro sindicato fundado, da primeira luta pela terra chamada pelo programa, da primeira conquista da terra, do primeiro posto de saúde, da primeira ambulância adquirida para a comunidade, das primeiras produções agrícolas, que resultaram na reconstrução das casas de farinha, derrubadas outrora pelos usineiros da região, da primeira feira livre montada pelo programa,

do primeiro açude construído em mutirão, da primeira abertura do rio, do primeiro encontro comunitário na UFPB.

Transporto-me para a Academia e relembro de tantas dificuldades, de transportes, diárias, apoios logísticos outros, como material didático e pedagógico, de tantas reuniões às sextas-feiras, com alunos bolsistas e voluntários, recebendo a colaboração de tantos professores, companheiros pesquisadores e amigos fraternos, que desenvolviam seus trabalhos nas mesmas condições que eu. Como não me apaixonar, quando olho para esses anos de trabalho e reencontro tantos daqueles alunos, hoje professores de outros bolsistas e voluntários, que foram colaboradores e generosos comigo e com esse trabalho. Muitos trabalhadores foram beneficiados com as atividades em que eles se envolveram e aproveitaram bem suas participações.

Diante desse pequeno passeio pela memória, posso, agora, tecer alguns comentários sobre esses anos de idas e vidas, tentando alinhar pedagogicamente as minhas ações, face ao crescimento das atividades de extensão nas universidades brasileiras, em particular, na Universidade Federal da Paraíba, berço dessas histórias.

Ao me aproximar, o máximo possível, das ações do PIAC e da extensão popular, vi, com mais clareza, os avanços individuais que ocorreram no campo da participação das pessoas no âmbito deste meu trabalho. Em compensação, também pude observar, com um olhar desconfiado, esses avanços, do ponto de vista coletivo. Outra observação que faço diz respeito ao crescimento incontestado do processo organizativo dos trabalhadores, quando se notam tantas entidades constituídas, em vários níveis, associações de pequenos produtores, associações de moradores, sindicatos de servidores públicos municipais, cooperativas de produtores, grupos de mulheres, clubes de mães e sindicato de trabalhadores autônomos. Essa dimensão organizativa nos convida a perceber que houve uma conquista significativa dos trabalhadores daquela região, no sentido de poderem se posicionar de forma orgânica, diante dos entes federativos, para poderem reivindicar seus direitos. Por outro lado, esse processo pode servir de caminhos para que as pessoas possam exercer sua cidadania em busca de sua autonomia.

Ao longo desses dez anos de estudo, no recorte escolhido para proceder às análises que me foram possíveis, posso destacar as conquistas individuais, os avanços coletivos institucionais, o crescimento e o desenvolvimento local e microrregional do Vale do Mamanguape, com a construção do Campus IV, a instalação do Território da Cidadania da Zona da Mata Norte Paraibana.

Diante do exposto, não se podem perder de vista os equívocos, as fragilidades e as contradições que o trabalho apresentou, a partir de cada relato e análise criteriosa verificada ao longo dele. Como exemplo, aponto a cooptação de alguns elementos envolvidos nos processo por agentes políticos inescrupulosos, como a fragilidade do PIAC, em sua missão quase messiânica, e o fato de não conseguir atingir todos os envolvidos, ficando uns à margem do processo, e a negligência da burocracia institucional por parte da UFPB, em não compreender um trabalho de extensão fora do horário comercial. Apesar de tudo isso, posso dizer que a extensão popular vem se prestando como um caminho para gerar possibilidades de construção de processos emancipatórios.

Baseio-me nos pressupostos de extensão popular, aventados por Melo Neto (2006), quando categoriza a extensão como um trabalho social útil, e vai mais além, quando traz o componente da intencionalidade, na perspectiva de integrar as dimensões do ensino e da pesquisa, com as demandas políticas, sociais e econômicas da classe trabalhadora.

Esta investigação, concluída no PIAC, centrada na aplicação de uma pedagogia própria desenvolvida no programa, colocou a extensão popular na linha de frente de um dos mais antigos trabalhos de extensão desenvolvidos pela UFPB. Por outro lado, buscou promover o desenvolvimento local, por meio da interação do saber popular e do saber científico, na perspectiva de construir uma escola transformadora, que dialoga com tantos autores.

Esse estudo foi construído e vem sendo aplicado, durante os últimos vinte e cinco anos de existência desse programa, de modo que se contemplem os processos emancipatórios de seus protagonistas, em particular, das pessoas das comunidades onde o se desenvolveu. Como

já foi visto nos capítulos anteriores, apresentou avanços significativos tanto para a UFPB quanto para as comunidades envolvidas.

O mesmo é balizado pelo que preconiza o conceito de extensão popular (MELO NETO, 2004), quando diz que a extensão é trabalho social e útil. Ressalto que esse tema não se esgota neste trabalho e nos obriga a continuar dialogando com esse autor e outros teóricos, na perspectiva de contribuir com a estruturação de espaços teóricos e práticos que venham reforçar novas fundamentações teóricas que possibilitem implementar ações que não sejam mais desse programa, mas que se transformem numa política da própria Instituição de Ensino Superior.

De modo geral, a Extensão Popular contribui efetivamente para o desenvolvimento da sociedade e possibilita que estudantes, professores e comunidades envolvidas enriqueçam seus saberes, dinamizando o conhecimento ao colocar a vivência experimentada por cada um como um instrumento potencial para as renovações teóricas.

Quando se articula um saber fazer extensão universitária, com um fazer extensão de caráter popular, apresentam-se também os desafios de ordem teórica e prática, justificando a necessidade de um contínuo trabalho social de concomitante ação e reflexão para que se tenha uma melhor elaboração desse conceito e, conseqüentemente, mais acúmulo de experiências e vivências nessa prática. Encerra a reflexão do caminhar para a emancipação, quando fortalece e estimula, na prática, a participação popular e a organização dos trabalhadores, vislumbrando cenários que possam levar os sujeitos a entenderem que podem alcançar sua autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **A Extensão Universitária: uma terceira função - Tese de Mestrado**, Faculdade de Educação, Unicamp: Campinas - SP, 1991.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 1996. AUGÉ, Marc. **O sentido do outro**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1999.

BATOMÉ, Silvo Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão**, Petrópolis/São Carlos/Caxias do Sul: Vozes/EDUFS/EDUCS, 1996.

BERTALANFFY, Ludwig Von, tradução de Francisco M. Guimarães, **Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEMVENUTI, Vera L. S. **Da intenção ao gesto: a Extensão Universitária como prática acadêmica na perspectiva da construção do conhecimento novo**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. UFRGS. 2002.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985. BRASIL (1996). Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm.

BRASIL. MEC. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) *Serviços. Banco de Teses*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2014.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CIRNE LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. 3 ed. Porto Alegre: Unisinos, 2005. vol. 5. [ISBN 9788574310992](https://www.isbn.org/9788574310992)

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP. **Política de Extensão da Faculdade de Educação da Unicamp**, Campinas: FE/Unicamp, 2007.

CRUZ, P. J.S. C. **Extensão Popular: a pedagogia de seu movimento nacional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. 2010. P.333.

CRUZ, P. J. S. C. **Extensão Popular: a reinvenção da Universidade**. In:

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Evolução das matrículas nas instituições de ensino superior (IES) – Brasil, 2010**. (Fonte: *Censo da Educação Superior* – INEP, 2010).

FALCÃO, E. F. & ANDRADE, J. M. T. **Mobilização – Ação - Reflexão Complexa: Metodologia para a mobilização coletiva e individual**, Ed. Universitária, João Pessoa, 2002.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidade: outra forma de ensino**, Ed. Universitária, João Pessoa, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes A.; BRITTO, Jader Medeiros. **Dicionário dos educadores no Brasil**. Rio de Janeiro; Ed. UFRJ. Brasília; INEP, 1999.

FERRER, F. y G. **Pedagogia libertária**, GNU – *Free Documentation License*. Série Anarquismo. 1920.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Popular e Universidade**. Piracicaba: UNIMEP, 1989.

FONSECA, Vitor. **Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FRANCO, de Augusto. **AÇÃO LOCAL, a nova política da contemporaneidade**, ÁGORA, - Rio de Janeiro, 1995.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade** 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980. FREIRE, P. **Educação e mudança**, 15ª ed., Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997.

_____, **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, 1997.

_____, **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1967.

_____, **Extensão ou comunicação**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade na escola improdutivo**. São Paulo; Cortez, 1993.

GRAMSCI, A., **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 17-208.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martins, 2002.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Ed. 70, 2005.

LIMA, Antônio Bosco de (Org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.

LESSA, Carlos, A universidade e a pos-modernidade: o panorama brasileiro In: *Dados* v. 42 n. 1 Rio de Janeiro 1999.

LUKÁCS, G. **E a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MARTINS, A. M. **Autonomia e gestão da escola pública: entre a teoria e a prática**. Campinas, 2001. Tese (dout.) Faculdade de Educação, Unicamp.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**, Tradução Jonas Pereira dos Santos. São Paulo:

MARX, K. **O manifesto do Partido Comunista**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2002. P. 28.

MENDONÇA, Ana Waleska; BRANDÃO, Zaia (org.). **Por que não lemos Anísio Teixeira?** Uma tradução esquecida. Rio de Janeiro; Ravel, 1997.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão é Trabalho**, Ed. Universitária, João Pessoa, 2004, p. 54).

_____, **Extensão Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

_____, Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). In: RICHARDSON, Roberto Jarry. (org.). Pesquisa-ação: princípios e métodos. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

_____, Extensão **Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MICHELOTTO, M. R. UFPR: **Uma universidade para a classe média**. In: MOROSINI, M. C. (Org) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília- DF: Inep, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 2ª ed. Tradução de: Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **Uma cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOTTA, F. C. P. **Administração e participação: reflexões para a educação.** Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 10, n. 2, jul./dez. 1984.

OLIVEIRA, M. A. **Saber popular e saber científico.** Tempo e presença, Rio de Janeiro, ano 12, 1990.

PAIVA, José Maria. **Colonização e Catequese: 1549 - 1600.** São Paulo: Autores Associados, 1982.

PIAGET, J. **A Construção do Real na Criança.** Trad. Álvaro Cabral. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1970.

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais.** 2005. Disponível em:<<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão Universitária - Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez, Autores Associados, UFCE, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza, **Pelas Mãos de Alice, o Social e o Político na Pós- Modernidade,** Ed. Cortez, São Paulo, 1999.

_____, **Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social.** Ed. BOITEMPO. São Paulo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

_____, **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação- Por Uma Outra Política Educacional,** Campinas, Autores Associados, 1998.

_____, **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SEBINELLI, Rosa Maria Marins Gobbi. **Política de Extensão Universitária.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp, 2004.

SOUTO MAIOR, R.M.S. **Conceitos de extensão universitária: Um diálogo com Paulo Freire**, UFPB. http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_un...

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária**, Campinas, SP: Ed. Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças M. **Os múltiplos conceitos da extensão**. In: Participação (3). *Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília*, Brasília - DF, dezembro 1997.

THE ECONOMIST. Fábrica de diplomas. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/faculdades-privadas-tem-um-crescimento-explosivo-no-brasil-diz-the-economist-6097924>> acessado em: 14 fev. 2013.

VASCONCELOS, E. M; CRUZ, P. J. S. C. (organizadores). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; p. 420, 2011.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). *Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006b, v. 1, p. 265-308.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Dona Júlia, (*in memoriam*), pela realização de seus sonhos e generosidade de sua doação e sacrifício;

Aos amigos técnicos e professores, companheiros nessa dura jornada de fazer extensão, José Maria Tavares de Andrade, Laura Brito, Rossana Souto Maior Serrano, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Fernando Abath, Xavier e Rose, Pedro Cruz, Erica Falcão, Emmanuel de Sousa Falcão, Ruth Falcão, Ricardo Falcão, Wladimir Nunes, Mariana Borba, Islany Alencar;

Aos pinabianos e aos vepopianos, pela contribuição com o olhar dos acertos e erros deste documento;

A todos os estudantes que conviveram diretamente comigo, nos Estágios de Vivências em Comunidades, no Estágio Nacional de Extensão em Comunidade, e que foram estagiários no Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária;

Às comunidades que sempre nos receberam de braços abertos e aos seus líderes Francisco Gaudiano da Silva (Mestre Chico), Antônio Soares dos Santos (Toinho Marinho), Gilvan Gomes dos Santos (Zé Gotinha), Zélio Nascimento, José João da Silva (Zé João) e Francisco Lima Carneiro (Tico), colaboradores deste estudo, que emprestaram seus depoimentos;

À família em geral, como célula de esperança e de energia, que vigora em momentos de solidão.



COLEÇÃO VEPOP-SUS

Livros publicados ou republicados com apoio do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS
(Livros a serem publicados podem sofrer alterações)

A prática da meditação integrativa na terceira idade: um estudo sobre educação popular em saúde e espiritualidade. Adilson Marques. Círculo de São Francisco, 2017.

Caderno de Extensão Popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. Editora do CCTA, 2017.

Caminhos da aprendizagem na Extensão Universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos. HUCITEC Editora, 2017.

Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais. Reinaldo Matias Fleuri. Editora do CCTA, 2017.

Educação ambiental dialógica as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. João B. A. Figueiredo. Editora da UFC, 2017.

Educação Intercultural e Movimentos Sociais - Trajetória de pesquisas da Rede Mover. Reinaldo Matias Fleuri. Editora do CCTA, 2017.

Educação intercultural e formação de educadores. Reinaldo Matias Fleuri. Editora do CCTA, 2017.

Educação popular e atenção à saúde da família, 6ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos. HUCITEC Editora, 2015.

Educação Popular em Saúde: desafios atuais. Grupo Temático de Educação Popular em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). HUCITEC Editora, 2017.

Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência. Pedro José Santos Carneiro Cruz, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos, Luciana Maria Pereira de Sousa, Adriana Maria Macedo de Almeida Tófoli, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Islany Costa Alencar (Organizadores). Editora da UFPB, 2014.

Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. Eymard Mourão Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz (Organizadores). HUCITEC Editora, Editora da UFPB, 2011.

Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). Pedro José Santos Carneiro Cruz, Marcos Oliveira Dias Vasconcelos, Fernanda Isabela Gondim Sarmento, Murilo Leandro Marcos, Eymard Mourão Vasconcelos (Organizadores). HUCITEC Editora, Editora da UFPB, 2013.

Educação Popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), volume 2. Luciana Maria Pereira de Sousa, Islany Costa Alencar, Lucas Emmanuel de Carvalho, Pedro José Santos Carneiro Cruz (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Educação Popular no Sistema Único de Saúde. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. HUCITEC Editora, 2017.

Espiritualidade no trabalho em saúde, 2ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos (Organizador). HUCITEC Editora, 2015.

Extensão popular, 2ª edição. José Francisco de Melo Neto. Editora da UFPB, 2014.

Extensão popular: caminhos em construção. Pedro José Santos Carneiro Cruz, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Adriana Maria Macedo de Almeida Tófoli, Ana Paula Espíndola Rodrigues, Islany Costa Alencar (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Extensão popular: educação e pesquisa. José Francisco de Melo Neto, Pedro José Santos Carneiro Cruz (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Extensão popular: caminhos para emancipação. Emmanuel Fernandes Falcão. Editora do CCTA, 2017.

Extensão, saúde e formação médica. Pedro José Santos Carneiro Cruz e Mário César Soares Xavier Filho (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Formação em educação popular para trabalhadores da saúde. Vera Joana Bornstein, Ângela Alencar, Bianca Borges da Silva Leandro, Etel Matiello, Grasielle Nespoli, Irene Leonore Goldschmidt, José Mauro da Conceição Pinto, Julio Alberto Wong Un, Marcelo Princeswal, Marcio Sacramento de Oliveira, Osvaldo Peralta Bonetti, Ronaldo Travassos, Tereza Cristina Ramos Paiva, Thayna Trindade (Organizadores). EPSJV, 2017.

Perplexidade na universidade: vivências nos cursos saúde, 2ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos, Lia Haikal Frota, Eduardo Simon (Organizadores). HUCITEC Editora, 2015.

Saúde nas Palavras e nos gestos, 2ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos, Ernande Valentin do Prado (Organizadores). HUCITEC Editora, 2017.

Universidade popular – extensão, pesquisa e ensino. José Francisco de Melo Neto. Editora do CCTA, 2017.

Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. Editora do CCTA, 2017.

Vivência em comunidade: outra forma de ensino, 2ª edição. Emmanuel Fernandes Falcão. Editora da UFPB, 2014.